

A terceira edição do *Nosso Lugar Virou Parque* vem demonstrar o interesse crescente pelas questões relativas à conservação ambiental, à biodiversidade e ao papel das populações tradicionais na defesa de seu modo de vida dependente do uso sustentável dos recursos naturais. O fato desse trabalho ter sido realizado por cientistas naturais e sociais, em envolvimento direto com as comunidades caiçaras aponta para a necessidade de se construir uma nova ciência da conservação ambiental no Brasil, a partir de uma reflexão sobre a nossa realidade ecológica e cultural e não a partir da transposição de modelos dos países do Norte.

Esta publicação, que conta com o apoio da Fundação Ford, foi realizada a partir de trabalho de campo dos pesquisadores do NUPAUB-USP.



NUPAUB - USP



Fundação Ford



9 788587 304018

A. Diegues &
P. Nogara

NOSSO LUGAR VIROU PARQUE

3ª Edição

NUPAUB - USP

A conservação do mundo natural, através de parques nacionais e outras áreas protegidas tornou-se um dos maiores objetivos das políticas públicas de meio-ambiente. Como, no entanto, a quase totalidade dessas unidades prevê o deslocamento dos antigos moradores, principalmente das comunidades tradicionais tais como sertanejos, caiçaras e caboclos, os parques nacionais, cujo modelo foi importado dos Estados Unidos no início deste século tornaram-se também um sinal de conflito, e em muitos casos, de opressão desses grupos sociais. Hoje, já é aceito por grande parte dos cientistas que a presença dessas populações tradicionais dentro dos parques, não necessariamente leva à sua destruição mas pode contribuir significativamente para o êxito dessas unidades de conservação. Para que essa contribuição seja devidamente incorporada, é preciso mudar os paradigmas da ciência da conservação do mundo natural, essa também importada de países com ecossistemas e culturas distintas daqueles que temos em nosso país. Este livro, fruto de trabalho de um antropólogo e um biólogo acenam para a necessidade da construção de um modo novo de ver a relação entre comunidades tradicionais e parques que poderíamos chamar de etnobiologia da conservação.

Capa: Frederico Carvalho

Antonio Carlos Diegues
Paulo José Navajas Nogara

O NOSSO LUGAR VIROU PARQUE
Estudo Socioambiental do Saco de
Mamanguá - Parati - Rio de Janeiro

3a. edição

NUPAUB-USP
São Paulo
2005

© da organização, 2005, Antonio Carlos Diegues

© direitos de publicação, 2005, do

Núcleo de Apoio à Pesquisa sobre Populações Humanas
e Áreas Úmidas Brasileiras (NUPAUB-USP)

Rua do Anfiteatro, 181 — Colméias — Favo 6
05508-060 São Paulo - Brasil
(55 11) 3091.3307 / 3091.3142 / 3091.3425 / 3091.3089
home page: www.usp.br/nupaub
e-mail: nupaub@usp.br

Apoio: Fundação Ford

Projeto Gráfico e Diagramação

Eliane Cristina Santos

Capa

Frederico Carvalho

Revisão dos originais

Antonio Carlos Diegues

Fotos de capa e encartes

Paulo José Navajas Nogara

Antonio Carlos Diegues

Catálogo na Fonte

Bibliotecária: Vera Lúcia de Moura Accioli Cardoso CRB-8/2269

Diegues, Antonio Carlos Sant'Ana

O nosso lugar virou parque: estudos socioambiental do Saco do Mamanguá - Parati - Rio de Janeiro / Antonio Carlos Sant'Ana Diegues e Paulo José Navajas Nogara. 3a. ed. São Paulo: Núcleo de Apoio à Pesquisa sobre Populações Humanas e Áreas Úmidas Brasileiras, USP, 2005.

Bibliografia: 175p.
ISBN: 85-87304-01-1

CDD 301.31
18ª.ed. 301.32

I. Ecologia humana. II. Antropologia marítima. III. Natureza e sociedade. IV. Populações tradicionais em áreas naturais protegidas. V. Nogara, Paulo José Navajas. VI. Título.

O NOSSO LUGAR VIROU PARQUE

Estudo Socioambiental do Saco de
Mamanguá - Parati - Rio de Janeiro

3a. edição

Coordenação geral
Antonio Carlos Diegues

Pesquisadores de Campo

Paulo José Navajas Nogara (*Biólogo*)

Rosana Guanieri (*estagiária - Ciências Sociais*)

Robson Silva Rocha (*pesquisador - Ciências Navais*)

Yumi Kawamura Gonçalves (*estagiária - Ciências Sociais*)

Prefácio

NESSES DEZ ANOS que se passaram entre a primeira edição do *Nosso Lugar virou Parque* (1994) e hoje, o Saco de Mamangá sofreu uma série de mudanças sociais, dentre as quais a diminuição drástica das atividades agrícolas, que desapareceram na maioria dos povoados e praias, circunscrevendo-se a lugares mais distantes onde alguns caiçaras ainda praticam o cultivo e a produção de farinha da mandioca. A venda das posses aos turistas, aliada às dificuldades impostas pela legislação ambiental, fizeram com que as roças ficassem cada vez mais distantes do local de moradia.

Ao abandono gradativo da lavoura, corresponderam um aumento das atividades pesqueiras, sobretudo da pesca artesanal do camarão branco de alto valor de mercado, o incremento da renda gerada pelo transporte de turistas e a intensificação do artesanato feito de caixeta. Todas essas novas atividades fazem com que o

caçara local fique cada vez mais dependente da compra de produtos industrializados da cidade e menos ligado aos ciclos naturais que regiam seu modo de vida.

Essas novas atividades, principalmente o turismo, são sazonais e exercidas principalmente nos poucos meses de verão e durante os feriados, gerando alguma renda que acaba quando termina a estação dos turistas ou a construção da casa do veranista. É preciso ressaltar ainda que inúmeras mansões estão sendo construídas, principalmente na região peninsular pertencente à Reserva Ecológica, área *non-edificandi*.

Ainda que mais da metade dos moradores afirme que os turistas trazem benefícios ao lugar, outros vêem essa atividade com ceticismo, uma vez que os veranistas que construíram suas casas de luxo trazem seus mantimentos de fora, consumindo pouco no comércio local.

Os problemas de saúde são particularmente graves em toda a área, sobretudo pelas más condições sanitárias, já que não existe água tratada e poucos moradores têm fossas sépticas ou esgotos. Na maioria das vezes, a água é coletada em riachos que descem das montanhas, em princípio, de água pura. No momento da captação, os tanques ficam descobertos e a água também é usada por animais selvagens ou domesticados. Além disso, grande parte dos moradores não usa latrinas, o que contribui para o surgimento de várias enfermidades transmissíveis como a hepatite. Ademais, têm aparecido também alguns casos de *leishmaniose*, uma espécie de úlcera de pele que se não tratada apropriadamente pode trazer problemas sérios à saúde. O fato do recém construído posto de saúde funcionar com pouca regularidade, com rara presença de médicos e falta de remédios também não tem colaborado para uma melhoria das condições de saúde local. No entanto, algumas melhorias no setor de saúde, como tratamento dentário, tem ocorrido por iniciativa da AMAM — Associação de Moradores e Amigos do Mamangá.

Associada às carências de saúde está a falta de transporte regular para levar os doentes à cidade de Parati, onde podem receber algum tratamento, ainda que precário. Porém, muitos têm dificuldade de pagar o frete e recorrem a algum parente ou

conhecido que tenha um barco motorizado, o que nem sempre é possível. Há muito tempo, a população vem solicitando um barco à Prefeitura de Parati que garantiria o transporte público, mas sem resultado.

Nesta situação, os barcos motorizados dos donos de casas de veraneio que são deixados com seus caseiros, acabam servindo para o transporte desses moradores locais. Num caso, a única trilha da Margem Peninsular teve seu traçado tradicional alterado por passar na praia de um proprietário de fora, tendo este feito um outro caminho, mais penoso, por se tratar de uma subida íngreme. No entanto, porque ele cede seu barco para o transporte de doentes, o referido proprietário é “desculpado” por situações como esta.

Um aspecto positivo é a diminuição da migração para os bairros pobres de Parati. Nota-se também uma organização crescente da população local em torno da AMAM, criada em 1992, que inclui tanto turistas como moradores. As gestões mais recentes da Associação têm conseguido algumas mudanças importantes, como por exemplo, o fim da atividade dos barcos de arrasto de camarão, que vindos de Parati vasculhavam o interior do Saco, provocando a morte de inúmeros filhotes de peixes. A partir de meados da década de 1990, a AMAM, em colaboração com os pescadores locais, começou a implementar os dispositivos de exclusão de arrasto (DEAs), constituídos por blocos pesados de cimento com vergalhões de ferro que retêm as redes usadas para capturar ilegalmente o camarão. Apesar da resistência dos donos de barcos e de várias ameaças, a implementação desses dispositivos, apoiada pela Capitania dos Portos e pelo Ibama, eliminou a pesca de arrasto e, como consequência, os estoques pesqueiros voltaram a se reproduzir beneficiando os pescadores locais. Além disso, a AMAM conseguiu construir sua sede na Praia do Cruzeiro onde são feitas as reuniões da Associação, cursos de melhoria do artesanato e venda de produtos locais.

A AMAM também tem combatido o projeto de construção de uma marina no Fundo do Saco, por iniciativa de ricos proprietários do Condomínio Laranjeiras e tem conseguido bloquear essa construção com a colaboração do Ministério Público.

Uma atividade cada vez mais importante para os moradores é o artesanato especializado em reproduções de embarcações feitas de caixeta e que já são consideradas uma das mais aprimoradas em todo o Brasil. Ao mesmo tempo, começam a surgir iniciativas de manejo florestal que poderão garantir a reprodução de uma das poucas manchas de caixeta ainda existentes no litoral fluminense.

Por outro lado, é verdade que o modo de vida tem se mantido, em parte porque ainda não existem estradas que coloquem a região ao alcance do turismo de massa. O mesmo pode ocorrer com a instalação da energia elétrica. Por enquanto, a energia para escola e para o centro de saúde é garantida por placas solares e pequenos geradores. O acesso por mar a Parati-Mirim, onde existe transporte por ônibus para Parati, é feito por barcos a motor pertencentes a moradores da região.

A Unidade de Conservação existente – Reserva Ecológica, não existe no SNUC (Sistema Nacional de Unidade de Conservação) e, portanto, no futuro, deverá passar por uma mudança de categoria. A Reserva de Desenvolvimento Sustentável ou Reserva Extrativista que prevêem o uso controlado dos recursos naturais poderiam ser aplicadas à área costeira habitada das comunidades e ao corpo de água do próprio Saco de Mamanguá. Pela sua riqueza biológica, essa área estuarina deveria ser de uso exclusivo dos moradores locais para atividades de pesca e aqüicultura. Deveria estender-se também às áreas usadas para a agricultura, manguezais e caixetais. A implementação de uma marina, no entanto, pode ser uma ameaça direta a essa proposta, devido aos impactos negativos que teria para a pesca e para a aqüicultura.

As áreas de floresta nas regiões mais elevadas que não são usadas produtivamente pelas comunidades poderiam ser transformadas em outras unidades de proteção integral como Parque Nacional. Já a implementação de uma Reserva de Desenvolvimento Sustentável ou de uma Reserva Extrativista prevêem uma sólida organização comunitária, da qual já existe um embrião na AMAM.

É importante que as comunidades se organizem para retirar o máximo proveito do turismo, seja através da construção de pousadas ou da ampliação de suas casas para receber turistas. Uma

experiência importante nesse sentido foi realizada pelas comunidades do Parque Estadual da Ilha do Cardoso em Cananéia, litoral sul paulista, onde os caiçaras são donos de pousada e tentam manter vivos o modo de vida, as danças e as músicas tradicionais. A aqüicultura familiar baseada no mexilhão e na ostra pode ser também uma alternativa para essas comunidades, como vem ocorrendo na Reserva Extrativista Marinha do Mandira em Cananéia.

Colocar essas comunidades em contato umas com as outras, trocando experiências, é uma atividade fundamental neste momento. O importante é que, através de um conjunto de atividades dependentes dos recursos naturais, os caiçaras possam melhorar sua renda e sua qualidade de vida, guardando sua condição de produtores autônomos. Nesse processo, é fundamental que eles tenham tempo suficiente para se adaptarem às mudanças que, aliás, já vêm ocorrendo, freqüentemente a um ritmo muito acelerado, mais rápido do que aquele ao qual estão acostumados.

Sumário

PREFÁCIO	v
INTRODUÇÃO	17
1. A HISTÓRIA SOCIOAMBIENTAL	23
A História de Mamanguã na História de Parati	26
Elementos da História Oral do Saco de Mamanguã	32
2. OS DIVERSOS ESPAÇOS HUMANIZADOS	41
3. OS MORADORES	51
4. OS ECOSISTEMAS, SEUS RECURSOS E OS USOS PELA POPULAÇÃO LOCAL	57
Os Ecossistemas da Região	57

O NOSSO LUGAR VIROU PARQUE

a) A Mata Atlântica	57
b) A Zona Estuarina	62
O Uso dos Recursos Naturais pela População Local	63
As Formas de Utilização dos Recursos Naturais da Mata Atlântica	65
a) Caça	65
b) O Extrativismo	68
c) A Agricultura de Subsistência.	70
As Formas de Utilização dos Recursos Naturais do Mangue	75
As Formas de Utilização dos Recursos Naturais da Zona Estuarina.	77
A Ciência do Concreto e a Ciência Moderna	81
5. O MODO DE VIDA E AS TECNOLOGIAS CAIÇARAS	87
Populações Tradicionais Caiçaras	88
Fabricação da Farinha	94
A Tecnologia Patrimonial na Pesca	95
As Embarcações	97
6. AS PRÁTICAS ECONÔMICAS E SOCIAIS	101
Os Pescadores	105
a) Pescadores Embarcados	105
b) Pescadores Artesanais.	109
Os Lavradores	112
Os Empregados dos Turistas	117
Os Artesãos	117
Os Comerciantes.	117
Os Aposentados	118
A Complementaridade de Atividades Econômicas	118

SUMÁRIO

7. SIMBOLISMOS, REPRESENTAÇÕES E FESTAS.	123
A Terra dos Escravos	126
Os Vários Mares	127
- O Mar-de-Dentro: o Estuário	127
- O Mar Grosso	130
O Tempo da Natureza, o Tempo Mercantil e o Tempo da Memória	135
8. SISTEMAS DE ACESSO À TERRA E AOS RECURSOS NATURAIS	143
9. A VIDA DO LUGAR SENTIDA PELOS MORADORES.	153
10. A RESERVA ECOLÓGICA DA JUATINGA: UMA NOVA PROPOSTA DE ÁREA NATURAL PROTEGIDA?	159
A Reserva vista pelos Moradores	159
A Conservação da Biodiversidade e uma Nova Concepção de Planos de Manejo	161
CONCLUSÃO	167
BIBLIOGRAFIA	171

TABELAS

Tabela 1. População de Mamanguá	52
Tabela 2. Idade dos Casais, por Faixa Etária, em Porcentagem	53
Tabela 3. Média de Filhos por Casal	54
Tabela 4. Local de Nascimento dos Pais	54
Tabela 5. Grau de Alfabetização dos Pais	55
Tabela 6. Caça: Espécies mais Caçadas	69

Tabela 7a.	Extrativismo: Espécies Vegetais Utilizadas no Artesanato	71
Tabela 7b.	Extrativismo: Madeiras Utilizadas nas Construções de Casas, Canoas e Barcos	72
Tabela 7c.	Extrativismo: Espécies Vegetais Utilizadas na Alimentação	73
Tabela 8.	Lavoura: Calendário Agrícola	74
Tabela 9.	Mangue: Recursos Naturais Extraídos do Mangue	77
Tabela 10.	Zona Estuarina: Utilização dos Recursos Estuarinos	79
Tabela 11.	Principal Atividade Econômica dos Chefes de Família (<i>censo</i>)	103
Tabela 12.	Principal Atividade Econômica dos Chefes de Família por Área	104
Tabela 13.	Pesca Embarcada - Tipo de Pesca	105
Tabela 14.	Pesca Embarcada - Função no Barco	105
Tabela 15.	Pesca Embarcada - Tempo de Embarque (em anos)	106
Tabela 16.	Pesca Embarcada - Preferência de Trabalho	107
Tabela 17.	Pesca Artesanal - Tipo de Pesca Praticada	109
Tabela 18.	Pesca Artesanal - Propriedade dos Aparelhos de Pesca	110
Tabela 19.	Pesca Artesanal - Com Quem Trabalha	110
Tabela 20.	Pesca Artesanal - O Que Fazia Antes de Pescar	111
Tabela 21.	Lavoura - Espécies Plantadas	113
Tabela 22.	Lavoura - Com Quem Trabalha	115
Tabela 23.	Lavoura - Distância do Terreno da Roça	115
Tabela 24.	Lavoura - Posse do Terreno	116
Tabela 25.	Lavoura - Destino do Produto	116

Tabela 26.	Atividades Complementares por chefe de família	119
Tabela 27.	Renda Familiar	120
Tabela 28.	Festas que Participam os Chefes de Família	140
Tabela 29.	Situação da Posse da Terra em Porcentagem	144
Tabela 30.	Problema Segundo os Chefes de Famílias	154
Tabela 31.	Opinião sobre Turismo	157
Tabela 32.	Grau de Informação sobre a Reserva Ecológica da Juatinga	160
Tabela 33.	Opiniões sobre a Reserva Ecológica da Juatinga	161

MAPAS

Mapa 1.	Localização do Saco de Mamanguã	24
Mapa 2.	Distribuição das Antigas Fazendas na Região do Saco do Mamanguã	33
Mapa 3.	Distribuição da População nos Diversos Ambientes do Saco de Mamanguã	42

Introdução

ESTE TRABALHO foi realizado por pesquisadores do NUPAUB (Núcleo de Apoio à Pesquisa sobre Populações Humanas e Áreas Úmidas Brasileiras da Universidade de São Paulo), fazendo parte de um esforço conjunto de conhecimento da região costeira de Parati - Rio de Janeiro, com o Departamento de Antropologia da Universidade Laval - Canadá. Esse programa conjunto de pesquisas é coordenado pelo prof. Yvan Breton (Laval) e pelo prof. Antonio Carlos Diegues (USP). Entre as várias pesquisas propostas, duas já foram terminadas: *Espaço, Pesca e Turismo em Trindade (RJ)*, com relatório publicado por Steve Plante e Yvan Breton (1994) e o presente estudo. O primeiro trabalho pretende analisar a ocupação do espaço pelos moradores da Praia de Trindade (RJ), sobretudo, após os conflitos entre a população local e a Brascan que pretendia instalar aí um grande complexo turístico na década de 70. Ênfase especial foi dada à questão dos impactos do turismo e da pesca sobre a comunidade da Praia de Trindade.

O presente estudo pretende fornecer subsídios ao conhecimento da área estuarina e de Mata Atlântica que foi transformada em outubro de 1992 na RESERVA ECOLÓGICA ESTADUAL DA JUATINGA. O fato de ser uma unidade de proteção restritiva, que legalmente não permite a presença de população em seu interior, causa conflitos e impactos sobre o modo de vida tradicional caiçara ainda existente na área. Ainda que haja, no texto da lei de criação da Reserva, menção sobre a importância da cultura local (caiçara), a aplicação da legislação atual restritiva quanto ao uso dos recursos naturais repercutirá sobre as formas tradicionais de uso dos recursos naturais. Por outro lado, a declaração dessa reserva deverá acarretar o fim, ou pelo menos a redução, da especulação imobiliária que já é visível na área e que por si só tem causado mudanças consideráveis no modo de vida da população local.

Deve-se ressaltar que o Estado do Rio de Janeiro é um dos que mais apresentam conflitos entre as populações moradoras de áreas naturais protegidas e as administrações dessas unidades de conservação. Estudo recente do NUPAUB (Vianna, Adams & Diegues, 1994) mostra que cerca de 74% das unidades de conservação restritivas do Estado do Rio de Janeiro tem população em seu interior, gerando uma série de conflitos que incidem negativamente sobre a conservação da área e sobre o modo de vida das populações locais.

Os resultados dessa caracterização preliminar mostram que as populações de Mamanguá, apesar de seu isolamento geográfico relativo, estão inseridas em processos de mudança social e cultural que passaram a alterar seu modo de vida tradicional, principalmente a partir dos anos 40-50. Entre os processos socioeconômicos envolvidos na mudança social deve-se ressaltar o início da "pesca embarcada", pela qual os jovens passaram a pescar fora da área, em barcos de sardinha, as traineiras. Esse tipo de pesca que se contrapõe à pesca artesanal realizada no interior do estuário é responsável pelo aparecimento de um grupo de moradores que passam a maior parte do tempo na captura da sardinha e outras espécies, em unidades de produção (as traineiras) muito mais complexas que as existentes anteriormente (a canoa). A "pes-

ca embarcada" abriu uma nova dimensão na reprodução social e cultural dos moradores, sobretudo os jovens que passaram a explorar recursos marinhos distantes de suas vilas e praias, dentro de um sistema de trabalho bastante distinto daquele caracterizado como pesca de subsistência e pesca artesanal. Nesse sentido, surgiu um grupo de "pescadores marítimos", com dinâmica própria, vivendo quase que exclusivamente do ambiente marinho e seus recursos, que, desde a década de 70, passou a ser estudado pela "antropologia marítima". Essas novas práticas socioculturais da "gente do mar" dão ao ambiente marinho uma dimensão antropológica e são marcadas pelas propriedades naturais socializadas. Essas práticas, no entanto, não dependem exclusivamente do mar, meio "natural" socializado, mas também de formas de organização da produção (Diegues, 1993). Com o surgimento da "pesca embarcada" configura-se uma relação complexa entre os pescadores artesanais (e alguns também de subsistência) e os pescadores embarcados, ainda que, muito freqüentemente, os segundos voltem à pesca artesanal no período do "claro" (quando não se pesca sardinha), nos longos períodos de defeso (quando essa pesca é proibida) e também durante o tempo em que se espera um novo embarque.

Outros processos, no entanto, colaboram para alterar o modo de vida tradicional, como o surgimento das igrejas "crentes", e do turismo.

Apesar desses processos, e da forte emigração que tem ocorrido, os moradores das praias de Mamanguá ainda dependem, para a reprodução de seu modo de vida, do uso dos recursos naturais, seja da Mata Atlântica, seja da própria zona estuarina. Nesse sentido, sua vida é marcada pelas duas estações principais, o tempo quente e o tempo frio. Sobretudo a partir dos anos 70 criou-se uma outra estação: a dos turistas que entre dezembro e fevereiro alugam casas, assentam barracas ou passam o dia no lugar, voltando a Parati-Mirim ou a Parati. É também nesse período que muitos moradores se transformam em artesãos, produzindo vários artigos, como miniaturas de barcos, gamelas, pássaros, feitos de madeira de caixeta.

A organização social ainda é baseada na família extensa e no parentesco. Uma parcela importante tem sua subsistência assegurada pela pequena agricultura, sobretudo o cultivo da mandioca, da qual extraem a farinha, base da alimentação local.

O dinheiro para aquisição dos produtos industrializados é conseguido pela venda do excedente de peixe, dos artigos de artesanato, do emprego com turistas (construção, caseiros, dias de trabalho, etc.).

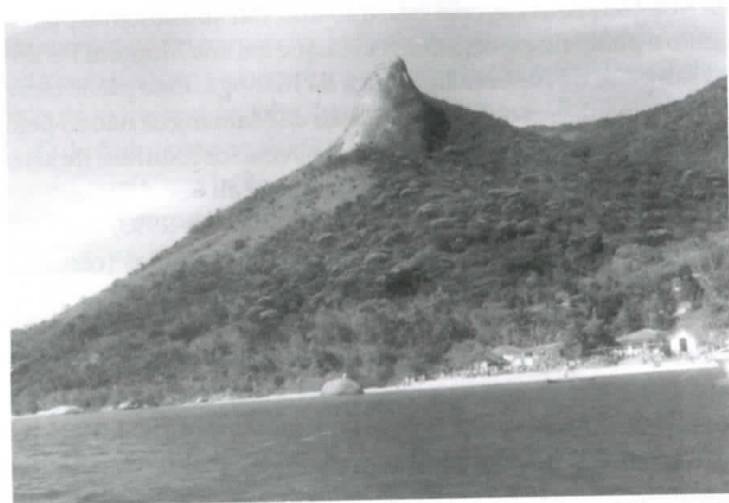
Uma das preocupações do trabalho é também analisar o impacto da transformação do Saco de Mamanguá em Reserva Ecológica Estadual, que pela legislação atual não admite a presença de população em seu interior. Essa legislação é hoje ainda muito rígida no que se refere ao uso dos recursos naturais, limitando e proibindo atividades tradicionais como o corte de mangue para a construção de moradias; corte de árvores para a fabricação de canoas; de cipós para manufatura de cestas e balaios; de caixeta para artesanato e até a lavoura de subsistência. O decreto de criação dessa Reserva tem gerado um ambiente de apreensão entre os moradores, principalmente devido à desinformação sobre o significado dessa "área natural protegida".

Como em toda "unidade de conservação", o IBAMA (Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis) e o IEF (Instituto Estadual de Florestas do Rio de Janeiro) pretendem estabelecer um "plano de manejo", instrumento de zoneamento e planificação ambiental pelo qual se pretende disciplinar o uso do solo e dos recursos naturais. Até hoje, no entanto, esses estudos são realizados de forma tecnocrática, sem nenhuma consulta à população de moradores que aí residiam antes mesmo do estabelecimento da Reserva Ecológica. É necessário, portanto, que esses planos de manejo sejam repensados para que tenham alguma utilidade e não sejam simplesmente instrumentos de repressão, de proibições e restrições ao modo de vida tradicional dos moradores. Nesse sentido, a participação dos moradores é fundamental para o plano de uso da Reserva, garantindo a conservação tanto da diversidade biológica quanto da diversidade sociocultural (Diegues, 1993).

O NUPAUB pretende, com esse trabalho, dar subsídios ao planejamento e plano de manejo dessa área que em sua Margem Peninsular faz parte da Reserva Ecológica da Juatinga. Esse plano deve necessariamente envolver a população de Mamanguá não só pelo grande conhecimento que possuem dos recursos naturais, de seus ciclos de reprodução, como também porque ali é seu "lugar".

O trabalho de pesquisa se iniciou em julho de 1993, com um censo preliminar que cobriu a totalidade das famílias (cerca de 119), colhendo informações básicas. Posteriormente, até dezembro do mesmo ano foram aplicados 35 questionários atingindo cerca de 30% das famílias de moradores, de forma aleatória, distribuídas na Margem Peninsular, na Margem Continental e no Fundo do Saco. Além disso, foram feitos cerca de 08 históricos de vida, especialmente com pessoas mais idosas. Houve um esforço de quantificação das variáveis escolhidas com o intuito de fornecer dados empíricos organizados que pudessem ser utilizados no Plano de Diretor da Reserva, que deverá ficar a cargo do IEF e do IBAMA.

O presente trabalho é somente um estudo preliminar de Mamanguá, não pretendendo apresentar uma análise exaustiva e teórica das condições de produção e reprodução das comunidades caiçaras aí residentes. Foi feito um esforço particular para se dar uma abrangência interdisciplinar, reunindo algumas das perspectivas em Ciências Naturais e Ciências Sociais. Ele aponta para a realização de pesquisas mais aprofundadas, sobretudo, aquelas que partem da perspectiva da etnociência.



Paulo José Nogueira

Foto 01. Vista do Cruzeiro - Pico do Mamanguá, Parati (RJ).



Paulo José Nogueira

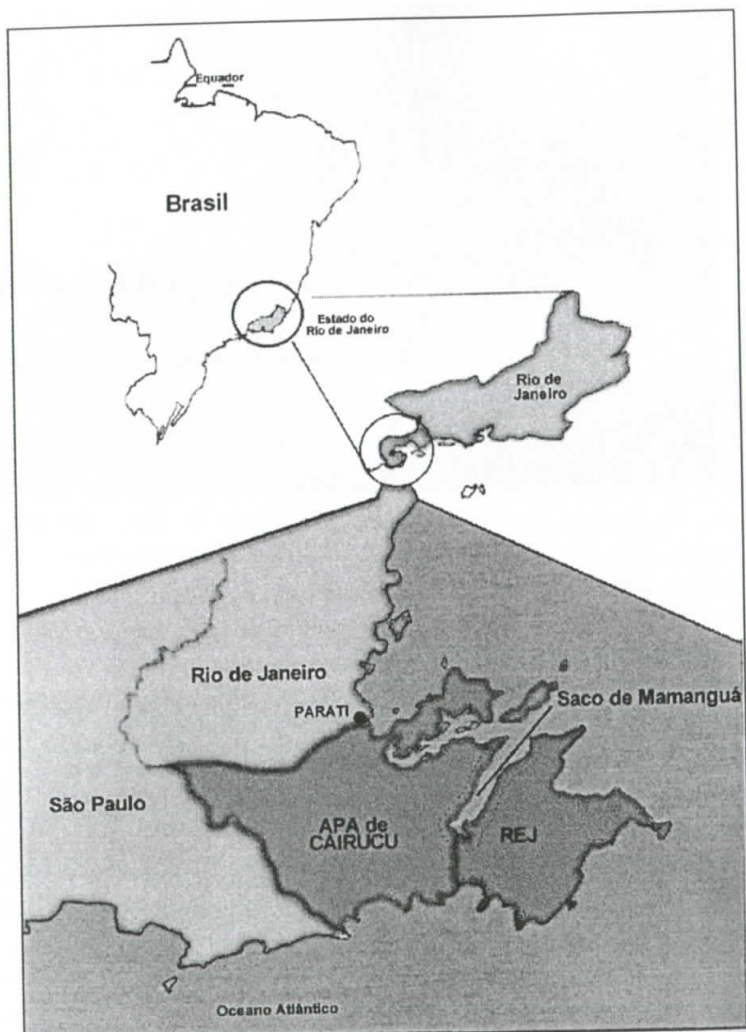
Foto 02. Bairro do Baixo - Saco do Mamanguá, Parati (RJ).

1

A História Socioambiental

O SACO DO MAMANGUÁ é uma área litorânea de tipo estuarina ou de "ria", inserida no domínio da Mata Atlântica, formada por uma reentrância do mar de aproximadamente 9 km de comprimento por 1,5 km de largura. Situa-se no município de Parati, no extremo sudeste do Estado do Rio de Janeiro, sendo acessível somente por barco ou por uma trilha para pedestres que se inicia em Parati-Mirim. Essa área marinha é circundada por formações montanhosas em que sobressaem o Pico do Cairuçu (1070 m), o Pico da Cajaíba (667 m) e outros menos íngremes (Mapa 01). Apresenta um clima úmido, com altos índices pluviométricos (1.500-2.400 mm/ano), principalmente no verão.

Essa região ainda apresenta vestígios claros de sua história ecológica, isto é a história da relação entre o homem e a natureza. Não somente há ruínas de vários engenhos de cana-de-açúcar, que remontam ao século passado, mas também marcas de várias atividades humanas ligadas a ciclos econômicos do passado, como



Mapa 01 - Localização do Saco de Mamanguá

bananais abandonados, estradas que levavam aos caixetais, recobertas pela vegetação de mangue. Há, sobretudo, os momentos mais importantes dessa história na memória dos mais velhos que por sua vez narram a história dos "antigos", de personagens quase míticas, escravos fugidos e ex-escravos que fundaram alguns povoados, como o da Praia do Cruzeiro ou Curupira. Na primeira praia, a cruz ainda existente marca a fundação do povoado por um ex-escravo. Na segunda, a denominação indígena (curupira: corpo de menino) traz à lembrança um dos mais espantosos e populares entes fantásticos das matas brasileiras, representado por um anão de calcanhar para a frente (Câmara Cascudo, 1972). Vê-se, portanto, que as marcas não são somente materiais, mas sobretudo representações simbólicas que, como afirma Godelier (1984), aparecem no coração das relações materiais do homem com a natureza como uma parte ideal, pela qual se exercem as três funções do conhecimento: representar, organizar e legitimar as relações dos homens entre si e com a natureza.

Nesse sentido, há necessidade de se começar a fazer no Brasil, de forma sistemática, a história ecológica não somente em nível nacional, mas também regional e até local. Essa história ecológica, como proposta por Worster (1988), não deve ser simplesmente a história dos ciclos econômicos, mas principalmente a história das relações complexas, materiais e simbólicas que os homens, ao longo do tempo histórico, desenvolveram com o mundo natural e com os outros homens.

Essa história ainda está por ser feita no Saco de Mamanguá. Os elementos que constam deste trabalho são somente as primeiras indicações para uma história ecológica da região que deve ser realizada de forma interdisciplinar, reunindo várias disciplinas como a etnoecologia, a antropologia, geografia humana, arquitetura, economia.

Uma das primeiras características desse processo é que a história de Mamanguá não pode ser entendida sem a análise de sua inserção nos processos socioambientais de Parati, um dos municípios que mais revelam os primórdios da ocupação do litoral sul-fluminense.

A HISTÓRIA DE MAMANGUÁ
NA HISTÓRIA DE PARATI

O litoral de Parati foi território dos índios guaianases. Ainda hoje, existem aldeias guaranis, particularmente nas cabeceiras do rio Parati-Mirim. Parati vem provavelmente do vocábulo indígena *parati*, nome dado a um peixe muito comum na região e que se tornou a espécie mais capturada e consumida no Saco de Mamanguá. A cultura indígena deixou marcas profundas no modo de vida local. A população local, genericamente denominada de "caixara" é fruto da miscigenação entre o índio, o colonizador europeu e o negro. As tecnologias patrimoniais de fabricação da farinha, de instrumentos de pesca, de construção de canoas estão profundamente marcadas pela influência indígena (Mussolini, 1980a).

Parati foi fundada no século XVII e elevada à condição de vila em 1660. O cultivo da cana-de-açúcar foi a atividade mais importante a partir do século XVIII quando os engenhos se estabeleceram na região. No Saco de Mamanguá ainda podem ser encontradas 05 ruínas desses engenhos.

A região de Parati se transformou num centro colonial importante de exportação de ouro, proveniente das Minas Gerais no final do século XVIII e para seu transporte se utilizava a antiga trilha dos guaianases.

Em meados do século XIX, Parati chegou a exportar uma produção considerável de café, fumo e aguardente, usando a via marítima. A decadência da região se deu com a construção da Estrada de Ferro D. Pedro II, em 1877, e com a abolição da escravidão — base da monocultura local — poucos anos depois. Mesmo após seu apogeu econômico, continuou-se a plantar cana-de-açúcar para a produção de aguardente, muito apreciada dentro e fora da região. Surgiu também a monocultura de banana, que já utilizava mão-de-obra assalariada (Mussolini, 1980a).

A região de Parati durante o período colonial foi, de alguma forma, um apêndice dos grandes centros exportadores, particularmente Rio de Janeiro e a região das Minas Gerais. Como afirma

Mussolini (1980a), Parati se tornou célebre na produção de aguardente, e não na fabricação de açúcar. Ficou tão célebre que Parati veio a ser, no sul do Brasil, sinônimo de aguardente.

"(...) a aguardente, simples subproduto do aristocrático açúcar, muito mais democrática que ele e que, nos pequenos engenhos que se conservaram da época colonial, constitui hoje a única produção, tendo relegada por completo a do açúcar, que antes era essencial" (Mussolini, 1980a: 224).

Ainda segundo Mussolini (1980a), a faixa litorânea de São Paulo e Rio de Janeiro eram verdadeiras áreas de deserção, à medida que o povoamento avançava para o interior e as frentes pioneiras, sobretudo a do café, se afastavam da costa para o planalto.

Muitos núcleos humanos da região litorânea do sul do Rio de Janeiro e norte de São Paulo floresceram nos "interstícios" da grande lavoura, gravitando em torno de centros maiores para onde enviavam seu parco excedente: farinha de mandioca, peixe seco, aguardente.

"Decaindo os núcleos de povoamento que eles centralizavam, voltaram a fechar-se sobre si mesmos, entregando-se a uma economia de quase trocas, com o decorrente estreitamente de seu horizonte econômico e cultural" (Mussolini, 1980a: 223).

Esse processo ocorreu também em Parati, com a decadência da sede do município e de sua base econômica.

"A impressão que se tem do litoral, é que a vida ali foi simplificada em seus elementos culturais e, em comparação com o passado, reduzida a ponto pequeno. Talvez seja este o aspecto que mais cause a impressão de decadência. É como se vivesse do que sobrou de outrora, tendendo-se, em geral, antes a empobrecer esses restos que a lhes acrescentar novos elementos. Aqueles produtos locais que um dia constituíram

gêneros de uma economia de subsistência, sem grande significação econômica, passaram, a representar os únicos gêneros da exploração local" (Mussolini, 1980a: 223).

A produção de aguardente continuou sendo a atividade mais importante do município nas primeiras décadas do século atual, sendo transportada nas célebres canoas de voga para ser vendida no Rio de Janeiro, em municípios vizinhos, mas principalmente em Santos.

"Elas levavam o excedente das praias da região de Parati, sobretudo a aguardente, mas também ovos, peixe seco ou salgado, frutas, e trazendo de volta latas de querosene, sacos de sal, anzóis, tecidos. Algumas dessas canoas chegavam a transportar até 14 pipas de aguardente ou 480 litros. Mas um dia as canoas de voga desapareceram; por volta de 1920, barcos de cabotagem começaram a lhes roubar a primazia nos transportes de carga, e para as pescarias elas não se prestavam. Sobrou uma ou outra, como sobraram uns poucos de seus tripulantes, que nos contam as aventuras dos tempos das conoas de voga. Viagem penosa em condições de mau tempo, quando, não raro, ficavam no mar a carga e mesmo a canoa e a tripulação, nunca mais se ouvindo falar no destino que levaram. Mas os velhos representantes da época das canoas à voga relembram com saudade: '*Bons tempos aqueles*'" (Mussolini, 1980a: 225).

O desaparecimento das canoas de voga coincidiu, a grosso modo, com o surgimento das traineiras, redes de pesca da sardinha (*Sardinella aurita*) na Ilha Grande, onde muitos pescadores de Parati, incluindo Mamanguá, começaram a embarcar. Essa rede tinha sido introduzida por espanhóis na Baía da Guanabara por volta de 1910 (Soeiro, 1959), difundindo-se por todo o litoral sudeste e sul do Brasil; chegando à Ilha Grande entre 1930 e 1940, onde, segundo Mussolini (1959), havia proprietários de redes traineiras sem barco. Para lá iam os barcos de Santos, embarcando a rede traineira com sua tripulação. Havia portanto duas tripula-

ções: a da rede, com o mestre-proeiro e demais pescadores, e a tripulação do barco. A tripulação da rede vendia a produção à do barco que, por sua vez, fazia a comercialização em Santos. Foi através da pesca embarcada que provavelmente os primeiros moradores da região de Parati tomaram contato com Santos, para onde muitos migraram atraídos pelo grande crescimento da Baixada Santista nos anos 40 e 50.

A introdução da pesca da sardinha com traineiras mobilizou um número considerável de pescadores-lavradores da região que já não encontravam emprego e formas de subsistência em suas praias. Isso levou a uma grande migração de jovens para o trabalho de embarcado em traineiras. Uma outra atividade que atraía os jovens para fora das praias era o trabalho nos bananais de Santos e também do litoral sul do Rio de Janeiro.

A decadência do litoral sul fluminense nas primeiras décadas do século XX não significou uma paralisação total das atividades econômicas, mas um redirecionamento das mesmas, com o surgimento de novos centros econômicos, como Santos, em São Paulo.

Nesse sentido, a pesca começou a substituir as atividades agrícolas até então predominantes em Parati. No entanto, não se trata mais da pesca de subsistência, geradora de pequeno excedente, mas da pesca comercial e posteriormente, industrial. Além da pesca da sardinha, surgiu também a grande rede de arrasto (*trawl*), inicialmente introduzida em Santos por armadores migrantes japoneses. Por volta de 1957, esse *trawl* japonês foi substituído pela rede de arrasto portuguesa que se difundiu por toda a costa brasileira. Como afirma Mussolini (1980b):

"A articulação desta parte do litoral paulista com o litoral contíguo do Estado do Rio já estava estabelecida em fins do século passado, quando uma frota de canoas de voga da região de São Sebastião ia até Parati, para dali transportar para o porto de Santos aguardente em pipas (...). As relações dentro desse trecho litorâneo se mantiveram constantes em seu desenho básico quando a pesca, de uns 35/40 anos a esta parte,

passou a assumir caráter comercial e destaque crescente entre as outras subculturas regionais e os barcos de pesca desbancaram as canoas à voga como elementos de transporte e comunicação. Pelas mesmas rotas, se bem com ritmo diverso, continuaram a circular barcos, peixes, homens e inovações técnicas pesqueiras, muito embora, evidentemente, as configurações espaciais intra-regionais se alterassem em função do significado econômico que as unidades envolvidas adquiriram ou perderam e, em consequência, do papel positivo e negativo que elas passaram a desempenhar na redistribuição das populações da área" (p.247).

O esvaziamento importante da região se agravou com a construção da Via Dutra, em 1940, deslocando o eixo econômico para o Vale do Paraíba. A partir de 1955, a comunicação de Parati com o exterior se fazia cada vez menos por barco e canoas à voga e mais pela estrada de Cunha. Acentuou-se o processo de migração para outras áreas, como por exemplo, Angra dos Reis onde, em 1950, se instalou o estaleiro da Verolme, seguido, em 1974, pela implantação da Usina Nuclear que empregou 9.000 operários.

A construção da Br-101, ligando Rio de Janeiro a São Paulo pelo litoral, nos anos 70, trouxe grandes impactos tanto ecológicos como sociais para toda a região litorânea de ambos os estados. Inúmeros manguezais foram aterrados, e o grande movimento de terra causou a aceleração de processos erosivos, assoreando cerca de 70 praias e enseadas (Mattoso, 1979). O fácil acesso dos turistas de São Paulo e Rio de Janeiro acelerou a implantação de empreendimentos turísticos e loteamentos, trazendo a valorização das praias. A especulação imobiliária e a ação dos "grileiros" que já era grande nos anos 60 tornou-se ainda mais violenta, provocando a expulsão dos pescadores de suas praias.

"A partir do simples projeto da Rio - Santos, os proprietários de terras surgem como que do nada, demarcando áreas enormes a partir de pequenas escrituras, 'grilando' terras, expulsando os lavradores com violência e ameaças ou mesmo

com ofertas irrisórias a que os lavradores não resistiam, por não conhecer o valor exato do dinheiro. Estes, analfabetos em sua maioria, eram enganados de várias formas, inclusive assinando contratos de arrendamento, meia ou parceira, onde acabavam cedendo seus direitos de posse, sem saber.

Os benefícios para as populações não foram muitos: se por um lado a estrada trouxe uma via de transporte rápido e escoamento, o turismo por ela atraído provocou violenta especulação imobiliária, e uma tendência dos empreendimentos a privatizar as praias onde se instalam. Os habitantes originárias estão sendo empurrados para as favelas e empregos de baixa remuneração, deixando de lado todo um modo de vida secular e tradicional, embora frágil na confrontação com os novos valores trazidos pela estrada" (Mattoso, 1979: 11).

Em alguns casos, as populações caiçaras reagiram a esse processo de expoliação, e na praia de Trindade, próxima ao Saco de Mamanguá, os moradores conseguiram reaver parte dos terrenos apropriados pela multinacional Brascan para aí instalar um complexo turístico. (Mattoso, 1979)

Em 1970, a EMBRATUR encomendou o Projeto Turis com o objetivo de "racionalizar" as implantações turísticas para o futuro traçado da Br-101. Para a região da Juatinga, que engloba Mamanguá, foi estimada a capacidade de mais de 12.000 leitos de hotéis. Embora não tenha sido implantado esse projeto, a ocupação turística é grande na maioria das praias do município. A região de Mamanguá escapou parcialmente dessas implantações organizadas, por ser mais isolada e não dispor de acesso por terra, mas aí também se intensificou a construção de casas de turistas e a expulsão dos "caiçaras".

Por outro lado, em 1971, o Estado criou o Parque Nacional da Serra da Bocaina, no entanto, deixou de fora a região de Mamanguá; em 1983, criou-se a Área de Proteção Ambiental do Cairuçu, a qual engloba a região estudada; e em 1992, foi criada a Reserva Ecológica da Juatinga por Decreto Estadual, tendo como um dos objetivos o fomento da cultura caiçara local, "compatibi-

lizando a utilização dos recursos naturais com os preceitos preservacionistas". Ainda que exista, subjacente à proposta, a conservação da biodiversidade e da sócio-diversidade, não está ainda clara a forma através da qual esse objetivo poderá ser alcançado.

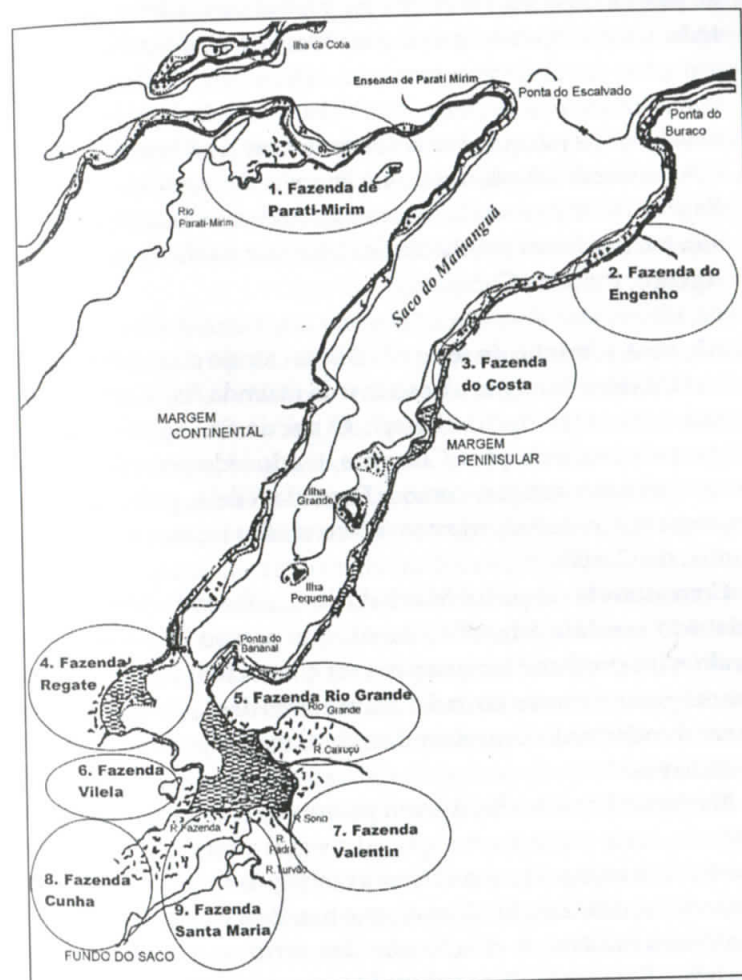
ELEMENTOS DA HISTÓRIA ORAL DO SACO DE MAMANGUÁ

Ainda não foi realizado um levantamento histórico da região estudada baseado em documentos. No entanto, a partir de relatos orais, principalmente de antigos moradores, foi possível traçar um breve esboço da colonização do Saco de Mamanguá. Ainda que a história do Saco de Mamanguá tenha seguido, em linhas gerais, a periodização do que ocorreu no Município de Parati, há especificidades que podem ser apreendidas com esses depoimentos.

No início do século XIX, existiam grandes fazendas produtoras de cana-de-açúcar e aguardente no Fundo do Saco de Mamanguá, sendo que algumas de suas ruínas ainda podem ser vistas na região. A principal delas foi a fazenda Santa Maria, de propriedade do padre Manoel Alves, que trabalhava com a mão-de-obra escrava, cuja lenda conta que esse grande proprietário fazia amarrar os escravos recalcitrantes no mangue, para que fossem devorados pelos mosquitos. Uma outra fazenda importante era a de Parati-Mirim, de propriedade de um outro padre, Francisco Antonio (Mapa 2).

Após a libertação dos escravos, muitos deles migraram para locais próximos a Parati-Mirim, como Patrimônio; outros ficaram no Saco de Mamanguá, dando origem às famílias Oliveira, Nascimento e Vilela.

Segundo o Sr. Agenor Vilela, morador antigo de Curupira, a maior concentração de moradores, a vila existente na praia do Cruzeiro, na Margem Peninsular, teria sido fundada pelo seu avô, Sr. João Luis Vilela, ex-escravo alforriado por volta de 1860. Ali, ele teria fincado uma cruz e construído uma antiga capela, hoje desaparecida.



Fonte: Marinha do Brasil (1981). Adaptado por Nogara, 1994.
Escala aproximada de 1:50.000

Mapa 02 - Distribuição das Antigas Fazendas na Região do Saco do Mamanguá

“O meu avô foi nascido era filho de escravo, foi nascido e criado no sítio da Costeira. Foi ele que fez a igreja do Cruzeiro, antes não tinha igreja. O pessoal queria um povoado mais divertido. Aí meu avô achou que devia fazer uma cruz, aí fez a cruz. Aí depois ele foi a Parati, trouxe o padre, rezou a primeira missa. Aí ele foi e construiu uma igreja de estuque. Era um povoado bem movimentado, aquele, com baile todo sábado. Tinha um engenho de cachaça na Praia do Engenho onde o pessoal bebia cachaça. Aí depois meu avô morreu, e meu pai continuou no sítio do Cruzeiro, que era de meu avô” (Seu Agenor, Praia de Curupira).

Ali, uma sobrinha de seu avô teria se casado com o avô do Sr. Leonel Oliveira, também ex-escravo da fazenda Rio Grande, cuja família é considerada “do lugar”. O pai do Sr. Agenor, Rufino Vilela, teria mudado para Curupira, tendo sido proprietário de outras fazendas antigas, como a Fazenda Vilela, próxima a Laranjeiras. Além dessas, cita como fazendas antigas, a fazenda de Cunha, do Costa.

Com a morte do padre Manuel Alves, a fazenda Santa Maria teria sido vendida à família Ramos, que passou, já no início do século XX, a produzir banana para ser comercializada em Parati. Os antigos moradores arrendavam as terras das fazendas, pagando o arrendamento com dois dias de trabalho por mês para os fazendeiros.

Na década de 40, o Sr. Agenor passou a viver na fazenda Santa Maria, onde parte do manguezal chegou a ser drenado para o plantio de banana. Houve aí uma grande produção até que a fazenda foi vendida ao Sr. Gibrail, que mandou retirar o bananal e introduziu búfalos. A criação não deu certo e os búfalos foram vendidos. Esse novo proprietário chegou a explorar intensivamente a caixeta para a produção de tamancos.

“É, depois que o Gibrail comprou, ele acabou com o bananal todo, mandou arrancar o bananal e botou um bocado de gado lá... de búfalo, e boi comum também” (Seu Agenor, Praia de Curupira).

Do início até meados deste século houve uma época de grande fartura no Saco de Mamanguá e a população, segundo um outro entrevistado, o Sr. Zizinho (Ponta do Leão) era muito maior que a presente:

“Antes, Mamanguá produzia muito, o mais forte era banana e cana, mas tinha também café, feijão, mandioca. Criação também tinha, produzia bastante. Isso até mais ou menos 1960, aí foi diminuindo, diminuindo, até que...” (Seu Zizinho, Ponta do Leão).

O Saco de Mamanguá era conhecido pela sua produção de aguardente, farinha de mandioca, pequena criação. A produção era embarcada nas célebres “canoas de voga” e vendida em Angra dos Reis, Ilha Grande e Mangaratiba, de onde traziam mercadoria (café moído, banha, carne-seca, etc.) para vender na região. Os comerciantes muitas vezes trocavam essa mercadoria com os produtos locais. A última canoa de voga do Saco de Mamanguá continuou operando até o início da década de 50.

O contato dos moradores da Praia do Sono, e de outras praias do lado oposto ao Fundo do Saco de Mamanguá, com Parati era feito por essas canoas, a partir do próprio Saco, pois não existia ainda o caminho que hoje leva a Parati-Mirim. Mamanguá também manteve ligações e contatos com as praias do “mar de fora”, sobretudo Cajaíba. Parte da cana-de-açúcar plantada aí era transportada para ser beneficiada, dentro do Saco de Mamanguá, na Praia do Engenho.

A pesca, por outro lado, além da herança indígena, era praticada pelos escravos para abastecimento das fazendas. Uma rede muito utilizada era a “trolha”, espécie de rede de cerco, feita de algodão, em que operavam duas canoas. Segundo o Sr. Agenor, Mamanguá era muito rico em peixe e o que não era consumido imediatamente era salgado e seco para posteriormente ser vendido. Quando a captura era grande, entregava-se uma parte para a alimentação de porcos, nas fazendas.

O fim do período da “fartura”, como chamam os moradores de Mamanguá, se deu a partir das décadas de 40 e 50, quando as

fazendas fracassaram e a região pouca coisa tinha a exportar. Vários moradores saíram para fora da área, trabalhando em bananais e outras atividades agrícolas em Santos, Rio de Janeiro e Angra dos Reis.

“Na época em que os outros foram trabalhar nos bananais em Santos, acho que nem existia pesca aqui ainda. O pessoal ia a pé para lá. Você sabe o que é isso? Sair daqui e viajar nove dias pra chegar em Santos. Eu mesmo fui trabalhar lá porque em Santos era o único lugar em que se ganhava um dinheirinho. Levei um ano trabalhando lá e trouxe de volta três contos e quinhentos mil reis. Deu pra casar, pras despesas com o casamento. Fiz o terno, arrumei a noiva e teve até baile e ainda sobrou dinheiro” (Seu Dondinho, 70 anos, Praia do Lopes).

Por essa época (1935-40), jovens como o Sr. Agenor, sem trabalho, começaram a se dirigir para Ilha Grande, principal centro para onde afluíam os barcos de Santos, para trabalhar nas redes traineiras de propriedade de portugueses radicados no local. Os barcos de Santos iam até lá e pescavam à meia com os proprietários das redes.

“Eu tinha 19 anos quando embarquei numa traineira de Ilha Grande e fiquei uns cinco anos aí por fora. Tinha os barcos de Santos que vinham para a Ilha Grande e pegava as redes (traineiras) dos portugueses para pescar a meia. Então pesquei muito naqueles barcos, lá pro Cabo Frio. O primeiro que embarquei se chamava o Rei do Mar. Eu só tinha trabalhado na lavoura e um pouco na pesca pequena aqui dentro e embarquei como homem de convés” (Seu Agenor, Praia de Curupira).

Houve também uma grande migração para a periferia de Parati, como a Ilha das Cobras, onde vivem centenas de ex-moradores de Mamanguá. Segundo Mattoso (1979), até 1950 havia nessa área pantanosa cerca de 50 palhoças de pescadores.

“Com os processos de migração, e êxodo rural, pela especulação imobiliária, o terreno começou a ser invadido e construções precárias se instalaram no início, havendo evolução nos materiais utilizados; apesar de não haver nenhuma infra-estrutura urbana até setembro deste ano (1979), elementos do bairro e da prefeitura estimam entre 1.000 e 1.500 as construções foram levantadas, a maioria com pequenos aterros ou fundações mais altas. Ali, habitam antigos moradores do Sono, da Cajaíba, de Trindade, Laranjeiras, das roças em geral e que trabalham agora na construção civil, no comércio, no setor de serviços domésticos ou municipais.

De produtores (ao menos de subsistência), passam a consumidores urbanos, sofrendo o impacto de uma sociedade urbana da qual não fazem parte. Perdem os meios de produção, e com eles muitos dos traços culturais que perduraram até então. Já não são da roça, mas da cidade também não são. Muitos tem a ilusão que melhoraram a vida, porque tem acesso a alguns bens de consumo que talvez nem conhecessem. Grande parte deles tem consciência que foi ‘empurrada para lá’ ” (Mattoso, 1979).

Essa migração para a Ilha das Cobras parece ter aumentado com a construção da BR-101, nos anos 70, e continua intensa até hoje.

“Hoje não tem um terço do povo que tinha antes, quando eu era moço. O povo saiu daqui, tem uns 40% na Ilha das Cobras, uns 10% em Angra, mas tem muitos em Santos e aí por fora. A miséria tá grande. Então vive do quê? Vive do biscate, vive do vício. E não tem condição de voltar, já vendeu a terra” (Seu Zizinho, Ponta do Leão).

A história de vida do Sr. Dondinho revela a riqueza anterior e a decadência de Mamanguá. Quando ele chegou de Parati-Mirim para morar próximo à praia do Lopes (em 1940), na Margem Continental, a migração para fora da área já tinha começado:

“Quando cheguei aqui, tinha ainda muito morador. Na Praia Grande, tinha casa à beça, mas os velhos que venderam a posse foram

morrendo e o pessoal mais novo foi indo embora. Outros venderam e ficaram por aí. Nós vendemos a posse pro pessoal de fora e ficamos tomando conta da propriedade desse pessoal” (Seu Dondinho, Praia do Lopes).

A migração e o embarque dos jovens nas traineiras trouxeram também conseqüências sobre a organização da pesca local. Por falta de mão-de-obra, a “trolha”, que requeria o trabalho conjunto de várias canoas e pescadores, foi abandonada. Em seu lugar, houve a predominância do “tresmalho”, rede pequena que pode ser manejada por um só pescador, ajudado por um filho.

“Nós pescava com rede de trolha, com duas canoas e quatro homens. Uma largava a rede, depois encostava na outra pra recolher o peixe. Essa pesca acabou faz alguns anos e o pessoal começou a comprar o fio de náilon pra fazer o “tresmalho” (Seu Agenor, Praia de Curupira).

É durante esse período que, segundo o Sr. Zizinho, se inicia a vinda de turistas para Mamanguá, que passaram a construir casas de veraneio em terrenos comprados dos moradores locais. Na maioria desses sítios, os novos proprietários proibiram as roças de mandioca ao mesmo tempo em que nada compravam na região, pois tudo traziam de suas cidades de origem, principalmente Rio de Janeiro e São Paulo. É dessa época também a construção do condomínio de turistas na praia do Engenho.

Hoje, segundo os mais velhos, os moradores de Mamanguá dependem cada vez mais dos turistas visitantes das temporadas e daqueles que aí construíram suas casas de veraneio. Muitos deles, após venderem suas posses ou delas serem expropriados pelos especuladores imobiliários, tornam-se caseiros, muitas vezes, das terras que lhes pertenceram.

Apesar disso, o modo de vida tradicional caíçara ainda é dominante na região, uma vez que grande parte das famílias vivem da pesca de subsistência, das roças de mandioca, da pequena caça e pesca, da fabricação da farinha nos “aviamentos” (casa de fari-

nha). Ainda se constróem as casas de pau-a-pique com madeiras locais (mangue, caixeta, fibras). Esse modo de vida sobrevive em Mamanguá não só pelo relativo isolamento geográfico da região, como também pela grande dependência do uso dos recursos naturais renováveis da mata e do mar.

Mais recentemente, alguns moradores conseguiram comprar barcos motorizados (botes e canoas), em geral depois de vender suas terras ou parte de suas “posses”; outros usam essas embarcações no arrasto do camarão sete-barbas, atividade proibida dentro do Saco de Mamanguá. Essa pesca é, no entanto, mais freqüentemente praticada pelos pequenos barcos de arrasto que vêm de Parati e para lá levam a produção. Essa pesca é uma das responsáveis pela destruição dos estoques pesqueiros da região estuarina, uma vez que, com rede de arrasto de malha reduzida, capturam uma grande quantidade de peixes jovens.

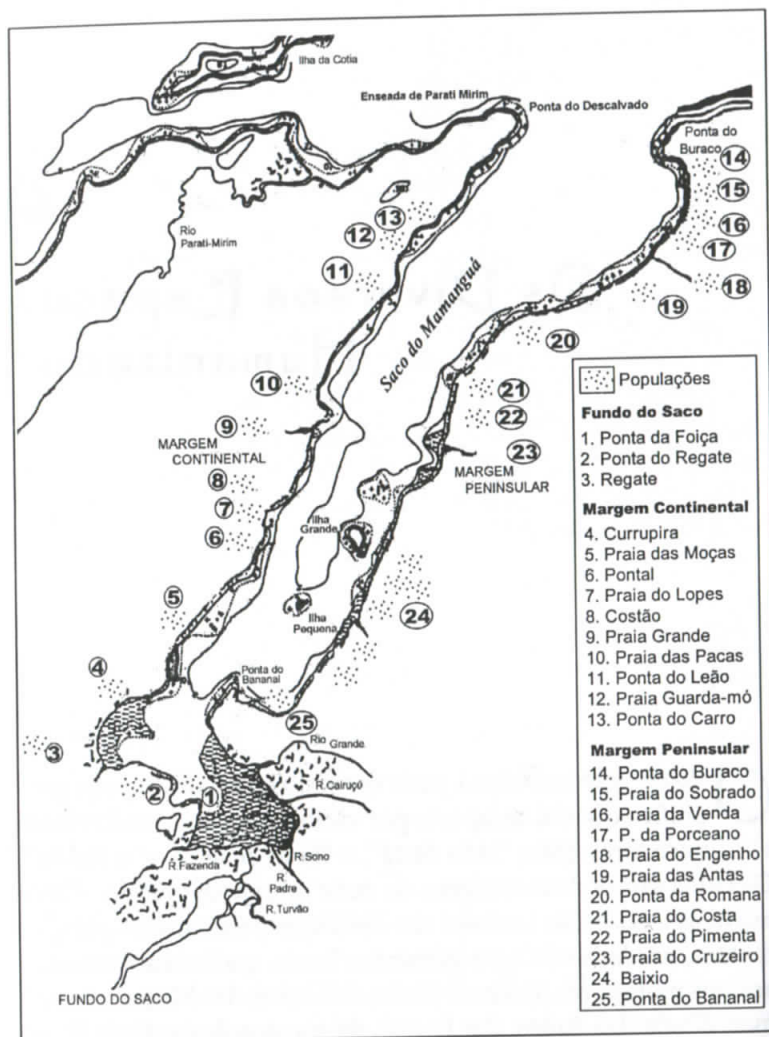
A comercialização do excedente do pescado e do camarão é feita localmente, através de pequenos comerciantes, que por sua vez dependem de “atravessadores” maiores residentes em Parati.

Um fator importante de mudança foi a chegada do protestantismo na região, introduzido inicialmente antes da década de 50, em Curupira. O número de igrejas protestantes aumentou consideravelmente nas últimas décadas e hoje cerca de 34% dos moradores são crentes. A mudança do catolicismo para o protestantismo coincidiu com um período de desorganização social de Mamanguá e com um período de emigração. Formas de ajuda mútua, como o mutirão (localmente chamado de putirão), quase desapareceram, assim como um rico folclore baseada em festas e danças como a roda de chiba, cirandas, marrafo, caranguejo, das quais não participavam os que se haviam convertido ao protestantismo. Desapareceu também a Bandeira do Divino, mas ainda hoje os moradores antigos organizam a folia de Reis, no início do ano. A ajuda mútua ainda existe, por exemplo, na tirada de uma árvore para construção de canoas.

2

Os Diversos Espaços Humanizados

O SACO DE MAMANGUÁ pode ser visto como um espaço geográfico e social composto por vários “lugares”, onde vivem seus moradores. Há o “lado de cá”, o “lado de lá” e o “o fundo”. Os lados são as duas margens da zona estuarina, onde se distribuem as casas. Elas também são divididas pelas muitas praias e costões, unidades de agrupamentos locais, que levam nomes de antigos moradores (Praia do Costa, do Lopes, das Moças), de animais (Praia das Antas, das Pacas), de construções antigas (Praia do Engenho), de acidentes geográficas (Baixios) (Mapa 3). O “fundo” é a parte final, a mais distante, localizada atrás do mangue e do caixetal, onde a vida é difícil, pela distância e pela grande quantidade de mosquitos (muruim, pólvora, borrachudo) que em noites de lua e sem vento tornam a vida dos moradores quase impossível.



Fonte: Marinha do Brasil (1981). Adaptado por Nogara, 1994.
Escala aproximada de 1:50.000

Mapa 03 - Distribuição da População nos Diversos Ambientes do Saco de Mamanguá

Para efeito de identificação, denominou-se a Margem Leste de Margem Peninsular. Assemelha-se a uma península e aí estão localizados os grandes picos da região: o Pico da Cajaíba, o Pico do Cairucú, a Pedra da Jamanta, o Morro Pão de Açúcar e finalmente o Morro de Mamanguá.

A Margem Peninsular se diferencia da Continental por apresentar várias características próprias dos sistemas insulares. Uma primeira característica é seu isolamento maior, pois não há nenhuma estrada ou caminho que a liga a Parati-Mirim e Parati, como ocorre com a Continental, de onde sai a trilha que leva à primeira localidade citada. Quando o mar-de-dentro fica agitado, a população pode ficar ilhada por vários dias, pois apenas as embarcações maiores, motorizadas (baleeiras ou botes), se arriscam a sair da Margem Peninsular para atravessar para a Continental, de onde as pessoas podem tomar a trilha. Essa característica não é somente geográfica, mas parece ter implicações sociais e culturais. Além de ser mais populosa, a Margem Peninsular apresenta uma população que se relaciona mais com as comunidades também mais ilhadas, como a Cajaíba, uma península, acessível por terra a partir da Praia dos Engenheiros. Essa característica "insular" não impede outros tipos de contato com o mundo exterior. Em alguns casos esse contato chega a ser mais intenso do que o existente na Margem Continental, na medida em que um número maior de jovens é embarcado, frequentando outros portos e voltando uma vez por mês às suas praias de origem. Essa característica "insular" não foi estudada aprofundadamente na pesquisa, permanecendo um aspecto a ser aprofundado por estudos posteriores. Na Margem Peninsular, em sua parte próxima à "barra", estão as melhores praias de areia de Mamanguá, pequenas e cercadas de pedras e matas.

Em sua grande maioria, foram compradas por especuladores imobiliários que, sem dúvida, aguardam ocasião mais propícia para revender. O preço já é alto, e os especuladores pedem cerca de 1.200 dólares por metro em algumas praias. A declaração dessa margem como parte da Reserva Ecológica da Juatinga, em 1993, e como "área non edificandi" ameaça estragar os planos dos especu-

ladores. Nas praias mais próximas do mangue, do povoado do Estaleiro, o único de Mamanguá em direção ao Fundo do Saco, se concentram os moradores locais e até recentemente havia poucos moradores de fora, a não ser uma propriedade antiga de turistas na praia da Ponta do Bananal. Nessa área, as posses têm menor valor, em virtude do fundo mais lodoso e dos ataques dos mosquitos.

A outra margem, aqui denominada Margem Continental, fica próxima a Parati-Mirim, localidade a que se interliga por uma trilha. Mais da metade dessa margem, até a Praia Grande, é composta de "sítios" e praias adquiridas por turistas. Essa margem tem uma densidade demográfica menor que a Margem Peninsular.

A partir do estreitamento da zona estuarina, à altura da Ponta do Bananal, inicia-se o Fundo do Saco, onde o corpo d'água volta a se alargar dando lugar a um extenso e magnífico manguezal.

Essa área é marcada pela existência de muitos rios responsáveis pelo rebaixamento da salinidade. Foi também a área onde se instalaram as várias fazendas e engenhos de cana-de-açúcar a partir do século XVIII e XIX. Aí, as atividades econômicas mais relevantes são a lavoura e o artesanato, ao contrário das duas margens, em que a pesca e o turismo são mais importantes.

Pode-se constatar que existem diferenças importantes no que diz respeito à ocupação do território entre essas três áreas. Nesse sentido, as análises tentarão levar em conta essas diferenças.

O Saco de Mamanguá é um local distante dos centros urbanos, acessível somente por embarcação ou por uma trilha para pedestre, que partindo da Margem Continental chega a Parati-Mirim. A Margem Peninsular é somente acessível por barco. As compras das mercadorias e o atendimento médico se fazem em Parati, distante três horas de barco. O frete elevado torna ainda mais alto o preço dos produtos já caros na capital do município. O abastecimento local é precário, feito por três "vendas", uma na Margem Continental e duas na Peninsular, que vendem alguns produtos de consumo imediato, a preços elevados (óleo, sal, café).

O local tem três escolas primárias, sendo uma na Margem Peninsular e duas na Margem Continental, obrigando as crianças a

longas caminhadas. O povoado do Cruzeiro é o único que agrega um certo número de serviços. Não existe escola secundária em Mamanguá.

Em 1993, foi construído um posto de saúde no povoado do Cruzeiro, cujo funcionamento é precário porque não tem pessoal médico regular e remédios. Por outro lado, a inexistência quase total de fossas sépticas e o uso de água não tratada facilitam a existência de várias doenças transmissíveis.

A moradia tradicional é a de pau-a-pique, feita de madeira de mangue, da mata, de barro, com cobertura de sapé. Esta última vem sendo substituída pela telha de amianto, pela dificuldade cada vez maior em se obter o sapé. O mobiliário da casa é simples, feito em geral com madeira local (caixeta) e o fogão é à lenha, na maioria dos casos. Em algumas casas existe o fogão a gás, mas este combustível tem preço elevado, sobretudo pelo transporte.

A dieta alimentar é simples, constituída pela farinha de mandioca fabricada continuamente, pelo peixe e ocasionalmente pela carne de caça. O consumo de verduras é quase inexistente. A fruta mais consumida é a banana, plantada próxima às casas. Alguns poucos moradores possuem galinhas, que são criadas soltas. Os remédios caseiros, sobretudo ervas, são utilizados para o tratamento das doenças mais simples.

A maioria dos moradores, com exceção de muitos que moram mais distantes do mar, como os do Fundo do Saco, possui também ranchos de sapé, onde guardam suas canoas e petrechos de pesca.

Cabem aqui algumas reflexões sobre a noção de "território" ou "lugar" existente nos tipos de culturas e sociedades tradicionais a que pertence a de Mamanguá.

Um elemento importante na relação entre populações tradicionais e a natureza é a noção de "território", que pode ser definido como uma porção da natureza e espaço sobre o qual uma sociedade determinada reivindica e garante a todos, ou a uma parte de seus membros, direitos estáveis de acesso, controle ou uso sobre a totalidade ou parte dos recursos naturais aí existentes que

ela deseja ou é capaz de "utilizar" (Godelier, 1984). Essa porção do mundo natural fornece, em primeiro lugar, a natureza do homem como espécie, mas também:

- a) os meios de subsistência;
- b) os meios de trabalho e produção;
- c) os meios de produzir os aspectos materiais das relações sociais, aqueles que compõem a estrutura determinada de uma sociedade (relações de parentesco, etc.) (Godelier, 1984).

O território depende não somente do tipo de meio-físico explorado, mas também das relações sociais existentes. Para muitas populações tradicionais que exploram o meio marinho, o mar tem suas "marcas" de posse, geralmente pesqueiros de boa produtividade, descobertos e guardados cuidadosamente pelo pescador artesanal. Essas "marcas" podem ser físicas e visíveis, como as "caiçaras" instaladas na laguna de Mundaú e Manguaba (Al). Elas podem também ser invisíveis, como os "rasos", tassís, corubas, em geral lajes submersas onde há certa abundância de peixes de fundo. Esses pesqueiros são marcados e guardados em segredo através do sistema de "caminho e cabeça" pelos pescadores do Nordeste (Maldonado, 1993), ou seja, os locais mais produtivos do mar são localizados pelo pescador que os descobriu por um complexo sistema de triangulação de pontos para o qual usa alguns acidentes geográficos da costa, como torres de igrejas, picos de morro, etc. (Diegues, 1983; 1993). Para as sociedades tradicionais de pescadores artesanais, o "território" é muito mais vasto que para as "terrestres" e sua "posse" é mais fluida. Apesar disso, ela é conservada pela "lei do respeito" que comanda a ética reinante nessas comunidades (Cordell, 1982).

Para as sociedades tradicionais camponesas, o território tem dimensões mais definidas, apesar da agricultura itinerante, através do pousio, demarcar amplas áreas de uso, sem limites muito definidos. Muitas dessas áreas, como no caso das comunidades caiçaras de São Paulo Bagre, em Cananéia (SP), são "comuns", isto é, posse de uma comunidade onde seus membros faziam suas roças. A terra em descanso ou o "pousio" é a marca da posse, onde depois de colhida a mandioca ficam os pés de banana, limão

e outras árvores frutíferas. Nas comunidades mencionadas, é estreita a relação com a Mata Atlântica, nicho importante para sua reprodução social. Dali retiram a madeira para suas canoas, para a construção, equipamentos de pesca, instrumentos de trabalho, medicamentos, etc. (Diegues, 1988).

Algumas dessas sociedades se reproduzem explorando uma multiplicidade de habitats: a floresta, os estuários, mangues e as áreas já transformadas para fins agrícolas. A exploração desses habitats diversos exige não só um conhecimento aprofundado dos recursos naturais, das épocas de reprodução das espécies, mas a utilização de um calendário complexo dentro do qual se ajustam, com maior ou menor integração, os diversos usos dos ecossistemas.

O território das sociedades tradicionais, distinto daquele das sociedades urbanas industriais, é descontínuo, marcado por vazios aparentes (terras em pousio, áreas de estuário que são usadas para a pesca somente em algumas estações do ano) e tem levado autoridades da conservação a declará-lo parte das "unidades de conservação", porque "não é usado por ninguém". Aí reside, muitas vezes, parte dos conflitos existentes entre as sociedades tradicionais e as autoridades conservacionistas.

A questão do espaço ocupado pelas comunidades caiçaras foi estudado por Winter, Rodrigues e Maricondi (1990), demonstrando como a noção espacial, nos parâmetros da cultura e modos de vida caiçaras da região de Guaraqueçaba (Paraná) são distintos das culturas urbanas. Os autores realçam a importância dos espaços de trabalho e produção agrícolas apropriados coletivamente, ainda que trabalhados a nível familiar. Dado o caráter informal da "posse coletiva", esses terrenos são alvo fácil da especulação imobiliária e os primeiros a serem vítimas de grilagem.

Ladeira (1992) enfatiza a noção de espaço e território para os *Guarani-Mbyas*, relacionada com os mitos ancestrais que os levam às migrações de vários pontos do Brasil e de outros países limítrofes, para o oceano, mais especificamente no litoral entre Rio de Janeiro e Paraná. Esse espaço é marcado por lugares marcados pela tradição, onde acampam em suas viagens. Uma parte desse território guarani, sobretudo os litorâneos, de São Paulo, Paraná e

Rio de Janeiro foram transformados em áreas naturais protegidas, e a presença ocasional desses indígenas, em sua migração, tem causado conflitos com as administrações dessas áreas.

Um aspecto relevante na definição de "culturas tradicionais" é a existência de sistemas de manejo dos recursos naturais marcados pelo respeito aos ciclos naturais, à sua exploração dentro da capacidade de recuperação das espécies de animais e plantas utilizadas. Esses sistemas tradicionais de manejo não são somente formas de exploração econômica dos recursos naturais mas revelam a existência de um complexo de conhecimentos adquiridos pela tradição herdada dos mais velhos, de mitos e símbolos que levam à manutenção e ao uso sustentado dos ecossistemas naturais.

Além do espaço de reprodução econômica, das relações sociais, o território é também o "locus" das representações e do imaginário mitológico dessas sociedades tradicionais. A íntima relação do homem com seu meio, sua dependência maior em relação ao mundo natural, comparada ao do homem urbano-industrial faz com que os ciclos da natureza (a vinda de cardumes de peixes, a abundância nas roças) sejam associados a explicações míticas ou religiosas. As representações que essas populações fazem dos diversos habitats em que vivem, também se constroem a partir do maior ou menor controle de que dispõem sobre o meio-físico. Assim, o caiçara tem um comportamento familiarizado com a mata, se adentrando nela para retirar os recursos de que precisa; ele também não tem receio de explorar os estuários e lagunas costeiras protegidas através de suas técnicas de pesca, mas muitos têm um verdadeiro pavor do mar aberto, do "mar de fora", da "passagem da barra", dos naufrágios e desgraças associadas ao oceano que não controla (Mourão, 1971).



Paulo José Nogara

Foto 03 - Construção da Canoa - Saco do Mamanguá, Parati (RJ).



Paulo José Nogara

Foto 04 - Artesanato de caixeta - Saco do Mamanguá, Parati (RJ).

3

Os Moradores

ESTE TRABALHO SE CONCENTRA exclusivamente na população de moradores, que vivem habitualmente nos vários "lugares", praias ou povoados, e portanto trata marginalmente de um outro tipo de população, a dos turistas que construíram casas secundárias em Mamanguá.

Ao contrário do que se poderia pensar, os moradores apresentam uma certa mobilidade espacial, mudando de um lugar para outro, dentro do Saco como também para fora dele, através dos processos migratórios. A mobilidade dentro da região se dá através dos casamentos, pelos quais geralmente a noiva deixa sua praia e vai morar na do seu marido. Muitas vezes, famílias inteiras mudam de um lado para outro em virtude da venda de sua "posse", passando a viver em outra praia onde têm ou adquiriram uma outra "posse". Algumas famílias deixam também lugares muito atacados por maruins, mudando-se para outros considerados menos infestados. Em alguns períodos, como na lua-cheia, os

povoados recebem dezenas de jovens embarcados que visitam suas famílias, tornando-se mais calmos depois de sua saída. Sucedem também casos em que a saída da família do irmão mais velho, com a venda da terra, colabora para desestruturar a vida das famílias dos outros irmãos que permaneceram no lugar, causando um abandono gradativo das terras e a mudança para outros "lugares" onde moram outros parentes. Num desses casos recentes, no Baixio, um dos irmãos mudou-se para uma outra praia para que sua família tivesse mais amparo dos parentes durante os meses em que está embarcado.

O Saco de Mamanguá tem 119 famílias de moradores, com 527 pessoas e 21 propriedades de turistas.

Tabela 1 - População de Mamanguá

MARGEM	NÚMERO FAMÍLIAS	%	NÚMERO PESSOAS	%	PROPR. DE TURISTAS	%
Continental	33	28,0	120	23,0	08	38,0
F. do Saco	23	19,0	100	19,0	01	5,0
Peninsular	63	53,0	307	58,0	12	57,0
TOTAL	119	100	527	100	21	100

Na Margem Peninsular encontra-se a maior densidade de moradores do Saco de Mamanguá. O povoado da praia do Cruzeiro, com 18 famílias e 96 pessoas, quase todas aparentadas, constitui-se no centro mais importante da região. Aí se localizam também o posto de saúde, uma escola, a igreja católica da região, o estaleiro e um dos bares de Mamanguá. O Baixio apresenta o maior número de moradores da região, 116 moradores, ainda que espalhados por uma extensão maior de terra, inexistindo um centro que aglomere os moradores (Mapa 3).

As casas dos turistas se encontram concentradas na Praia do Engenho, onde existe o único condomínio do Saco de Mamanguá (8 casas de turistas); na Ponta da Romana (4 casas de turistas) e Baixio de Dentro (4 casas de turistas).

A população local se distribui nas seguintes praias: Ponta do Bananal - 1 família; Baixio - 21 famílias; Cruzeiro - 18 famílias; Praia do Pimenta - 1 família; Praia do Costa - 2 famílias; Ponta da Romana - 14 famílias; Ponta do Engenho - 1 família; Ponta do Sobrado - 1 família; Ponta do Buraco - 1 família.

A Margem Continental, mais próxima a Parati-Mirim, apresenta uma população de 33 famílias, dispersas nas seguintes praias e costões com moradores locais: Praia das Mocas - 1 família; Pontal - 7 famílias; Praia do Lopes - 1 família; Costão - 5 famílias; Praia Grande - 9 famílias; Ponta do Leão - 6 famílias; Ponta do Carro - 3 famílias; Ponta do Descalvado - 1 família.

No Fundo do Saco existem duas aglomerações de moradores, onde vivem 23 famílias: Regate, com 11 famílias e Curupira, com 12 famílias (Mapa 3).

Tabela 2 - Idade dos Casais, por Faixa Etária, em Porcentagem

MARGEM	15-25 %	26-35 %	36-60 %	+ 50 %	TOTAL
Continental	6,0	21,5	29,5	43,0	100
F. do Saco	0,7	27,2	27,2	45,5	100
Peninsular	23,5	18,5	31,0	26,3	100
TOTAL	9,8	22,8	29,2	38,2	100

A análise (Tabela 2) revela que 9,8% dos casais estão na faixa etária de 15 a 25 anos; 22,8%, na faixa entre 26 e 35 anos; 29,2% na faixa etária entre 36 a 50 anos e 38,2% tem idade superior a 50 anos. A situação etária mais normal é a da Margem Peninsular, onde mora mais da metade da população de Mamanguá, pois existem 23,5% dos casais entre 15 e 25 anos, e somente 26,3% com mais de 50 anos. O Fundo do Saco e a Margem Continental apresentam uma população mais velha, pois mais de 40% dos casais tem idade superior a 50 anos.

Enquanto as famílias da Margem Peninsular apresentam a maior proporção de filhos por casal, as da Margem Continental

possuem menor média. Essa proporção talvez se explique pelo número reduzido de casais novos com filhos e a maior porcentagem de casais com idade superior a 50 anos nessa Margem.

Tabela 3 - Média de Filhos por Casal

MARGEM	MÉDIA DE FILHOS POR CASAL
Continental	3,5
F. do Saco	3,8
Peninsular	3,8

A migração para fora de Mamanguá parece ter sido intensa no passado, principalmente após o esvaziamento econômico da região nos anos 50. Essa emigração continua até hoje, talvez em escala menor que no passado. Há um número significativo de velhos sem filhos, morando sobretudo na Margem Continental - onde verificou-se também a maior porcentagem de filhos da região - e também no Fundo do Saco.

Tabela 4 - Local de Nascimento dos Pais

MARGEM	TOTAL	MAMANGUÁ	JUATINGA	FORA
Continental	18	72,2%	5,5%	22,2%
Fundo do Saco	09	100%	0,0%	0,0%
Peninsular	38	78,9%	15,7%	5,2%
TOTAL	65	80%	10,7%	9,2%

Dentre os pais de família, 80% nasceram em Mamanguá e somente 9,2% vem de fora da região, em geral homens que se casam com mulheres do lugar. Cerca de 10,7% provêm de praias próximas, mas fora de Mamanguá, como Sono, Cajaíba. Aliás, existe um intercâmbio significativo de pessoas e contatos entre os mora-

dores das praias de Mamanguá e de outras praias, situadas a duas ou três horas de caminhada. É também na Margem Peninsular que esse intercâmbio é maior, pois cerca de 15,7% dos pais de família são provenientes de praias próximas. Por outro lado, é na Margem Continental, a mais influenciada pelo turismo, que mora o maior número de pessoas que migraram para Mamanguá, de outras regiões do país.

Pode-se constatar que grande parte dos moradores se distribuem por cerca de 7 ou 8 famílias (os Conceição, Santos, Nascimento, Oliveira, Souza, Campos, Mattos, Spíndola), entre as quais as pessoas se casam. Na Margem Peninsular, por exemplo, existem entre 3 ou 4 grandes famílias que agregam a quase totalidade da população.

O grau de analfabetismo dos pais, como pode ser atestado pela Tabela 5 é de cerca de 50%, sendo maior na Margem Peninsular (62%) e menor na Margem Continental (27%). A porcentagem maior de alfabetizados na Margem Continental pode ser explicada pela existência de duas escolas primárias, ao contrário da Margem Peninsular, onde existe somente uma, obrigando as pessoas a deslocamentos maiores.

Tabela 5 - Grau de Alfabetização dos Pais

MARGEM	TOTAL	ANALFABETO	SEMI-ANALFABETO	ALFABETIZADO	OUTROS
Continental	18	27,7%	11,1%	61,1%	0,0%
Fundo do Saco	9	44,4%	22,2%	33,3%	0,0%
Peninsular	37	62,1%	10,8%	24,3%	2,7%
TOTAL	64	50,0%	12,5%	35,9%	1,5%

O Saco de Mamanguá tem duas religiões dominantes: a católica, com 58,5% dos habitantes e a "crente" (Assembléia de Deus, Congregação Cristã do Brasil, Igreja Católica Brasileira) com 34%. Localizam-se aí 5 igrejas, sendo 1 católica e 4 "crentes". Os "crentes" se concentram mais na Margem Peninsular, pois três das

quatro igrejas protestantes aí se encontram. No Fundo do Saco existe a igreja "crente" mais antiga de Mamanguá (da década de 40) e na Margem Continental não existe nenhuma igreja.

Os pastores crentes vêm de fora de Mamanguá (Ubatuba, Parati) em barcos, trazendo, para alguns cultos, músicos que usam instrumentos desconhecidos em Mamanguá, como acordeão, clarineta, etc. Entretanto, os cultos durante a semana são organizados por líderes religiosos que moram no local.

4

Os Ecossistemas, seus Recursos e os Usos pela População Local

Os ECOSISTEMAS DA REGIÃO

a) A Mata Atlântica

O Saco de Mamanguá apresenta vários estágios de sucessão da Mata Atlântica, ecossistemas de transição (manguezal) para uma importante zona estuarina, do tipo "ria" ou "fiorde".

A Mata Atlântica ainda apresenta segmentos bem conservados, sobretudo nas áreas montanhosas mais elevadas, com as seguintes formações: Mata Primária de Encosta, Mata Secundária de Encosta com suas variações de desenvolvimento, Mata de Planície Costeira onde se localiza um importante caixetal e o Manguezal (Foto 5).

A Mata Primária de Encosta se situa entre 350 e 1000 metros de altitude, sobretudo nas encostas do lado oeste do pico do Cairuçu e Pedra da Jamanta e nos maciços do morro Pão de Açúcar



Adriana Mottoso

Foto 05. Saco do Mamanguá com manguezal ao fundo, Parati (RJ)

e Pico da Cajaíba, apresentando uma vegetação densa e bem conservada, onde existem árvores altas, formadoras do estrato arbóreo superior. Aí se destacam os cedros (*Cedrela fissilis*), as canelas (*Ocotea spp*, *Nectandra spp*), a canafistula (*Cassia spp*). No estrato inferior existem mirtáceas, leguminosas, palmeiras, etc.

“Do pedrão pra baixo, aquele morro grande que tem ali, o Cairuçu, é mata virgem” (Seu Benedito da Conceição, Praia do Baixio, Cruzeiro).

A Mata Secundária de Encosta é consequência do uso humano por muitas gerações, resultando na existência de matas em estado secundário de sucessão vegetativa. A maior parte das encostas se encontra ocupada por lavouras, matas de capoeiras e capoeirões e nas vertentes dos morros da Margem Continental, pela mata secundária de encosta, menos explorada.

Nas matas secundárias jovens há uma abundância de embaúbas (*Cecropia spp*) e de outras espécies de madeira mole, de

crescimento rápido. Além das espécies já citadas, existem o imbiruçu (*Pseudobombax grandiflorum*), timbuíba (*Enterolobium contortisiliquum*), fedegosa (*Senna macranthera*) e grande quantidade de epífitas, bromélias e orquídeas.

A Mata de capoeira, localmente conhecida como “tigüera”, ocupa áreas que já foram lavoura e se encontram abandonadas ou em pousio. O caiçara local, fazendo agricultura itinerante em pequenas áreas, depois de três a quatro anos de cultivo, deixa o local para plantar em outro. Nas terras muito enfraquecidas e ácidas aparecem o capim gordura (*Melinis minutiflora*), o sapê (*Imperata brasiliensis*), a samambaia (*Alsophila armata*), as embaúbas (*Cecropia spp*) entre outras. A Mata de capoeirão, apresenta as mesmas espécies de flora da mata de capoeira, em maior grau de desenvolvimento, bem como um maior número de palmeiras; palmeira brejaúba (*Astrocaryum tucuma*), palmeira indaiá (*Attalea dubia*), e o início do aparecimento das espécies ocupantes da mata secundária, já citadas anteriormente.

A Mata de Planície Costeira existe em terras baixas, amplamente irrigada por cursos d’água, no final do Saco de Mamanguá, após um extenso manguezal. Constitui-se numa mata perenifólia, com espécies como o palmito (*Euterpes edulis*), canela (*Ocotea spp*, *Nectandra spp*), guapuruvu (*Shizolobium parahyba*). Na interface com o mangue, existem manchas de caixeta (*Tabebuia cassinoides*), formando um importante caixetal muito utilizado para o artesanato local.

O extrato arbustivo é composto principalmente por pimenteiros (*Mollinedia spp*), gravatás (*Nidularium innocantii*) e banana do mato (*Bromelia antiacantha*). Essa área foi intensivamente utilizada há muito tempo, pelas grandes fazendas e hoje aí existem roças de subsistência.

O Manguezal situa-se no final da zona estuarina, composto de mangue vermelho (*Rizophora mangle*), mangue branco (*Laguncularia racemosa*) e mangue preto (*Avicenia Shaueriana*). Essa vegetação oferece substrato a um grande número de bivalves (ostras, por exemplo) e também proteção a inúmeras espécies de peixes e crustáceos.

A descrição e a análise da fauna da Mata Atlântica se tornam ainda mais complexas devido à precariedade dos levantamentos faunísticos existentes. A fauna da Floresta Atlântica permanece rica em diversidade biológica, com pouquíssimas espécies já descritas totalmente extintas. No entanto, as populações remanescentes, via de regra, estão representadas em muitos casos por apenas um número perigosamente reduzido de indivíduos. Pelo fato de as pesquisas faunísticas não terem sido realizadas em profundidade antes do desmatamento, acredita-se que muitas espécies pouco conspícuas tenham sido exterminadas sem que delas sequer houvesse conhecimento de sua existência (Câmara, 1991).

De acordo com a análise da fauna e flora realizada pela SEMA (Secretaria Especial do Meio Ambiente) em 1983, referente a ponta do Cairuçu, região esta confrontante ao Saco de Mamanguá, inúmeras espécies habitam a área, entre elas algumas ameaçadas de extinção, como o muriqui (Mono) (*Brachyteles arachnoidis*), já citado para a região por Aguirre (1971) e confirmado, através de comunicação verbal, por Dr. Coimbra Filho, especialista em primatologia e do preguiça de coleira (*Bradypus torquatus*).

"Macaco-Grande, de óculos, o tal de muriqui, ainda tem, tem poucos mais tem.... Sabe que ele mudou-se muito dessa parte daqui por causa da tiração de palmito, do barulho... As comidas dele são o palmito, dos passarinhos também, agora não tem mais... É difícil encontrá, ele é muito arisco, só gosta de lugar bem deserto, lugar de correio, cachoeira, de gruta ... e mais ele pressente a gente" (Seu Benito da Conceição, Praia do Cruzeiro).

É importante considerar as informações colhidas durante o trabalho de campo, pois também indicam que outrora grande quantidade de animais eram vistos próximos aos núcleos de habitação e que atualmente estão restritos às áreas mais inacessíveis como as encostas do Pico do Cairuçu.

"Antigamente, nós morava ali, nós saindo, indo na casa de um vizinho, passava pelo mato encontrava passarinho, encontrava vários

animais... Nós só caçava aqui no nosso local, não precisava subir" (morador da Praia do Cruzeiro).

Segundo Martinelli (1983), existem na região os seguintes animais: onça pintada (*Panthera onça*); jaguatirica (*Felis pardalis*); gato do mato (*Felis tigrina*); paca (*Caniculus paca*); coati (*Nasua nasua*); cotia (*Dasyproeta agouti*); cachorro do mato (*Cerdocyon thous*); mão pelada (*Procyon crancrivorus*); ouriço-Caxeiro (*Coendou villosus*); tamanduás (*Myrmecophagidae spp*); porcos do mato (*Tayassu*); tatu (*Dasypodidae spp*); saguis (*Callicthrix spp*); caxinguelê (*Sciurus spp*). Além de diversas espécies de aves como: macuco (*Tinamus solitarius*); jacú (*Penelope spp*); jucupemba (*Pepile superciliares*); jacutinga (*Pepile jacutinga*); tucanos (*Rhamphastos spp*); pica-paus (*Picidae*) e outros passarinhos.

"Passarinho miúdo tem bastante, tem sabiazinho ainda, sanhaçú, surucuá, dorminhoco, trocal, maritaca... Agora os outros passarinhos maiores tá fraco, diminuiu, mas diminuiu por causa de que? Diminuiu por causa das frutas que acabou. Sabiá-cica, era o que mais tinha, cadê o sabiá-cica? Urú, outro passarinho que tinha muito, tinha bandos e bandos, hoje você não vê mais... é passarinho que ninguém matô.... Saracura, outro pássaro que tinha no mangue, antigamente a gente sai aí no mar, de canoa, a maré tava vazia, dia de pegar camarão e tinha duas, três pela maré afora. Hoje não tem mais....

Socó tinha bastante também, mas fracassou. Outro passarinho que sumiu daqui foi o vira-bosta, tratam como gralha, hoje não tem mais" (Seu Orlando da Conceição, Praia do Cruzeiro).

Foram levantados, durante o trabalho de campo, alguns nomes populares referentes aos diversos pássaros que habitam o local: sabiá, sanhaçú, surucuá, dorminhoco, trocal, maritaca, tucano, jurita, papagaio. Também verificou-se a grande quantidade de répteis, cobras (jararacas, jaracuçu, coral, urutu, muçurana, surucucu, etc) e lagartos, bem como anfíbios.

As aves utilizam os manguezais para acasalamento e nidificação. Entre elas podem-se observar a garça branca (*Egretta thula*),

o martim pescador (*Ceryle torquata*) e o colhereiro (*Ajaia ajaia*) entre outros. Enquanto os mamíferos como o mão-pelada (*Procyon cancrivorus*) procuram o mangue como fonte potencial de alimento. Já os anfíbios e répteis são menos frequentes.

Os organismos sedentários aderem ao substrato vertical das raízes aéreas, caules, e plântulas de *Rhizophora mangle*. Ostras e cirripédes e outros animais que podem se retrair dentro de tubos, permanecem inativos durante maré baixa. Abaixo do nível mínimo de maré podem-se encontrar, fixas ao substrato, populações de briozoários, hidrozoários e tunicados.

Os organismos vageis têm ritmos de atividades relacionados às marés. Peixes como Gobiidae e Blenniidae, costumam permanecer enterrados no lodo ou entre as algas durante a maré baixa. Há também aqueles que adentram o manguezal somente durante a preamar à procura de alimento.

Crustáceos e gastrópodes predominam nesta região, sendo sua distribuição intimamente relacionada à mudança nos níveis de maré. Os caranguejos ocupam buracos úmidos ou apresentam comportamento migratório, subindo em árvores (Cintrón & Novelli, 1986).

Nas áreas mais próximas ao manguezal encontram-se o caranguejo guaiamum (*Cadisoma guanhumi*); caranguejo maria-mulata (*Geniopsis cruentata*); caranguejo uca (*Ucides cordatus*); ostra (*Crassostrea brasiliensis*); camarão branco (*Penaeus shimitti*); marisco (*Mytilus edulis*). Entre os peixes, há o robalo (*Centropomus sp*); a tainha (*Mugil platunus*); a pescada branca (*Cynoscion leiarchus*); a corvina (*Micropogon opercularis*).

b) A Zona Estuarina

A área aquática do Saco de Mamanguá, de domínio de água salobra, constitui-se numa "zona estuarina", conceito que se aplica não só às formações estuarinas típicas, mas também a outros ambientes costeiros de transição como baías, lagunas costeiras, deltas, áreas inundadas pela maré e as de entre-marés, afetadas por diferentes regimes de descarga de água doce (Miranda, 1990).

Ambrósio *et alli* (1993), após analisar as variações espaciais e temporais das propriedades hidrológicas e de circulação, conclui que a região não apresenta as características típicas de um estuário, devido às correntes de maré pouco intensas, associadas à fraca circulação gravitacional, decorrente da pequena descarga de água doce. A estrutura térmica é fracamente estratificada, a distribuição de sedimentos no fundo permite caracterizar a área como de baixa energia, o que ocasiona intensa deposição de lama. Esse autor também sugere que o sistema deve ser utilizado como refúgio de peixes juvenis.

A produção primária é maior na porção média da zona estuarina, onde se encontram melhores condições nutricionais, decrescendo em direção à barra (entrada da zona estuarina). Nesta porção, formada pela barra e pelo cinturão de ilhas próximas, predominam costões e formações rochosas como a ilha da Cotia e a ilha da Preguiça, nas quais existem polvos, lagostas, garoupas e badejos.

No interior da zona estuarina aparecem o parati (*Mugil curema*); a corvina (*Micropogon operculares*); o robalo (*Centropomus spp*); o vermelho (*Lutyanus aya*); a pescadinha-branca (*Cynoscion leiarchus*); a sardinha-lage (*Opisthonema oglinum*); a tainha (*Mugil platunus*); a guaivira (*Oligoplites saurus*); a salema (*Anisotremus virginicus*); a sororóca (*Scomberomus maculatus*); a moréia-pintada (*Gymothorax ocellatus*); o camarão branco (*Penaeus shimitti*) e outros.

Nos baixios e praias arenosas, em ambas as margens, ocorrem diversos tipos de crustáceos (siris e carangueijos) e moluscos bivalves (vôngole).

O USO DOS RECURSOS NATURAIS PELA POPULAÇÃO LOCAL

Em locais como o Saco do Mamanguá, onde o modo de vida tradicional ainda se mantém presente, a população combina atividades de pequenas agriculturas de subsistência, extrativismo vegetal, pesca, caça, coleta e artesanato (Diegues, 1988).

Essa combinação de práticas e usos dos recursos naturais é, de um lado, uma forma de utilização de vários ecossistemas, segundo suas características e de acordo com os "ciclos naturais", visando reduzir os riscos da dependência de um só recurso natural que poderia se esgotar, ameaçando a sobrevivência do grupo. De outro lado, essa combinação de atividades e usos está embasada num conjunto de conhecimentos e práticas que Levi-Strauss (1989) denomina de "ciência do concreto". Nesse sentido, existe no local uma extensa taxionomia *folk*, segundo a qual os vegetais e os animais são classificados em categorias como forte e fraco, vivo e não vivo, de couro e escama, masculino e feminino, bom e mau para o consumo, visível e invisível, bicho e não bicho ("*macaco não se deve matar: é uma pessoa*"). O uso de determinadas plantas ou peixes pode ser aconselhado ou desaconselhado segundo as situações como doença, gravidez, etc, e está também envolto em interdições expressas por tabus. Os moradores conhecem também um certo número de espécies que não tem uso definido:

"Aquele planta eu conheço, mas aqui não se usa."

Esse vasto conhecimento foi explorado na pesquisa de forma somente parcial e incompleta, constituindo ainda um campo aberto para estudos mais aprofundados de etnociência (etnobotânica, etnoictiologia).

Marques (1994) discute em profundidade se o conhecimento e as práticas tradicionais são necessariamente "conservacionistas" dos recursos naturais e ecossistemas. Assim como não se pode partir do princípio de que os ecossistemas estão necessariamente em equilíbrio, não se pode afirmar, sem uma análise detalhada, se as práticas tradicionais de uso dos recursos naturais são forçosamente "conservacionistas". No entanto, o relativo grau de conservação de muitos recursos naturais verificado em Mamangá é fruto de práticas culturais embebidas de longo e profundo conhecimento dos processos ecológicos, através da "ciência do concreto", ou do saber tradicional. É importante se acentuar, no entanto, que essa região sofre, desde muito tempo, um amplo e profundo pro-

cesso de mudança e sobretudo de vinculação maior à economia capitalista de mercado e que essa articulação passa a demandar determinados recursos naturais (e não outros) numa intensidade nunca antes vista no lugar. É o caso do camarão que passou a ser mercado há somente algumas décadas, sendo que antes da prática do arrasto era marginalmente capturado. O mesmo ocorre hoje com o palmito, a caixeta, o caranguejo, etc. Essas novas demandas tem impacto não somente sobre a intensidade do uso, mas também sobre as tecnologias patrimoniais de pesca, algumas das quais foram substituídas por outras menos seletivas e mais predatórias. Trata-se, portanto, de processos pelos quais o valor de uso (consumo) é substituído pelo valor de troca ou mercado.

As Formas de Utilização dos Recursos Naturais da Mata Atlântica

O uso dos recursos da mata se faz por meio da caça em pequena escala que serve para consumo doméstico, da extração de madeira, bambus, sementes e cipós para diversos fins: artesanato, construção de casas, canoas e barcos, utensílios domésticos, medicamentos e alimentação. Porém, é através da agricultura de subsistência que se dá a principal ocupação do solo.

a) Caça

Esta é uma atividade que serve apenas para consumo próprio, sendo realizada em pequena escala o ano todo. É uma atividade secular que vem sofrendo alterações:

"Meu pai, uma vez, caçou um porco legítimo que pesava uns 80 quilos, aí, a gente arrumava ele, dava pros vizinhos, salgava, aproveitava, não botava fora não... E aí sobrevivia, né... Quando eu me entendi por gente, eu no caso estou com 45 anos, que cacei com meu pai, no caso eu levava um facãozinho, ou levava um xilozinho para comê uma farinha seca lá no mato, no caso de se perdê... Já encontrava alguma coisa, mas com dificuldade. Raras as vezes a gente voltava sem trazer

um objeto. Ou um pássaro grande, um jacu, um macuco ou caça, sempre. Mas depois, de 30 anos, a uns 25 anos atrás, veio fracassando 50% e até mesmo os caçadores já desanimaram, que vai no mato e não mata nada” (morador da praia do Cruzeiro).

O motivo deste fracasso está relacionado com atividades predatórias exercidas nos últimos anos, como a extração de palmito e outras árvores frutíferas que constituem a base da alimentação das espécies da fauna local, bem como o aumento do barulho decorrente do crescente desenvolvimento turístico e do aumento do número de caçadores, que procuram na caça um complemento da alimentação familiar.

“Hoje em dia, perde-se tempo pra encontrar alguma coisa e às vezes não se encontra nada. Tá muito fraco... Mas eu lhe digo, isso aí o que acabou mais foi a tiração de palmito, do barulho... O palmito é alimento de muitos passarinhos... A matança do palmito é o seguinte, que eu acho coisa errada, é que eles cortam o pé de palmito, e se o palmito encostou naquele pau, o cara derruba aquele pau, aí o outro pau, três, quatro paus para tirá hum só palmito... E ali ele não tá escolhendo qual o pau que abate, às vezes é pau de lei, um cedro ou outro pau de fruta... Antigamente tinha gente que não dava prô mato, era mais meu pai e meu tio que pertubava uma caça.... O meu irmão João, aquele bem forte, foi criado com carne de caça.... Ah, hoje em dia tem mais caçador” (morador da Praia do Cruzeiro).

As áreas e a duração da caçada, mudaram de acordo com a abundância da caça. Normalmente, esta atividade é exercida durante o dia, sendo que o caçador local sai para caçar ao amanhecer (5 horas da manhã), retornando ao entardecer (6 horas da tarde).

“Eu caçava era nas encostas, do pedrão pra baixo... Eu caçava com o meu irmão, e às vezes vinha gente de fora pra caça aí. Vinha muita gente, eu caçei com um advogado e com um diretor do estado... Às vezes nós ia de manhã e voltava tarde. Só quando eu pousei na mata, lá

foi com o advogado, fiquei lá dois dias. E a outra vez fez oito dias lá com o diretor do Estado do Rio de Janeiro... Na mata aqui mesmo... Naquela época não cevava não, era nos barro... Quem fica no mato, é de fora, a turma aqui da área, eles vão no mesmo dia, sai cinco horas da manhã e volta seis horas da tarde, porque eles não aprofundam no mato. Eles não vão lá no centro, eles ficam na beirada”. (morador da Praia do Cruzeiro).

Com a diminuição de abundância das espécies faunísticas, verifica-se que atualmente também é necessário adentrar na mata primária em busca da caça, cada vez mais rara e encontrada, com mais frequência, nas encostas do Pico do Cairuçú.

Os métodos e horários de caça variam de acordo com a espécie procurada, aves, pacas, cotias, tatus, porco-do-mato, etc. São utilizados cachorros para caçar os animais maiores, apitos que simulam o chamado das aves, cevas e armadilhas próximas às palmeiras e árvores frutíferas, e “espera”, nas roças de mandioca, lugares procurados pelos animais.

Esta atividade é intensificada nos meses frios (inverno), quando a atividade pesqueira é menos intensa e nos meses subseqüentes, de agosto a novembro, que também correspondem à época em que o macuco (*Tinamus solitarius*), espécie bastante procurada, começa a “piar”, levando a um aumento da caça. Os passarinhos são capturados através de armadilhas (arapucas) ou abatidos por meio de estilingues, servindo também como fonte de alimento.

“O cachorro, qualquer caça eles corria. Agora, o que eles caçavam muito é porco-do-mato, cotia, paca... Costuma muito o cachorro andá na corda, só saía quando encontra o rastro... O tatú, é facil apanhá ele à noite, de dia só com cachorro que acha a toca dele... A paca também só à noite, a não ser com cachorro bom de rastro que vai no trilho e tira ela, que ela se amoita, quando não se entoca, arruma um lugarzinho e deita prá aguardá a noite par mariscá outra vez, e só com lua escura... Caça cotia, mais no engodo, tá na época agora do frio, porque não tem tanta fruta no mato, ela vem par cá mais na roça... Na ceva para paca e cotia,

tem diversas coisas que elas comem, mandioca, abricô, jaca, côco pindola e outras frutas. Ela é chegada na jaca, só que ela não come o favo, ela come o caroço que dá dentro do favo... Você deixa ali dois, três, quatro dias e quando chegá no quinto, sexto dia, você vai espiá a paca. Agora macuco, é na época que ele está piando, no mês de agosto/setembro/outubro até novembro, que é época boa par caça, agora ales pegam muito de gaiola no chão, ceva com mandioca... Macaco a gente não caça, a gente encontra ele, ele é um bicho diferente dos animais, é uma pessoa, matar um macaco é matar um ser humano..." (morador da praia do Cruzeiro).

As principais espécies mais comumente caçadas, podem ser melhor visualizadas na tabela 6:

b) O Extrativismo

O extrativismo de espécies vegetais é realizado visando principalmente: alimentação, construção de casas, canoas, barcos, utensílios de pesca e diversos tipos de artesanatos. Os moradores retiram frutas, madeiras, como a caixeta (*Tabebuia cassinoides*) que é encontrada atrás do mangue, sementes, cipós, bambus, e outros produtos utilizados no artesanato.

A cultura tradicional se revela não apenas no conhecimento preciso das espécies como também pelo respeito às fases da lua, pois a extração de madeiras só é feita na lua minguante, para que não sejam atacadas por cupins, rachem ou lasquem. Além disso, a madeira não é retirada de maneira aleatória, escolhendo-se os exemplares de acordo com o tipo de uso, que, na maioria das vezes, é doméstico.

A atividade de extrativismo vegetal perde sua capacidade de sustentação diante da atividade predatória decorrente da extração ilegal e intensiva do palmito (*Euterpes edulis*) nesta última década, trazendo consigo não só ameaças de extinção da espécie, como também inúmeros impactos negativos sobre as espécies animais que tem no palmito sua principal fonte de alimento. Há também o impacto sobre outras espécies vegetais predadas durante o proces-

Tabela 6 - Caça: Espécies mais Caçadas

NOME POPULAR	NOME CIENTÍFICO	HÁBITAT	MÉTODO DE CAÇA
Paca Cotia Porco do mato	<i>Caniculus paca</i> <i>Dasyproeta agouti</i> <i>Tayassu spp</i>	Mata primária Mata secundária Mata de planície Lavouras	sozinho ou com cachorro, armadilhas com ceva, espera nas lavouras
Tatu	<i>Dasypodidae spp</i>	Mata primária Mata secundária Mata de planície	sozinho ou com cachorro
Capivara	<i>Hydrochaeris hydrochaeris</i>	Mata de planície várzeas	sozinho ou com cachorro
Gambá Coati	<i>Didelphis marsupialis</i> <i>Nasua nasua</i>	Mata primária Mata secundária Mata de planície	sozinho ou com cachorro, armadilhas com ceva
Jacu Macuco Nhambu Uru	<i>Penelope spp</i> <i>Tinamus solitarius</i>	Mata primária Mata secundária bem conservada	sozinho com apito, armadilhas com ceva
Diversos passarinhos	-----	Geral	com arapucas, com estilingue

Obs.: Consideram-se "Matas secundárias" as áreas de mata secundária de encosta, mata de capoeira e capoeirão. Considera-se "geral" todos os ecossistemas e suas variações presentes no Saco de Mamangá.

so de extração do palmito, assunto já citado anteriormente no depoimento oral de um morador da praia do Cruzeiro, a respeito dos motivos de fracasso da caça.

"O palmito é grande alimento pra esses passarinhos, macaco também come a casca, mete o dente e come... O palmito, ele é uma árvore que quando tem um cacho que está maduro, tem outro que está madurando, e outro que está verdinho. Quer dizê, não há falta de alimento para os pássaros. Mas com essa matança de palmito, o bicho não tem o que comer... Além disso, antes o pessoal cortava o palmito com machado,

hoje eles cortam com facão, qué dizê, é filhote, pequenininho... Você procura um palmito aí, nem prá remédio. Acabou demais. (...) A tiração de palmito tem uns dez anos... Olha, o palmito de primeira, o palmital começava ali na beira da casa... Outro dia eu tive lá na mata do Martin de Sá, nesse mato fechado, eu fui dar uma volta por lá e não acredito, até lá naquelas alturas eles estão explorando o palmito, é brincadeira, ali é mata virgem" (morador da Praia do Cruzeiro).

As principais espécies envolvidas no extrativismo vegetal, sua utilidade e seu principal local de ocorrência podem ser melhor vistos nas Tabelas 7a, 7b, 7c:

c) A Agricultura de Subsistência

Mussolini (1953) trata da agricultura ou lavoura de subsistência como sendo o cultivo para garantir a sobrevivência das populações locais.

A lavoura mais comum é a de mandioca e banana, feita após a limpeza do terreno, um mês antes do plantio. A área cultivada é quase sempre pequena, de algumas poucas tarefas (20m x 20m). Kempers (1993) calcula que para cada meio hectare de roça existem cerca de 5 ha de pousio.

As roças se localizam, na maioria dos casos, nas encostas próximas às casas, mas também em áreas de pousio ou de mata, distantes, por vezes, a horas de caminhada. Estas últimas são visitadas com menor frequência, sendo atacadas por animais que se alimentam de raízes de mandioca (paca, cotia). Os lavradores podem ficar aí vários dias, trabalhando e morando em ranchos provisórios de sapê. Alguns têm ali sua casa de farinha. Aproveitaram também a sua estada para caçar.

Na região, são conhecidas e plantadas por volta de 10 espécies diferentes de mandiocas (*Manihot esculenta*), as quais são definidas segundo uma taxionomia própria: Aipim bahia, Aipim tupã, Aipim vareta, Aipim seda, Aipim manteiga, Aipim alecrim, Aipim ipê, Aipim maricá, Aipim landi, Aipim negra. Esta variedade de espécies plantadas na mesma roça tem como objetivo diminuir a

Tabela 7a - Extrativismo: Espécies Vegetais Utilizadas no Artesanato

ESPÉCIES (NOME POPULAR)	ÁREA DE MAIOR OCORRÊNCIA	UTILIZAÇÃO
Caixeta	Mata de planície próxima ao mangue	Artesanato (gamelas, barquinhos, peixes e aves de madeira), canoas, batente de porta e janelas, utensílios domésticos
Palha de broto de brejaúba	Mata primária Matas secundária Mata de planície	Artesanato, abanador
Bambu japonês	Mata primária Mata secundária	Estantes, armários, vara de pesca
Bambu preto	Mata primária Mata secundária	Construção da casa de taipa
Bambu gigante	Mata primária Mata secundária	Bica de água, covo pesqueiro (cercada)
Taquara lixa	Mata primária Mata secundária	Covo pesqueiro
Taquara açu	Mata primária Mata secundária	Tapiti (prensa de mandioca)
Cipó camburá Cipó ferrinho	Mata primária Mata secundária	Envasar, amarrar estuque (casa de taipa)
Cipó balaio	Mata primária Mata secundária	Construção de balaio
Cipó timbupeba	Mata de planície	Balaio para guardar isca para pesca
Cipó imbé	Mata primária Matas secundária Mata de planície	Utilizado para todo tipo de amarração
Saputiaba Pimentinha	Mata secundária	Construção de covos pesqueiros (cercada)

Tabela 7b - Extrativismo: Madeiras Utilizadas nas Construções de Casas, Canoas e Barcos

ESPÉCIES (NOME POPULAR)	ÁREA DE MAIOR OCORRÊNCIA	UTILIZAÇÃO
Jacatirão, Cubatã, Tatuzinho Vara fisga (vermelha/preta)	Mata primária Matas secundária Mata de planície	Madeiramento do telhado
Canela	Mata primária Matas secundária Mata de planície	Coluna da casa, tábua de barco madeira de telhado
Caixeta	Mata de planície	Batente de porta e janela
Timbuiba	Mata primária Matas secundária Mata de planície	Madeiramento de telhado, construção de canoa
Ingá ferrinho Ingá flecha Ingá concha	Mata primária Matas secundária Mata de planície	Construção de canoas
Cobi	Mata primária Mata secundária	Construção de canoas
Guapuruvu	Mata primária Matas secundária Mata de planície	Construção de canoas
Canafistula	Mata primária Matas secundária Mata de planície	Construção de canoas e barcos
Aricurana	Mata primária Matas secundária Mata de planície	Construção de canoas e barcos
Ipê	Mata primária Matas secundária Mata de planície	Construção de canoas, barcos e pontilhão de cais
Jequitibá	Mata primária	Construção de canoas
Cedro	Mata primária Matas secundária	Construção de canoas e barcos
Louro	Mata primária Matas secundária	Construção de canoas e barcos
Figueira parda	Mata primária Matas secundária	Construção de canoas

Tabela 7c - Extrativismo: Espécies Vegetais Utilizadas na Alimentação

ESPÉCIES (NOME POPULAR)	ÁREA DE MAIOR OCORRÊNCIA
Palmito	Mata primária, mata secundária, mata de planície
Fruta abuta Bacupari Guaricica	Mata primária, mata secundária, mata de planície
Brejaúba Indaiá Palmeira Natal Côco mamona Araçá	Mata primária, mata secundária, mata de planície
Ingá macaco Ingá cipó	Mata primária, mata secundária, mata de planície

Obs.: Consideram-se *Matas secundárias* as áreas de mata secundária de encosta, mata de capoeira e capoeirão

vulnerabilidade de todo o cultivo em relação a doenças e/ou pragas. Deste modo, o cultivo da mandioca se constitui em importante evidência do tipo de relação que as comunidades locais estabelecem com a natureza, visando diminuir a vulnerabilidade deste produto como um todo, em relação a doenças (Moreira, 1993). Tal atividade, como é manejada, pode ser um ponto de partida para estudos mais amplos que demonstrem as estratégias da população local para manter uma elevada biodiversidade.

Além da mandioca, há o plantio de cana-de-açúcar (*Saccharum officinale*), milho verde (*Zea mays*) e feijão (*Canavalia sp*), citados anteriormente. Estas lavouras são regidas por um calendário que determina as épocas de limpeza do terreno, plantio e colheita, que estão relacionadas na Tabela 8.

Além da lavoura, plantam-se árvores frutíferas nas proximidades das moradias, para consumo doméstico, e em alguns casos, certas frutas, como a banana, são vendidas. As principais espécies de árvores frutíferas plantadas são:

Tabela 8 - Lavoura: Calendário Agrícola

ESPÉCIE	LIMPEZA DO TERRENO	PLANTIO	COLHEITA
Mandioca	julho/agosto	agosto/setembro	a partir de 12 meses após plantio
Cana-de-açúcar	fevereiro	março/abril	a partir de 12 meses após plantio
Milho verde	julho/agosto	setembro/outubro	a partir de 3 meses após plantio
Feijão	junho/julho	agosto/setembro	a partir de 3 a 4 meses após plantio

- abacaxi (*Ananas cominosus*);
- laranja (*Citrus sp*);
- limão (*Citrus sp*);
- manga (*Mangifera indica*);
- banana (*Musa paradisiaca*);
- abacate (*Persea americana*);
- maracujá (*Passiflora edulis*);
- jaca (*Artocarpus integrifolia*);
- jabuticaba (*Myrciana trunciflora*);
- côco bahia (*Cocos nucifera*);
- goiaba (*Psidium guajava*);
- mamão (*Carica papaya*);
- pitanga (*Eugenia uniflora*);
- caju (*Anacardium occidentale*).

Também próximo às moradias, nos quintais, costuma-se plantar, em poucos canteiros, flores, ervas medicinais e raras hortaliças, como couve, cheiro-verde e condimentos para a cozinha, como pimenta-malagueta. Kempers (1993) cita algumas ervas medicinais que, somadas às informações coletadas durante o trabalho de campo, são as seguintes:

- boldo (dor de barriga);
- cidreira (dor de barriga, calmante);

- louro (dores em geral);
- erva doce (dores em geral);
- tachagem (inflamação de garganta/boca);
- hortelã preta (dor de barriga, verme);
- camomila (cólicas, verme, desarranjo);
- santa maria (cólicas);
- maria preta (machucados em geral, extrai-se o sumo e põe-se no machucado);
- saião (pneumonia e problemas respiratórios, extrai-se o sumo e toma-se três vezes ao dia);
- poejo (tosse, gripe).

Também utilizam o *cipó abutá* como remédio contra câncer de seio (cozinha-se a raiz de abutá verde, toma-se o líquido e banha-se o seio durante quinze a vinte dias).

As Formas de Utilização dos Recursos Naturais do Mangue

O mangue é um verdadeiro reservatório de recursos naturais para uso doméstico, onde são coletados animais, madeiras, folhas, etc. As árvores são utilizadas como combustível, convertidas em lenha ou carvão, bem como na construção de casas, pois sua madeira oferece em geral alta resistência (Hertz, 1988).

As espécies arbóreas, como o mangue preto ou siriúba (*Avicennia shaueriana*), são aproveitadas de inúmeras maneiras: seu tronco, serve como coluna/base para as construções das casas de pau-a-pique, típicas do litoral; a casca e suas folhas são queimadas servindo como repelente aos insetos que se encontram em grande quantidade nas proximidades do mangue durante a lua cheia e nova. Nas raízes do mangue vermelho (*Rizophora mangle*) desenvolvem-se ostras (*Crassostrea brasilienses*) que são coletadas durante a maré baixa o ano todo.

A região do mangue oferece à população fonte de alimento como caranguejos, ostras, mariscos que são coletados ou capturados através da pesca.

O caranguejo (*Ucides cordatus*) é muito explorado e merece uma abordagem um pouco mais detalhada. Atualmente, o caranguejo vem sofrendo a ação predatória pelos coletores de fora do Saco de Mamanguá, especificamente pelos de Magé (RJ), durante o verão (novembro a janeiro), “época em que os caranguejos saem para fora das tocas para brigar”, segundo os moradores locais, e que pode ser entendida como época de reprodução. Relatos indicam também que os coletores de Magé colocam armadilhas na boca de inúmeras tocas, e escavam muitos buracos de grandes dimensões para coletarem os caranguejos, prática considerada muito predatória pelos moradores.

“O caranguejo que eles apanham no mangue, eles exploram o mangue. Porque eles cavocam, eles pegam aqueles pedaços de saco plástico verde tipo nylon. Então botam na boca do buraco. Então não botam um só pedaço, eles botam em diversos buracos. O mangue é grande, então, no momento em que eles vão procurar, eles perdem o buraco. Então todos os caranguejos que saem, eles se enrolam com as unhas no saco. Ai alguns eles apanham e outros apodrecem, porque eles não vão apanhar, apodrecem... Faz alguns anos que o caranguejo diminuiu, simplesmente no tamanho. Antigamente o caranguejo era grande, gordo, agora a gente tá pegando um caranguejo miúdo, porque não tem tempo de crescer, é do tamanho de um siri. A época que o caranguejo sai da toca é a época em que ele tá bonito, já houve a criação, eles vão para a toca quando eles estão criando, tão ovados” (morador da Praia do Cruzeiro).

Tal atividade, além de prejudicar diretamente a população local pelo extermínio de uma fonte de alimento, tem forte ação impactante sobre o próprio ecossistema do mangue, pois além de acabar com uma espécie da cadeia alimentar, prejudica o funcionamento do mesmo.

Os principais produtos retirados do Mangue e utilizados pela população local podem ser vistos na Tabela 9:

Tabela 9 - Mangue: Recursos Naturais Extraídos do Mangue

PRODUTO	USO	USUÁRIO
Tronco de mangue vermelho, preto, branco	Combustível vegetal	população local
Tronco de mangue preto	Construção de casas, coluna de casas	população local
Folha e casca de mangue preto ou Siriúba	Repelente de insetos	moradores próximos ao mangue
Ostra	Alimento	população local
Caranguejo	Alimento	população local e coletores de fora

As Formas de Utilização dos Recursos Naturais da Zona Estuarina

A zona estuarina do Saco de Mamanguá abriga inúmeras espécies de grande importância para a pesca artesanal que representa a base da alimentação da comunidade local. A pesca é uma das atividades econômicas mais importantes da região do Saco de Mamanguá.

As espécies mais frequentes e procuradas pelos pescadores artesanais no interior do Saco do Mamanguá são parati (*Mugil curema*), corvina (*Micropogon operculares*), robalo (*Centropomus sp*) e camarão branco (*Penaeus schmitti*). Ocorrem durante o ano inteiro e são capturadas pela pesca de tresmalho, espera, tarrafa ou linha. Existem também espécies sazonais que frequentam a área como a tainha (*Mugil platamus*), tendo como principal época o inverno, sendo pescada com rede-de-espera nas proximidades do mangue ou mesmo no Rio Grande e Rio da Fazenda. A pesca com rede de espera tem importância fundamental, pois são capturados inúmeras espécies de peixes como: pescada-branca (*Cynoscion leiarchus*), guaivira (*Oligoplites saurus*), vermelho (*Lutjanus aya*), bagre Amarelo (*Arius spixii*) e, principalmente, o camarão branco (*Penaeus*

schmitti) que representa a maior fonte de renda para o pescador artesanal da região.

As medidas das redes variam, sendo normal a junção de redes com o propósito de aumentar a capacidade de captura, como *tresmalhos* que vão de 25 braças até 200 braças. As *malhas* e os *fios* das redes também variam dependendo do tipo de captura.

Dentre os métodos de pesca, a rede de tresmalho é a mais comumente utilizada, pois se trata de uma rede específica para o parati, que ocorre em abundância na região. A especificidade do uso dos diferentes tipos de rede será melhor tratado posteriormente no tópico referente às tecnologias patrimoniais na pesca.

O conhecimento empírico dos pescadores da região determina os melhores locais e métodos de pesca das espécies desejadas (Tabela 10).

A pesca de camarão com arrasto de fundo, exercida na costa, é feita pela rede em forma de saco com malha bastante pequena que é arrastada pelo fundo removendo o lodo, hábitat do camarão.

Recentemente, este tipo de atividade tem sido realizado no interior do Saco do Mamanguá, onde há abundância de camarão branco (*Peneaus schmitti*) por pequenos barcos de arrasto, o que é ilegal.

A realização deste tipo de pesca no interior do Saco de Mamanguá causa grande impacto à complexa e rica cadeia trófica, uma vez que é grande a quantidade de fauna acompanhante, composta por inúmeras espécies juvenis de organismos. A malha utilizada para tal atividade é pequena e a rede captura, além do camarão, uma grande variedade de organismos marinhos.

A utilização deste petrecho de pesca foi iniciado pelos pescadores de fora do Saco do Mamanguá e, posteriormente, adotada por alguns pescadores locais que compraram pequenos barcos de arrasto.

O abuso na utilização deste petrecho chegou a tal ponto que já se observa a escassez do camarão, outrora abundante na região, o que tem levado os próprios pescadores locais não-motorizados a se voltarem contra essa prática. Deve-se considerar que tal atividade além de preda a espécie de camarão branco (*Peneaus schmitti*), acaba também com a fauna acompanhante composta

Tabela 10 - Zona Estuarina: Utilização dos Recursos Estuarinos

ESPÉCIE (NOME POPULAR)	ÁREA DE MAIOR OCORRÊNCIA	ÉPOCA DE MAIOR OCORRÊNCIA	MÉTODO DE CAPTURA (TIPO DE REDE)	TAMANHO DA MALHA PADRÃO (em cm)
Parati	Geral	Ano todo	Tresmalho Espera Tarrafa (rio)	3,5 3,0 2,7
Corvina	Para fora da ponta do leão	Verão	Espera Batedeira	5,0 6,0
Robalo	Perto de parceis	Inverno	Espera Tarrafa Linha Mergulho	—
Tainha	Geral, rio grande, rio da fazenda	Inverno	Tresmalho, Espera Tarrafa	5,5 3,0
Camarão	Pontal para dentro Geral	Verão	Espera Tarrafa Puçá Arrasto (PE)	3,5 1,2 1,0
Pescada, Goete, Carapau, Sororoca, Guaivira	Geral	Ano todo	Espera Tresmalho	variável
Võngole	Baixios e praias arenosas	Ano todo	Coleta manual Mergulho	—
Polvos, Lagostas, Garoupas, Badejos	Parte anterior da zona estuarina (boca) e lageados	Verão Ano todo	Mergulho Linha de mão	—

pelas espécies juvenis de todos os peixes acima citados. Pelo fato de não apresentarem tamanho mínimo para comercialização, estes são jogados de volta ao mar sem ao menos poderem completar seu ciclo de vida ou chegar à maturidade sexual.

“Eu tenho 1.200 braças de rede de corvina de malha sessenta, não tem nada aí, não pega nada. Eu atravesso, eu boto uma rede daqui para lá e chego lá e vou apanhar e pego dois peixes. Na época do meu pai, há uns 10 anos atrás, você botava uma rede de quarenta braças e você apanhava uma quantidade de peixe... Então a exploração é muito grande, acabou-se, não tem mais aquela abundância de peixe. E cada vez tá pior, para ser sincero, cada vez pior” (morador da Praia do Cruzeiro).

Assim sendo, verifica-se que o impacto causado pela prática deste tipo de pesca na região assume grandes proporções, já que também acaba com os recursos marinhos utilizados pela maioria da população tradicional não-motorizada, que depende diretamente destes recursos pesqueiros como fonte de alimento ou fonte adicional de renda.

Notou-se também a existência de *pesqueiros* ou *cercadas*, atratores de organismos marinhos feitos com madeiras locais que resistem mais na água, como: siriúba, encontrada no mangue; saputiaba e pimentinha, presentes nas capoeiras. São aglomerações de troncos de madeira apoitadas por pedras de formato retangular ou redondo, colocados em lugares estratégicos onde não passam os barcos de arrasto de camarão. As cercadas também são colocadas em lugares secretos, para evitar que mergulhadores de Parati-Mirim os cerquem com tarrafa e realizem a pesca submarina em seu interior.

Os peixes começam a procurar estes cercados para alimentação e proteção, normalmente após o quinto mês de sua implantação. A captura se faz por meio da pesca com linha de mão. Esta prática, herdada dos “antigos”, merece maior atenção, porque representa mais uma forma tradicional e não predatória de utilização dos recursos naturais desenvolvida pela populações tradicionais.

O Sr. Licínio, morador do costão, afirma que, através da observação dos processos naturais, “os antigos” aprenderam a fazer as cercadas, pois quando um tronco cai na água, começa a atrair cracas, algas, limo, ostras que, por sua vez, atraem peixes, como robalos, badejos, vermelhos etc.

A CIÊNCIA DO CONCRETO E A CIÊNCIA MODERNA

O saber dos “antigos” se confronta com a ciência moderna quando da tentativa de introdução recente do chamado “recife artificial” (*fish attracting device*) por pesquisadores de fora da área. Esses recifes artificiais, formados por uma espécie de pirâmide de pneus velhos tem por objetivo atrair certos tipos de peixes, criando um habitat artificial. É uma técnica concebida e elaborada em países avançados como o Japão, onde se usam blocos de cimento colocados no mar, sendo depois exportada para países do Terceiro Mundo. Essa tecnologia foi criada a partir de conhecimentos científicos, que comportam noções apuradas de sucessão ecológica. Ao mesmo tempo, no caso de Mamanguá pensava-se em usar essas construções, imersas na água, para dificultar o arrasto ilegal de camarão.

Essa iniciativa causou grande polêmica no lugar e nas reuniões organizadas pela AMAM (ASSOCIAÇÃO DE MORADORES DE MAMANGUÁ), cujo presidente era, no momento, uma turista com casa no local — e não teve grande receptividade por parte dos moradores. Houve oposição, de um lado, por parte de alguns pescadores locais que praticam a pesca ilegal de arrasto e, de outro, por parte de pescadores de rede que temiam estragos em suas redes. Apesar dessa oposição, há uma concordância geral entre os pescadores de que a pesca de arrasto é prejudicial ao lugar porque tem contribuído para a pauperização biológica da zona estuarina.

Essa rejeição em adotar uma nova tecnologia, propugnada por cientistas, poderia ser analisada como uma reação da “tradição”

contra a "modernidade", ou pelo "conservacionismo inato" das populações tradicionais em adotar novas técnicas de manejo pesqueiro portadoras de benefícios sociais e ecológicos claros.

Esse não parece ser o caso em Mamanguá, pois, como foi visto, certos pescadores locais conhecem, de longa data, os "recifes artificiais" (pesqueiros), como pôde se verificar anteriormente. O "recife artificial local" tem algumas vantagens evidentes sobre o "importado", pois é construído com madeira local, de espécies vegetais conhecidas, ao contrário dos pneus que são trazidos de fora, com alto custo de transporte. Além disso, todo o processo de construção e instalação do "pesqueiro" é de conhecimento dos moradores locais podendo ser feito e colocado na água por uma ou duas pessoas, usando a canoa a remo. Ao contrário, a confecção do "recife artificial importado" necessita material especial e dado seu peso, não pode ser arrastado para o local de instalação pelas Canoas mas exige barcos motorizados mais possantes. Além disso, há indicações de que o pneu, depois de um certo tempo imerso, libera elementos químicos prejudiciais à flora e à fauna aquáticas.

Mais do que isso, o "segredo" é um elemento cultural importante para o êxito do "pesqueiro", pois êste é instalado nas proximidades da casa do pescador, em lugar guardado secretamente para que outros pescadores, sobretudo "os de fora", não venham se beneficiar deles, pescando em sua proximidade. Nesse sentido, essa técnica patrimonial está imersa na cultura local, apresentando nítidas vantagens sobre o "outro" recife artificial. Dentro dessa perspectiva, não se pode falar em "rejeição" de tecnologia moderna, mas numa proposta que, vindo de fora, ignora a realidade cultural local. Nas reuniões promovidas pela AMAM os pescadores nem mencionaram a existência dos "pesqueiros" que somente foram conhecidos no final da pesquisa etnográfica. Pode-se avaliar, portanto, os riscos da introdução da chamada "tecnologia moderna" sem um conhecimento prévio da realidade cultural local.

É interessante notar que os "pesqueiros" de Mamanguá existem também em outras regiões do Brasil, sob diferentes nomes.

Assim, na Lagoa de Mundaú-Manguaba são conhecidos sob o nome de "caiçaras", descritos por Diegues (1983) e, sobretudo, por Marques (1991). Tanto as "caiçaras" quanto os "pesqueiros" são verdadeiras unidades de recursos artificialmente induzidas e manipuladas pelos pescadores artesanais, concentrando biomassa. Além disso, a construção e implantação desses habitats artificiais revelam um amplo e profundo conhecimento tradicional sobre as correntes marinhas, o substrato em que eles repousam e sobre o processo de sucessão ecológica que aí se cria. Marques (1991) descreve, com minúcias, o etnoconhecimento dos pescadores lagunares de Mundaú sobre as espécies de flora e fauna aquáticas que se fixam nos paus da "caiçara", dando-lhe nomes locais. Primeiro aparece o "cabelo" (macroalgas), depois o "limo" (perifiton), depois o "buzame" (Terrinidae) e o "sururu" (*Mytella charruana*). Essas espécies atraem peixes que vivem nas "caiçaras" de forma mais ou menos permanente como a "carapeba" (*Eugerres brasilianus*), o "camurim" (*Centropomus* spp) e também algumas espécies de peixe que aí buscam um abrigo temporário, como a "salema" (*Asrchosargus* sp) e o vermelho (*Lutjanus* spp).

Em Mamanguá, os pescadores também enumeram as espécies que aparecem nos "pesqueiros" e seus hábitos alimentares, mas somente uma pesquisa mais aprofundada poderá revelar a riqueza do etnoconhecimento ictiológico acumulado.

Deve-se ressaltar também que esses habitats aquáticos artificiais existem na costa oeste da África, conhecido localmente sob o nome de "akadjás", descritos e analisados por uma vasta bibliografia internacional (Bourgeois, 1972).

Tornam-se aparentes, nos casos citados, o confronto de dois "saberes", o etnoconhecimento, ou saber tradicional e o moderno-científico. De um lado, está o saber acumulado das populações tradicionais sobre os ciclos naturais, a reprodução e migração da fauna, a influência da lua nas atividades de corte da madeira, da pesca, sobre o manejo tradicional dos recursos naturais, etc. Do outro, está o conhecimento científico, oriundo de um tipo de ciências naturais que, dentro de seus paradigmas, não dá lugar ao conhecimento *folk*, tido como "lugar comum", pré-científico. Ape-

sar da contribuição da etnociência no entendimento da relação homem-natureza e sobre a própria estrutura da percepção e do saber sobre o "mundo natural", os trabalhos de etnoecologia, etnobotânica, etnoecologia são vistos com desconfiança pelos biólogos e ecólogos de formação acadêmica clássica.

O desconhecimento das práticas do saber tradicional está relacionado, de um lado, com a aplicação de paradigmas de uma ciência positivista e reducionista e de outro lado com as características da produção e reprodução do saber *folk* dentro das próprias comunidades tradicionais. Esse saber está imerso em práticas e técnicas tradicionais de manejo do mundo natural e, nesse sentido, é marcado pela sua aplicabilidade prática, como é o caso do saber embutido na construção e gestão dos "pescueiros". Em muitos casos, essas práticas são marcadas pelo "segredo" que permite, por exemplo, aos pescadores artesanais o acesso a recursos naturais renováveis limitados, considerados como "bens comuns" (corpos de água, etc). Conservando esse conhecimento, transmitido somente de forma oral e passando-o somente a seus filhos ou companheiros, os pescadores podem evitar ou restringir o acesso aberto a esses recursos naturais. Nesse sentido, reside aqui um primeiro patamar da "invisibilidade" desse tipo de conhecimento e tecnologias patrimoniais. É de se ressaltar que esses últimos também podem ser apropriados por outros pescadores da comunidade através de processos sociais marcados pelo compadrio, como foi analisado por Cordell (1982). Essa "invisibilidade" também pode ser acentuada nos momentos de desestruturação dos modos de vida tradicional e o saber correspondente pode acabar desaparecendo com fim dos "antigos", pela sua morte ou migração. Por outro lado, essas práticas cognitivas e técnicas podem se tornar inadequadas quando surgem graves perturbações ecológicas, com alterações de salinidade da água, assoreamento de estuários, desaparecimento de espécies causado por intervenções humanas desastrosas.

No fundo, subjacente a essa discussão está a questão do controle do poder sobre o conhecimento científico e como este reforça as estruturas do poder. Reconhecer a importância do saber tradicio-

nal é, implicitamente, reconhecer que as populações tradicionais são sujeitos históricos, portadores desse conhecimento e que portanto, devem ser considerados como agentes fundamentais no conhecimento e sobretudo na gestão ou manejo das áreas chamadas naturais. Esse reconhecimento poderia retirar uma parte do poder conferido pela ciência às corporações tecno-burocráticas e acadêmicas que se autoconferem a exclusividade do saber científico e dos princípios e metodologias que regem os chamados "planos de manejo" das áreas naturais protegidas.. Desconhecendo e até rejeitando o saber tradicional, as corporações aninhadas nos órgãos ambientais decisórios como IBAMA, Secretarias de Meio-Ambiente e Universidades acabam atribuindo à fiscalização e à repressão policial o papel da "guardiães da biodiversidade" e os únicos defensores do "mundo natural". Procedendo assim, causam e alimentam conflitos insolúveis com as populações de moradores das áreas naturais protegidas, impedidas de produzir e reproduzir seu conhecimento tradicional, suas práticas econômicas e tecnologias patrimoniais e seu modo de vida, relegados a objetos do folclore.

A ciência do concreto, que se revela em Mamanguá não somente no caso do "pescueiro", não é menos científica, como afirma Lévi-Strauss, em seu trabalho: *A Ciência do Concreto* (1989). Como afirma Lévi-Strauss, o conhecimento tradicional não é menos científico, e seus resultados não são menos reais que o da ciência moderna baseada na observação e na experimentação.

"Existem dois modos diferentes do pensamento científico, um e outro, funções, não certamente estágios desiguais do desenvolvimento do espírito humano, mas dois níveis estratégicos em que a natureza se deixa abordar pelo conhecimento científico — um aproximadamente ajustado ao da percepção e da imaginação, e outro deslocado; como se as relações necessárias, objeto de toda ciência, neolítica ou moderna, pudessem ser atingidas por dois caminhos diferentes; um muito próximo da intuição sensível e outro mais distanciado" (p. 30).

A análise, ainda que preliminar do saber e das tecnologia patrimonial embutidas no "pesqueiro" revela que sua descoberta não se deve ao mero acaso, mas à longa observação de fenômenos naturais, do comportamento dos peixes. Também se deve à experimentação de tipos de madeira que melhor servem de substrato para a construção desses recifes artificiais, enquanto habitats criados pelo homem.

S

O Modo de Vida e as Tecnologias Caiçaras

O MODO DE VIDA existente nas praias de Parati é, em termos gerais, específico às populações caiçaras que habitam o litoral de São Paulo e Rio de Janeiro. Estas populações, em seu modo de vida, se distinguem das "caipiras", de "serra-acima" (planalto), por basearem sua subsistência num complexo calendário de atividades socioeconômicas e culturais ligadas à Mata Atlântica e ao litoral. Ademais, por serem resultado da miscigenação de índios, portugueses, e em menor quantidade, de negros, herdaram conhecimentos e técnicas e desenvolveram uma série de tecnologias patrimoniais. Como foi dito anteriormente, durante o período colonial, baseado na monocultura com trabalho escravo, essas comunidades humanas, freqüentemente isoladas geograficamente em praias, vendiam seu excedente nas cidades ou nas próprias fazendas e engenhos. Com a decadência da economia colonial,

essas comunidades tiveram sua população aumentada pelos escravos alforriados e posteriormente libertados, como ocorreu em Parati.

Essa ligação entre a utilização do mar e da mata, seguindo os ciclos naturais dos quais os caiçaras tinham e ainda têm um grande conhecimento, constitui-se, portanto, num elemento central dessa cultura (Diegues, 1988). Ou como afirma Mussolini:

“Conhece o homem muito bem as propriedades das plantas ao seu redor, bem como os fenômenos presos à terra e ao mar e que os norteia no sistema de vida anfíbia que leva, dividindo suas atividades entre a pesca e a agricultura de pequeno vulto, com poucos excedentes para troca ou para venda; os ventos, os “movimentos” das águas, os hábitos dos peixes, seu periodismo, a época e a lua adequada para por abaixo uma árvore ou lançar à terra uma semente ou u’á muda ou colher o que plantou” (1980a:225).

POPULAÇÕES TRADICIONAIS CAIÇARAS

Na perspectiva deste trabalho, os moradores do Saco de Mamanguá se incluem no conceito (por vezes ambíguo) de culturas ou sociedades tradicionais.

Dentro dessa visão, “culturas tradicionais” (num certo sentido todas as culturas são tradicionais) são padrões de comportamento transmitidos socialmente, modelos mentais usados para perceber, relatar e interpretar o mundo, símbolos e significados socialmente compartilhados, além de seus produtos materiais, próprios do modo de produção mercantil. Segundo Diegues (1992c):

“Comunidades tradicionais estão relacionadas com um tipo de organização econômica e social com pouca ou nenhuma acumulação de capital, não usando força de trabalho assalariado. Nela produtores independentes estão envolvidos em

atividades econômicas de pequena escala, como agricultura e pesca, coleta e artesanato. Economicamente, portanto, essas comunidades se baseiam no uso de recursos naturais renováveis. Uma característica importante desse modo de produção mercantil (*petty mode of production*) é o conhecimento que os produtores têm dos recursos naturais, seus ciclos biológicos, hábitos alimentares, etc. Esse “know-how” tradicional, passado de geração em geração, é um instrumento importante para a conservação. Como essas populações em geral não têm outra fonte de renda, o uso sustentado de recursos naturais é de fundamental importância. Seus padrões de consumo, baixa densidade populacional e limitado desenvolvimento tecnológico fazem com que sua interferência no meio ambiente seja pequena. Outras características importantes de muitas sociedades tradicionais são: a combinação de várias atividades econômicas (dentro de um complexo calendário), a reutilização dos dejetos e o relativamente baixo nível de poluição. O uso cauteloso dos recursos naturais é parte integrante de sua cultura, uma idéia expressa no Brasil pela palavra “respeito” que se aplica não somente à natureza como também aos outros membros da comunidade” (p.142).

As culturas e sociedades tradicionais se caracterizam pela:

- a) dependência da natureza, dos ciclos naturais e dos recursos naturais renováveis a partir do qual se constrói um “modo de vida”;
- b) conhecimento aprofundado da natureza e de seus ciclos que se reflete na elaboração de estratégias de uso e de manejo dos recursos naturais. Esse conhecimento é transferido de geração em geração por via oral;
- c) noção de “território” ou espaço onde o grupo social se reproduz econômica e socialmente;
- d) moradia e ocupação desse “território” por várias gerações, ainda que alguns membros individuais possam ter se deslocado para os centros urbanos e voltado para a terra de seus antepassados;

- e) importância das atividades de subsistência, ainda que a produção de "mercadorias" possa estar mais ou menos desenvolvida, o que implica uma relação com o mercado;
- f) reduzida acumulação de capital;
- g) importância dada à unidade familiar, doméstica ou comunal e às relações de parentesco ou compadrio para o exercício das atividades econômicas, sociais e culturais;
- h) importância das simbologias, mitos e rituais associados à caça, à pesca e atividades extrativistas;
- i) a tecnologia utilizada é relativamente simples, de impacto limitado sobre meio ambiente. Há uma reduzida divisão técnica e social do trabalho, sobressaindo o artesanal, cujo produtor (e sua família) domina o processo de trabalho até o produto final;
- j) fraco poder político, que em geral reside com os grupos de poder dos centros urbanos;
- k) auto-identificação ou identificação pelos outros de se pertencer a uma cultura distinta das outras.

Um dos critérios mais importantes para a definição de "culturas" ou "populações" tradicionais, além do modo de vida, é, sem dúvida, o "reconher-se" como pertencente àquele grupo social particular. Esse critério remete à questão fundamental da "identidade", um dos temas centrais da antropologia. Historicamente, sobretudo no início do século, quando a antropologia europeia e norte-americana se preocupava quase que exclusivamente com as chamadas "sociedades primitivas" nos territórios colonizados, a identidade do "outro" (Massai, Bororo, Mandinga, etc.) era facilmente determinada pelo pesquisador, sobretudo porque havia uma clara distinção étnica. Nesse sentido, mesmo no Brasil, o "outro" até recentemente era identificado com o "índio", havendo pouca preocupação com outras formas de alteridade. O surgimento de outras identidades sócio-culturais, como a "caiçara", é fato mais recente, tanto a nível de estudos antropológicos quanto a nível de auto-reconhecimento dessas populações como portadoras de uma cultura e um modo de vida diferenciado de outras

populações. Esse "auto-reconhecimento" é freqüentemente, nos dias de hoje, uma identidade construída ou reconstruída, como resultado, em parte, de processos de contatos cada vez mais conflituosos com a sociedade urbano-industrial, e com os "neo-mitos" criados por esta. Parece paradoxal, mas o "neo-mito ambientalista ou conservacionista" explícitos na noção de áreas naturais protegidas sem população tem contribuído para o fortalecimento dessa identidade sociocultural em populações como os quilombeiros do Trombetas, os caiçaras do litoral paulista, etc. Para esse processo tem contribuído a organização de movimentos sociais, apoiados por entidades não-governamentais, influenciadas pela ecologia social, por cientistas sociais, etc.

Essas características, mencionadas anteriormente, não devem ser tomadas de forma isolada, mas constituem uma totalidade que pode ser traduzida por "modo de vida", no sentido que lhe atribui Antônio Cândido, em *Parceiros do Rio Bonito* (1964). Nesse trabalho, Cândido descreve e analisa a "cultura caipira" como modo de vida próprio das populações interioranas do Estado de São Paulo, formada pela contribuição dos colonizadores portugueses, em seu cruzamento com o elemento indígena, e marginalmente, com o negro. Ademais não a considera equivalente à cultura ou sociedade de *folk*, mas corresponderia melhor à denominação de "*civilization traditionnelle*" de Varagnac ou de cultura camponesa.

"(...) a sociedade caipira tradicional elaborou técnicas que permitiram estabilizar as relações do grupo com o meio (embora em nível que reputaríamos hoje precário), mediante o conhecimento satisfatório dos recursos naturais, a sua exploração sistemática e o estabelecimento de uma dieta compatível com o mínimo vital - tudo relacionado a uma vida social de tipo fechado, com base na economia de subsistência" (Cândido, 1964:19).

Cândido enfatiza a obtenção dos meios de subsistência e as formas de solidariedade existentes nos bairros caipiras, entendi-

do como um agrupamento territorial, mais ou menos denso, cujos limites são traçados pela participação dos moradores em trabalhos de ajuda mútua (p.47). Além disso, o modo de vida caipira é marcado pela estreita ligação das representações simbólicas e religiosas com a vida agrícola, a caça, a pesca e a coleta.

“Magia, medicina simpática, invocação divina, exploração da fauna e da flora, conhecimentos agrícolas fundem-se num sistema que abrange, na mesma continuidade, o campo e a mata, a semente, o ar, o bicho, a água e o próprio céu. Dobrado sobre si mesmo pela economia de subsistência, encerrado no quadro dos agrupamentos vicinais, o homem aparece ele próprio como segmento de um vasto meio, ao mesmo tempo natural, social e sobrenatural” (Cândido, 1964: 138).

A respeito do ajuste ecológico entre a cultura caipira e o meio natural, Cândido afirma que o equilíbrio ecológico se estabeleceu em função das condições primitivas do meio: terra virgem, abundância de caça, pesca e coleta, fraca densidade demográfica, limitando a concorrência vital. Quando apesar disso o meio natural se exauria, o caipira procurava outro local para sua agricultura de subsistência.

Queiróz (1973) também, em seus vários trabalhos, pesquisou essa população tradicional composta de sitiantes, caipiras e caiçaras, definindo-a como lavradores cuja produção é orientada para a subsistência; são em larga escala auto-suficientes e independentes em relação à economia urbana; seus estabelecimentos são de tipo familiar, concentrando os chefes de família a iniciativa dos trabalhos efetuados na unidade de produção, trabalhos que não se distinguem, mas que se confundem com todas as atividades da vida cotidiana. O gênero de vida do camponês se forma em função da cidade, com a qual aparece em equilíbrio de complementaridade, de tal ordem que a cidade necessita muito mais dele do que ele dela. (p.35)

Descrevendo as culturas litorâneas, Mussolini (1980) afirma que o modo de vida caiçara resultou num aproveitamento inten-

sivo, quase exclusivo e mesmo abusivo dos recursos do meio, criando-se, desse modo, uma intimidade muito pronunciada entre o homem e seu hábitat.

“Conhece o homem muito bem as propriedades das plantas ao seu redor — para remédios, para construções, para canoas, para jangadas — bem como os fenômenos naturais presos à terra e ao mar e que o norteia no sistema de vida anfíbia que leva, dividindo suas atividades entre a pesca e a agricultura de pequeno vulto, com poucos excedentes para troca ou para venda: os ventos, os movimentos das águas, os hábitos dos peixes, seu periodismo, a época e a u’a adequadas para pôr abaixo uma árvore ou lançar à terra uma semente ou u’a muda ou colher o que plantou” (Mussolini, 1980: 226).

Essas últimas afirmações nos remetem à questão das sociedades tradicionais e da sustentabilidade. É importante recordar que o modo de produção que caracteriza essas formas sociais de produção é o da pequena produção mercantil; isto é, ainda que produzam mercadoria para a venda, são sociedades que garantem sua subsistência através da pequena agricultura, pequena pesca, extrativismo. São formas de produção em que o trabalho assalariado é ocasional e não é uma relação determinante, prevalecendo o trabalho autônomo ou familiar. E a pequena produção mercantil, como bem lembrou Barel (1974), é uma das formas sociais que têm uma história muito mais longa que aquelas dominantes, como a feudal e a capitalista. A pequena produção mercantil nunca foi independente, porém sempre existiu articulada a outras formas dominantes como a escravocrata, a feudal e a capitalista. A ordem escravocrata e a feudal desapareceram, mas a pequena produção mercantil continua existindo e mesmo na sociedade capitalista, em certos momentos históricos e em certas regiões, ela floresce, para depois entrar em crise (o que sucede, por exemplo, nos bolsões de economia de subsistência, em certas regiões mais isoladas).

Essa longa permanência histórica desse modo de produção se deve ao seu sistema de produção e reprodução ecológica e social.

São sociedades mais homogêneas e igualitárias que as capitalistas, com pequena capacidade de acumulação de capital, o que dificulta a emergência de classes sociais¹. As relações sociais como o compadrio funcionam como verdadeiras relações de produção, como afirma Godelier (1984), na medida em que podem determinar a forma social de acesso aos recursos, colaboram na organização dos processos de trabalho e, finalmente, marcam a distribuição do trabalho individual ou coletivo. As relações de compadrio, em muitas dessas sociedades, facilitam o acesso a zonas de produção (pesca, por exemplo) que de outra forma seria interdito. Constituem-se também na base da solidariedade grupal, juntamente com outras formas de cooperação, como o mutirão. Além disso, a tecnologia utilizada tem impactos ecológicos reduzidos sobre os ecossistemas que utilizam, permitindo a renovabilidade dos estoques e a sustentabilidade dos processos ecológicos fundamentais. Na maioria das vezes, sobretudo em regiões tropicais, essas sociedades tradicionais apresentam uma fraca densidade populacional.

As festas, as lendas, e a simbologia mítica, além da religião, afirmam a coesão social, mas de forma alguma fazem desaparecer os conflitos, como parecem fazer crer os que consideram essas sociedades como totalmente igualitárias.

À medida em que os processos fundamentais de produção e reprodução ecológica, social, econômica e cultural funcionam, pode-se afirmar que são sociedades sustentáveis. Essa sustentabilidade, no entanto, está associada a um baixo nível de desenvolvimento das forças produtivas, a um respeito pela conservação dos recursos naturais.

FABRICAÇÃO DA FARINHA

A farinha de mandioca, juntamente com o peixe, e algumas vezes a carne de caça é o alimento básico do caiçara. O processo de fabricação da farinha, bem como os nomes dos aparelhos, é he-

¹ Para uma discussão sobre o tema, ver Diegues, 1983; cap.XII.

rança indígena. Extraída da raiz da mandioca brava ou "rama" (*Manihot utilissima*), da qual os moradores extraem o ácido cianídrico (origem da toxidade) através da "prensa" de madeira, onde colocam os tapitis (cestos de timbopeva) cheios da massa de mandioca ralada.

A totalidade dos moradores de Mamanguá tem sua casa de farinha ou utilizam a da família extensa. No "aviamento" está também o forno de barro, com o tacho de cobre, a parte de maior valor, onde é torrada a farinha, num processo lento e demorado, onde a fumaça densa chega a prejudicar a vista. Este trabalho, juntamente com o ralar da "rama", é de responsabilidade primordial das mulheres.

Além da fabricação da farinha, também soca-se amendoim no pilão e, por vezes, os grãos de café colhidos localmente. Moe-se a cana em pequenas moendas de madeira para fazer a garapa. A cachaça não é mais feita em Mamanguá, mas encontra-se ainda morador que leva a cana para ser moída fora e ser transformada em aguardente, ficando ele com um terço da quantidade produzida.

A TECNOLOGIA PATRIMONIAL NA PESCA

As redes de uso local também trazem a influência dos índios que usavam redes de ticum para emalhar o peixe, e o modo de cercá-lo, batendo-se depois n'água para assustá-lo e para que fique aprisionado nas malhas. As redes de emalhar tiveram também a influência portuguesa, principalmente o *tresmalho*, o equipamento mais utilizado pelos caiçaras de Mamanguá para a pesca do parati. O *tresmalho* atualmente usado já não tem os três panos de rede, de malhas de tamanho diferenciado, usada pelos portugueses. Como descreve Mussolini, essa rede de três panos era conhecida antigamente pelo nome de "feiticeira", porque o peixe que nela batia não escapava:

"O que se conhece hoje como tresmalho é uma rede de forma retangular e de comprimento aproximado de 90 metros,

composta de uma única parede de malhas uniformes, de tamanho que permita prender o peixe pela cabeça. É empregado de três maneiras diferentes: (1) deixando-se a rede em posição transversal à correnteza. Ela se transforma, então, em "rede de espera", como se diz no litoral, sendo visitada em intervalos regulares de algumas horas para a despesca; (2) Na pescaria conhecida nas costas paulistas como "pesca de caceio". Neste caso, a rede é lançada n'água da maneira acima descrita, com a diferença, porém, de que o pescador, de dentro de uma canoa, mantém seguro na mão um cabo que se prende à tralha da cortiça, de sorte que a rede vai acompanhando o movimento da canoa que se desloca; (3) Finalmente, ainda se usa o tresmalho para fazer o "cerco" em pleno mar" (Mussolini, 1980a: 233).

O tresmalho foi também usado para a pesca da tainha, e nesse caso, juntavam-se mais de uma rede (o terno), pertencente freqüentemente cada uma a um pescador diferente. Durante essa pesca, realizada nos meses frios (maio-julho), eram utilizadas duas canoas para efetuar o cerco da tainha. De acordo com a descrição detalhada de Mussolini (1980b), caracteriza-se como a pesca mais tradicional do litoral paulista e fluminense. A partilha da produção se fazia entre os participantes, depois de se deduzir o "terço" que cabia aos donos das redes.

Hoje a tainha pode ser capturada com o tresmalho simples, o mesmo utilizado para a pesca do parati; sendo necessário apenas o trabalho de um pescador, ajudado freqüentemente por um ou dois filhos, ficando toda a produção para a família.

Até a década de 1950, o tresmalho era feito localmente com fios de algodão, o que obrigava a constantes tingimentos. Colocava-se a rede numa canoa, embebida num líquido de casca de aroeira, cobí ou mangue, deixando-se depois secar na praia, em estruturas feitas de paus do mato. Posteriormente, o fio de algodão foi substituído pelo fio de náilon, que dispensa tal atividade. A panagem da rede é hoje, quase sempre, comprada em Parati e entalhada pelos pescadores locais. O alto preço da panagem tem dificultado cada vez mais sua aquisição em Mamanguá.

O pescador de Mamanguá usou também, até recentemente, a rede de "trolha" (como se diz localmente) ou "tróia", utilizada em duas canoas através das quais os pescadores cercavam o peixe.

Além do anzol, empregavam também o espinhel, técnica de pesca de origem portuguesa que consiste num aparelho formado por uma corda mestra em que se penduram os anzóis, de tamanhos diferentes, segundo o peixe a que se destina. O espinhel é lançado, anzol por anzol, de dentro da canoa, ficando fundeado por meio de bóias na parte superior e de poitas, na inferior. Ele é visitado e recolhido, quando ocorre a despesca. Hoje o espinhel é usado mais por barcos motorizados (botes) que pescam fora do Saco de Mamanguá.

Observou-se também a existência, na casa de um pescador, de "manzuás" ou covos para pescar peixes demersais. Há também alguns pescadores que fazem os pesqueiros ou cercadas, onde finca-se no fundo da zona estuarina, próximo à sua casa, galhos de árvore para "atrair peixes", especialmente o robalo, que depois são capturados com anzol ou rede. Trata-se de uma versão simples dos "atratores de peixes".

AS EMBARCAÇÕES

A embarcação mais utilizada tanto para o transporte quanto para a pesca é a canoa, feita de madeiras locais, como o guapuruvu, cedro, canafístula, ingá, jequitibá, canela, figueira, cobí, caixeta e timbuíba. Estas últimas ainda são abundantes em Mamanguá, mas o cedro e a canafístula estão se tornando mais raros. Essas árvores são retiradas em dias de lua fraca, a minguante, pois a "água vem para as raízes" e não dá bicho. Além disso, o jequitibá e o cedro, muito procurados como madeira para as canoas, depois de derubados devem permanecer longos meses no chão.

"Aparecem os brotos e quando eles secam, está na hora de tirar o tronco do mato. Se não espera a madeira secar, dá a canoa do ar-

rependimento, porque ela racha e o camarada fica arrependido" (Seu Leonel, do Cruzeiro).

As árvores usadas devem ser grandes, podendo-se fazer uma canoa grande e uma menor.

"O cedro é a melhor madeira pra canoa em todo o litoral, mas tem que ser árvore grande. Se for pequena, a canoa entorta" (Seu Licínio, Costão).

A retirada do tronco de dentro da mata só é possível com a ajuda de parentes e amigos, pois a madeira pesada é retirada à mão.

As canoas grandes podem ser "bordadas", pois nelas acrescenta-se uma tábua lateral para agüentar os mares. No passado, essas canoas grandes usavam também uma vela para ajudar na navegação, mas atualmente os moradores que têm recursos colocam o motor de centro.

As técnicas de se fazer a canoa são de origem indígena, ainda que hoje se usem o machado, a plaina, o enxó. Existem em Mamanguá cerca de 6 fazedores de canoas, ainda que o mais conhecido seja o dono do pequeno estaleiro de Cruzeiro, que hoje vive mais do concerto de embarcações motorizadas, botes e baleeiras. Todos eles aprenderam na prática, "vendo os outros fazerem" e em geral construíram a primeira canoa para uso próprio.

"Aprendi a profissão com meu pai, homem de poucas palavras. Ensinar, ele não ensinava, mas eu ficava ajudando ele fazer as canoas, vendo o jeito que ele tinha, esticando as linhas" (Seu Leonel, do Cruzeiro).

Além da canoa, a maior parte dos petrechos são feitos manualmente, com material local como: a *poita*, pedra amarrada com cipó, cabo ou pedaço de rede que serve como âncora: os *cestos* e *balaios*, feitos do cipó timopeva, em que se colocam os peixes depois da pesca (samburás); a *cuia* feita de cabaças, para se "esgo-

tar" a água da canoa; e a *gamela*, feita de caixeta, na qual se guarda o peixe depois de "consertado" (escamado e limpo).

A *baleeira* e o bote são outros tipos de embarcações encontradas na região. A *baleeira* é uma embarcação de 8 a 12 metros de comprimento, sem cobertura ou casario, feita com tábuas parcialmente superpostas e calafetadas, compradas em geral fora de Mamanguá. Originalmente vieram de Santa Catarina, onde os pescadores açorianos as construíam e com elas pescavam.

O Sr. Licínio, morador da Margem Continental, foi um dos primeiros a comprar uma *baleeira* motorizada, há uns 40 anos atrás, por volta de 1950, com o capital que acumulou depois de ter sido por três anos contramestre em traineira. Na época, havia trocado sua canoa motorizada por esse tipo de embarcação devido à capacidade de transportar uma maior quantidade das mercadorias que ele comercializava.

Ao contrário da canoa, a baleeira precisa de mais manutenção, calafetagem e pintura. A cada seis meses as baleeiras são retiradas da água para a manutenção e pintura. Esse trabalho é feito no pequeno estaleiro do Sr. Leonel, no Cruzeiro, onde também são feitos os consertos com os motores de centro, cuja potência varia entre 9 e 18 cavalos a vapor. Essas embarcações são hoje usadas para o transporte de carga (material de construção), para as compras em Parati e para o "frete dos turistas". Em muitas dessas baleeiras, os proprietários armam uma cobertura de madeira ou plástico, para tornar a viagem dos turistas mais agradável.

Quanto ao bote é construído de madeira, em geral de tamanho pequeno, entre 7 e 12 metros, tendo um pequeno casario na popa, onde fica o motor e a roda do leme. Essas embarcações (umas quatro ou cinco) apareceram mais recentemente em Mamanguá, sendo utilizadas para o arrasto de camarão, dentro e fora do Saco. Na estação turística, os botes também são usados para o transporte de passageiros, geralmente a partir de Parati-Mirim.



Paulo José Nogueira

Foto 06. Construção do Pesqueiro na Praia. Saco do Mamanguá, Parati (RJ).



Paulo José Nogueira

Foto 07. Casa da Farinha. Saco do Mamanguá, Parati (RJ).

6 As Práticas Econômicas e Sociais¹

A UNIDADE BÁSICA de trabalho é a família, nuclear ou extensa. A primeira é fundamental nas lidas agrícolas. Os filhos ajudam na limpeza da terra, no plantio e na colheita. A mulher, além do duro trabalho doméstico, ajuda na fabricação da farinha de mandioca, atividade feita semanal ou quinzenalmente dependendo do tamanho da família. Na casa de farinha, que às vezes serve a mais de uma família, ocorrem formas de cooperação inter-familiar. Na pesca artesanal não-motorizada, o pai em geral trabalha com os filhos, e na embarcada, a tripulação se constitui de parentes e amigos. As formas de cooperação no interior da família extensa acontecem durante a construção das casas de taipa, re-

¹ É importante esclarecer que, neste levantamento, foi levada em conta somente a atividade econômica dos pais de família, não tendo sido computada aquela realizada pelos filhos menores ou daqueles não casados. Como as crianças começam cedo a ajudar os pais em seus trabalhos, a mão-de-obra empregada nas várias atividades, sobretudo na pesca artesanal e na agricultura locais, com exceção da pesca embarcada, é maior do que aquela aqui indicada.

tirada de árvores do mato para a construção de canoas, etc. Essa cooperação se constitui numa das bases das atividades econômicas locais, também pelo fato de grande parte dos moradores pertencerem a um pequeno número de famílias extensas (4 ou 5 em Mamanguá).

As relações familiares são fundamentais não somente nas atividades econômicas mas permeiam, de forma nítida, as várias esferas da vida social, sobretudo através do sistema de compadrio. São as ligações familiares que garantem também o acesso ao peixe capturado por um membro da família extensa, quando não existe a "mistura" para as refeições.

Antes, a cooperação através do putirão (mutirão) era um elemento fundamental de cooperação entre as famílias.

"Isso terminou faz uns dez anos, depois não teve mais... Putirão era um trabalhá pro outro, ajudá. Fazia a roça dele num dia, outro dia ele vinha pra mim, e num outro dia eu trabalhava pra ele. Era pra plantá, pra colher, tudo era putirão... Antigamente fazia o putirão, chegava 30 pessoas, trabalhava e à tarde fazia a festa. Aí o pessoal trabalhava com prazer, e depois se divertia" (Seu Zizinho, Ponta do Leão).

A pouca frequência do putirão hoje pode ser atribuída a uma grande redução da população, com a migração, e à introdução do trabalho assalariado diarista ou "por empreitada", antes nos bananais, e agora na propriedade dos turistas. A necessidade crescente de ter dinheiro vivo para comprar os produtos que já não produzem revela a dependência cada vez maior do mercado e cada vez menor das atividades de subsistência.

Os moradores são, em sua grande maioria, pescadores (embarcados, artesanais e de subsistência), lavradores, caseiros, e artesãos. No entanto, existem poucos moradores especializados em cada uma das atividades econômicas, pois, em sua grande maioria, combinam mais de uma atividade durante o ano, sobretudo a pequena lavoura e a pesca de subsistência. Nesse sentido, podem ser considerados, em grande parte, lavradores-pescadores.

Como pode ser observado pela Tabela 11, 37% dos pais de família trabalham na pesca (embarcada e artesanal). A lavoura ocupa 21% e a atividade de caseiro, 18,5% dos pais de família.

Tabela 11 - Principal Atividade Econômica dos Chefes de Família (Censo)

ATIVIDADE	Nº	%
Pescadores Embarcados	36	30,0
Pescadores Artesanais motorizados	4	3,5
Pescadores Artesanais não-motorizados	4	3,5
Lavradores de Subsistência	25	21,0
Caseiros	22	18,5
Aposentados	10	8,5
Artesãos	9	8,0
Pedreiros	3	2,5
Transportadores de turistas	2	2,0
Comerciantes	1	1,0
Sem informação	3	1,5
TOTAL	119	100,0

Para melhor compreensão dos dados relativos à atividade econômica, outros dados e tabelas serão apresentados, originados não mais em censo, mas em análise de amostra de 35 pais de famílias pesquisados.

Como pode ser observado pela Tabela 12, a Margem Peninsular é a que apresenta a maior proporção de pescadores que indicam a pesca embarcada como atividade principal. Estes, juntamente com os mestres se concentram no povoado do Cruzeiro. A lavoura é a segunda atividade principal mais importante dessa Margem, ocupando 25%, seguida do artesanato que emprega 10% dos chefes de família.

Tabela 12 - Principal Atividade Econômica dos Chefes de Família por Área

MARGEM	TOTAL	ARTES	CASEIRO	CONSTR.	LAVOURA
Continental	10	—	30,0%	10%	30%
F. do Saco	05	40,0%	20,0%	—	20%
Peninsular	20	10,0%	10,0%	—	25%
TOTAL	35	11,4%	17,1%	2,8%	25%

Tabela 12 (cont.) - Principal Atividade Econômica dos Chefes de Família por Área

MARGEM	TOTAL	PESC. ART.	PESC. EM.	TURIS.
Continental	10	—	10,0%	20,0%
F. do Saco	05	—	20,0%	—
Peninsular	20	10,0%	45,0%	—
TOTAL	35	5,71%	31,4%	5,7%

Já na Margem Continental, as atividades ligadas ao turismo ocupam o maior contingente de pais de família de todo o Saco de Mamanguá, representadas por 30% de caseiros e 20% de trabalhadores voltados ao setor turístico. A lavoura é também uma atividade principal importante, ocupando 30% dos chefes de família. Aí vivem também 2 dos 3 pequenos comerciantes de pescador.

No Fundo do Saco, cerca de 40% dos pais de família declaram ter no artesanato sua atividade principal, seguida da lavoura (20%). Outros 20% declaram ser caseiros, trabalhando principalmente no Condomínio de Laranjeiras. Os pescadores embarcados (20%) são poucos no Regate, mas mais numerosos em Currupira.

OS PESCADORES

Os pescadores, que representam 37% dos chefes de família, podem ser divididos em "embarcados", "artesanais não-motorizados" e "artesanais motorizados".

a) Pescadores Embarcados

Segundo o Censo, a pesca embarcada ocupa cerca de 30% dos chefes de família. A análise da amostra pesquisada demonstra os seguintes tipos de pesca embarcada:

Tabela 13 - Pesca Embarcada - Tipo de Pesca

MARGEM	TOTAL	SARDINHA	CAMARÃO	CAÇÃO
Continental	2	100,0%	—	—
Fundo do Saco	1	100,0%	—	—
Peninsular	10	40,0%	20,0%	30,0%
TOTAL	13	60,0%	15,3%	23,0%

A pesca embarcada é realizada em traineiras, na pesca da sardinha (60,0% do total), e nos barcos que capturam cação (23%) e camarão (15,3%). Esses barcos são provenientes principalmente de Angra dos Reis, Parati e Ubatuba (SP), onde moram seus proprietários.

Tabela 14 - Pesca Embarcada - Função no Barco

MARGEM	TOTAL	CONT-MESTRE	CONVÉS	MESTRE
Continental	2	—	100,0%	—
Fundo do Saco	1	100,0%	—	—
Peninsular	10	10,0%	60,0%	30,0%
TOTAL	13	15,3%	61,5%	23,0%

Como pode-se observar pela Tabela 14, 61,5% dos entrevistados na amostra são "homens do convés" ou "tripulantes", existindo entre eles aqueles que trabalham como geladores, cozinheiros, etc. Já 23% deles são mestres e 15,3% são contramestres, atividades de importância no barco de pesca.

Quanto ao tempo que estão embarcados, a grande maioria (92,3%) está embarcada há mais de 10 anos, e somente cerca de 7,7% entre 1 e 4 anos, o que pode revelar a crise por que passa a pesca de sardinha no litoral sudeste, decorrente sobretudo da queda grande dos estoques, o que tem levado a períodos de defeso cada vez mais longos. Isso força os jovens do lugar a procurar outras atividades econômicas. Somente na Margem Peninsular existe um recrutamento para a pesca embarcada, o que enfatiza a importância dessa atividade na área.

Tabela 15 - Pesca Embarcada - Tempo de Embarque (em Anos)

MARGEM	TOTAL	1 - 4	5 - 9	+ 10
Continental	02	—	—	100,0%
Fundo do Saco	01	—	—	100,0%
Peninsular	10	10,0%	—	90,0%
TOTAL	13	7,6%	—	92,3%

"Embarquei pela primeira vez quando tinha 18 anos e foi pela necessidade de ganhar um pouquinho mais. Eu nunca tinha saído pra fora, de embarcado, mas meus primos foram me ensinando... Eles são do Cruzeiro e sempre tinham trabalhado em traineira... Agora, eu não embarco todo o tempo, tenho família e filho pequeno... Também no defeso eu volto pra casa e toco minha roça" (Seu Luís, pescador embarcado do Baixio).

Cerca de 30% dos pescadores embarcados não estavam pescando no período da pesquisa de campo (junho-dezembro), seja pela interdição do defeso, seja por avaria nas embarcações. No

período de espera, cerca de 70% deles se dedicavam à pesca artesanal, à agricultura e ao artesanato.

A grande maioria dos embarcados (69,2%) afirmou preferir a pesca embarcada às outras atividades porque permite uma renda maior e ter acesso aos benefícios sociais. Apesar da atração exercida pela pesca embarcada, sobretudo entre os jovens, cerca de 30,7% dos embarcados prefeririam trabalhar por conta própria. Constatou-se, por outro lado, que na Margem Peninsular existe uma preferência pela pesca embarcada maior do que nas outras áreas.

Tabela 16 - Pesca Embarcada - Preferência de Trabalho

MARGEM	TOTAL	CONTA PÓPR.	EMBARCADO
Continental	02	50,0%	50,0%
Fundo do Saco	01	100,0%	—
Peninsular	10	20,0%	80,0%
TOTAL	13	30,7%	69,2%

A renda dos embarcados depende da função que exercem no barco, variando de acordo com o tipo de pesca. A "partilha" (divisão da produção) numa traineira se processa da seguinte forma: descontadas as despesas (gelo, óleo combustível e rancho), o dono do barco fica com a metade das partes, sendo as restantes divididas entre as diversas funções: o mestre proeiro: 4 partes; o contra-mestre: 2 partes; o motorista: 2,5 partes; o cozinheiro 1,5 partes; o gelador: 2 partes; o caiqueiro: 1,5 partes e cada tripulante (convés) ganha 1 parte cada.

A posição de mestre é muito respeitada entre os pescadores embarcados e os artesanais. Eles têm a responsabilidade sobre a tripulação e o sucesso da pescaria.

"O mestre tem que ter sabedoria, porque ele tem que levar o barco onde acha que deve levar. Tem que ser competente pra matar muito peixe, mas não deve arriscar com a tripulação, que depende dele. Uns

tempo atrás, um deles sumiu na Ponta da Juatinga porque abusou do mar, arriscou muito. Bateu tempo ruim e ele não quis nem saber, tocou pra frente. Morreu ele e os filhos” (Seu Luís, Baixio).

Outra qualidade apreciada pela tripulação é o empenho na pescaria, a boa captura que, segundo os pescadores, depende do estado do barco, do tipo do material de pesca, e também da “sorte”.

“Pra ser mestre-proeiro, a pessoa tem que ter vocação. Tem que agüentar temporal lá na proa. Às vezes, fica a noite inteira sem dormir, só olhando. Dá só um cochilo, quando termina a pescaria” (Seu Licínio, Costão).

Os mestres de barco do lugar (cerca de 8) preferem escolher a tripulação entre parentes e amigos, que vivem sobretudo no bairro do Cruzeiro.

“A gente pega só tripulante do lugar. É tudo da família. Viagem dura uns 5 ou 6 dias, chegando até Cabo Frio, depois do Rio de Janeiro. Também quando o tempo está ruim, a gente volta pro lugar onde está a família” (Seu Iero, mestre de pesca da Praia do Cruzeiro).

A totalidade dos mestres não tem documentação apropriada, aprendendo a profissão na prática, embarcando com parentes ou amigos pela primeira vez. Ao contrário dos pescadores artesanais, os mestres hoje usam aparelhos, como a sonda para identificar a profundidade, o tipo de fundo e os cardumes:

“A gente usa a sonda pra saber se tem peixe. A agulha do aparelho vai queimando aquele papel e indica a profundidade do mar” (Seu Iero, mestre do Cruzeiro).

A dependência dos “instrumentos” de navegação é criticada pelos pescadores artesanais mais velhos, que conheceram o tempo das canoas de voga.

“Hoje, se não tiver instrumento de navegação, não navega. Antigamente, o povo conhecia o tempo pelos astros, quando olhava as estrelas, o sol, e a lua. Sabia o vento que ia dar. A mocidade hoje só usa instrumento” (Seu Zizinho, Ponta do Leão).

b) Pescadores Artesanais

Segundo o Censo, somente 7% dos chefes de família afirmaram depender exclusivamente da pesca artesanal, incluindo aí tanto aqueles que são primordialmente de subsistência como aqueles que já tem baleeiras e botes motorizados. No entanto, é importante destacar que 62,8% afirmaram praticar esse tipo de pesca como atividade complementar (ver Tabela 26). Essa porcentagem é elevada no Fundo do Saco (80%) e na Continental (70%). Mesmo na Margem Peninsular, cerca de 55% dependem da pesca artesanal para sua subsistência, particularmente para conseguir a “mistura”, que acompanha o prato básico, o pirão (farinha de mandioca e água). Nesse sentido, a pesca artesanal é, sem dúvida, uma atividade fundamental para a sobrevivência dos moradores.

Tabela 17 - Pesca Artesanal - Tipo de Pesca Praticada

MARGEM	ESPERA	LINHA	MERGULHO	TARRAFA	TRESMAL	OUTROS
Continental	14,2%	42,8%	—	14,2%	85,7%	—
Fundo do Saco	25,0%	25,0%	—	25,0%	100,0%	—
Peninsular	—	23,0%	7,6%	—	76,9%	7,6%
TOTAL	8,3%	29,1%	4,1%	8,3%	83,3%	4,1%

Obs: Cada pescador pode realizar mais de um tipo de pesca.

A pesca artesanal é realizada com uma variedade de técnicas e apetrechos de pesca, utilizados segundo o tipo de peixe, a época, as condições do mar.

A pesca com tresmalho é a técnica mais utilizada, sendo praticada por 83,3% dos pescadores artesanais. Com linha trabalham

29,1%; com tarrafa, 8,3% e com rede de espera 8,3% deles. Ao contrário do passado, em que as redes eram confeccionadas com fios de algodão e tingidas com jacatirão para aumentar sua durabilidade, hoje elas são feitas com fios de náilon, em geral adquiridos em Parati, a preço elevado.

Esses pescadores são, em sua grande totalidade, proprietários de seus aparelhos de pesca (91,7%), havendo somente 8,3% que se definem como "camaradas", isto é, não-proprietários de equipamentos. Somente no Fundo do Saco aparece a categoria "camarada", não proprietário dos instrumentos de captura.

Tabela 18 - Pesca Artesanal - Propriedade dos Aparelhos de Pesca

MARGEM	DONO APARELHOS	CAMARADA
Continental	100,0%	—
Fundo do Saco	50,0%	50,0%
Peninsular	100,0%	—
TOTAL	91,6%	8,3%

Entre os pescadores artesanais, uma grande maioria (75,0%) trabalha sozinha, e uma pequena parcela com filhos e conhecidos. Somente no Fundo do Saco existem aqueles que trabalham com companheiros de fora do grupo familiar.

Tabela 19 - Pesca Artesanal - com quem trabalha

MARGEM	SOZINHO	CAMARADA	PARENTES	OUTROS	SEM RESP.
Continental	85,7%	—	—	—	14,2%
Fundo do Saco	50,0%	—	—	25,0%	25,0%
Peninsular	76,9%	—	15,3%	—	7,6%
TOTAL	75,0%	0,0%	8,3%	4,1%	12,5%

Quanto às atividades exercidas antes da pesca artesanal, cerca de 50% afirmaram ter trabalhado na lavoura e cerca de 33,3% não tinham outra atividade econômica anterior à pesca. A porcentagem dos que entraram diretamente para a pesca, sem ter praticado outras atividades é maior na Margem Peninsular, revelando um dinamismo maior que nas outras áreas. Isso se deve, provavelmente, à importância da pesca embarcada que recruta os jovens diretamente da praia.

Tabela 20 - Pesca Artesanal - o que fazia antes de pescar

MARGEM	COMÉRCIO	LAVOURA	NADA	OUTRA	SEM RESP.
Continental	14,2%	42,8%	28,5%	14,2%	—
Fundo do Saco	—	75,0%	25,0%	—	—
Peninsular	—	46,1%	38,4%	7,6%	7,6%
TOTAL	4,1%	50,0%	33,3%	8,3%	4,1%

Os pescadores artesanais motorizados (4 chefes de família) que afirmaram depender da pesca, trabalham em pequenos botes a motor, dedicando grande parte de seu tempo na pesca de arrasto do camarão branco dentro ou fora do Saco de Mamanguá. Outros pescam com tresmalho e linha as diversas espécies que existem na zona estuarina. Esses pescadores motorizados começaram a trabalhar recentemente nessa pesca. Alguns deles fazem também transporte de turistas, sobretudo no verão.

Os pescadores artesanais não-motorizados que se dedicam exclusivamente à pesca são poucos (4 chefes de família) empregando canoas a remo e pequenas redes na pesca de peixes (principalmente parati) do próprio Saco de Mamanguá, destinando grande parte de sua pequena captura à subsistência de suas famílias (além de vender no local seu pequeno excedente). Na realidade, o número desses pescadores é bem maior, pois a maioria dos moradores pesca para a subsistência, sendo o pescado a maior fonte de



Paulo José Nogueira

Foto 08. Trabalho na roça – Saco do Mamangá, Parati (RJ).

proteína da região. Além disso, mulheres e crianças retiram moluscos e crustáceos como complemento da dieta ou da renda.

—Os Lavradores

Cerca de 21% (ou 25 chefes de família recenseados) se declararam “lavradores”, trabalhando principalmente em roças de mandioca, da qual fazem a farinha, base da dieta local, no tráfico ou “aviamento”. No entanto, como ocorre com a pesca artesanal, uma proporção bem maior de moradores tem na lavoura uma atividade complementar importante (37,1%), como se pode observar pela Tabela 26.

Como pode-se ver pela Tabela 21, a totalidade dos agricultores plantam mandioca (100%). Os outros cultivos mencionados são a banana (68,1%), árvores frutíferas (40,9%). A cana-de-açúcar, lavoura antes predominante na região só é plantada por 27,2%

Tabela 21 - Lavoura - Espécies Plantadas

MARGEM	TOTAL	BANANA	BATATA	CANA	FEIJÃO
Continental	06	83,3%	—	33,3%	50,0%
Fundo do Saco	04	25,0%	—	25,0%	75,0%
Peninsular	12	75,0%	8,3%	25,0%	33,3%
TOTAL	22	68,1%	4,5%	27,2%	45,4%

Tabela 21 (cont.) - Lavoura - Espécies Plantadas

MARGEM	TOTAL	FRUTÍFERA	MANDIOCA	MILHO
Continental	06	33,3%	100,0%	33,3%
Fundo do Saco	04	25,0%	100,0%	50,0%
Peninsular	12	50,0%	100,0%	33,3%
TOTAL	22	40,9%	100,0%	36,3%

dos lavradores. Deve-se afirmar, no entanto, que não se tratam de culturas separadas ou monoculturas, mas realizadas consorciadamente, na mesma roça.

Como foi mencionado anteriormente, uma vez usada a terra por três ou quatro anos, o solo é deixado em pousio, durante alguns anos, para voltar a ser plantado de novo.

"A gente derruba o mato, planta uns três anos e depois deixa o mato prosperar. Quando a gente quer plantar num terreno mais forte, aí derruba o mato, pois a raiz dá melhor. A madeira cortada a gente aproveita pra cozinha, assim evita comprar gás" (Seu Dito, do Baixio).

Os moradores também tem uma noção da sucessão de espécies quando o solo fica fraco e a roça é abandonada.

"Quando a gente abandona a quadra de terra que já foi plantada por muito tempo, o vento traz as sementes de árvores pro lugar. Vem, por exemplo, a acandiúba, que é a madeira que aparece em lugar fresco. Vem também o jacatirão. Mas quando o terreno já era fraco e está muito cansado, logo vem o capim-melado, o sapé" (Seu Dito, do Baixio).

Declaram trabalhar sozinhos 27,2% dos lavradores, ao passo que a maioria deles trabalha com a mulher e as crianças. A derrubada do mato é uma tarefa masculina, mas as mulheres e crianças também trabalham no plantio, na capina e na colheita (Tabela 22). Esse parece ser um padrão de trabalho aplicável a todas as áreas, sem distinção.

"A gente planta pouca área, uma ou duas quadras (cada quadra é 20m x 20m), dependendo da família. A gente é obrigado a plantar sempre mais longe. Os velhos já ficam cansados com a caminhada e com o peso da carga de mandioca pra trazer. Os novatos foram saindo do lugar e a roça está fracassando" (Seu Dito, Baixio de dentro).

Tabela 22 - Lavoura - com quem trabalha

MARGEM	TOTAL	SOZINHO	ESPOSA	FILHOS	OUTROS
Continental	06	33,3%	33,3%	50,0%	—
Fundo do Saco	04	25,0%	—	50,0%	25,0%
Peninsular	12	25,0%	75,0%	33,3%	—
TOTAL	22	27,2%	50,0%	40,9%	4,5%

Obs.: Cada lavrador pode ter respondido mais de uma alternativa.

A maioria dos lavradores (70,8) afirmou ter suas roças distantes da casa, exigindo longas caminhadas, ainda mais penosas quando carregam a mandioca por quilômetros até chegar à casa de farinha. Somente no Fundo do Saco as roças são feitas mais próximas às casas.

Tabela 23 - Lavoura - Distância do Terreno da Roça

MARGEM	TOTAL	DISTANTE	PRÓXIMO
Continental	06	83,3%	16,6%
Fundo do Saco	04	—	100,0%
Peninsular	12	58,3%	25,0%
TOTAL	22	70,8%	27,2%

Quanto à propriedade ou posse do terreno da roça, 45,5% afirmaram serem donos e 50% não são donos dos terrenos em que plantam, emprestando-os de terceiros (Tabela 24). No Fundo do Saco, a totalidade dos agricultores informou ter a posse de seus terrenos, enquanto que na Margem Continental e Peninsular, a maioria planta em terrenos de terceiros, ou "sem dono". Isso pode ser explicado pelo fato de a maioria dos moradores do Fundo do

Saco ser ainda proprietária de suas terras e não tê-las vendido a turistas por se tratar de área distante e mais infestada de maruins e mosquitos.

Tabela 24 - Lavoura - Posse do Terreno

MARGEM	TOTAL	PRÓPRIO	TERCEIROS	SEM RESP.
Continental	06	33,3%	66,6%	—
Fundo do Saco	04	100,0%	—	—
Peninsular	12	33,3%	58,3%	8,3%
TOTAL	22	45,4%	50,0%	4,5%

A maioria (63,6%) dos lavradores produzem somente para o consumo próprio, e somente 4,5% cultivam exclusivamente para a venda, ao passo que 27,2% produzem para o consumo e a venda (Tabela 25). A população do Fundo do Saco é a que mais planta somente para o consumo ao passo que na Margem Continental e Peninsular cerca de um quarto de moradores planta para o consumo e venda.

Tabela 25 - Lavoura - Destino do Produto

MARGEM	TOTAL	CONSUMO	VENDA	CONS/ VENDA	SEM RESP.
Continental	06	50,0%	—	33,3%	16,6%
Fundo do Saco	04	75,0%	—	25,0%	—
Peninsular	12	66,6%	8,3%	25,0%	—
TOTAL	22	63,6%	4,5%	27,2%	4,5%

— Os Empregados dos Turistas

Dentre os chefes de família, 18,5% declaram-se “caseiros” (Tabela 11), atividade cada vez mais importante em Mamanguá. Além disso, há também os que transportam turistas (2 chefes de família), de forma regular, sobretudo durante o verão, férias e dias feriados.

A construção de casas para os turistas está se tornando uma atividade importante para algumas famílias que afirmaram ter aí sua principal fonte de renda.

Um número cada vez maior de jovens trabalham como ajudantes de pedreiro, quando existe trabalho, sem deixar, no entanto, de ajudar suas famílias na roça e na pesca. A totalidade das casas locais, sobretudo as feitas de “taipa” (casas de pau-a-pique) são construídas pelos próprios moradores, utilizando materiais locais, como a madeira de mangue, palmeira juçara, sapé e barro.

— Os Artesãos

Entre os chefes de família, 8,0% afirmam depender de atividades artesanais, principalmente da fabricação de miniaturas de embarcações, remos, gamelas, feitas sobretudo de madeira de caixeta. Como foi dito anteriormente, essas atividades artesanais se intensificam nos meses de verão, quando aumenta o afluxo de turistas no local e na cidade de Parati onde as peças de artesanato são vendidas para os donos de loja, que as revendem a preço bem mais elevado.

Além disso, um chefe de família vive exclusivamente da construção e reparo de embarcações, num pequeno estaleiro existente no bairro do Cruzeiro. No entanto, existem cerca de seis chefes de família que fabricam canoas para o uso local, na maioria dos casos, para seu próprio uso.

— Os Comerciantes

O comércio local (vendas) é realizado por 1 chefe de família ao qual se juntam dois outros, que abriram recentemente duas ven-

das na praia do Cruzeiro. Ambos, no entanto, exercem também atividades de pesca e transporte de mercadorias. Além disso, existem 3 comerciantes de pescado que compram a pescaria de pescadores locais para revendê-la em Parati. Esses comerciantes também exercem outras atividades. Como não existe energia elétrica, o peixe é conservado no gelo, adquirido em Parati. Os peixes que tem maior valor de mercado em Mamanguá são o robalo, o badejo, a pescada, o cherne, o namorado. A sardinha, o cação e o camarão branco, são, em geral, comercializados pelos próprios donos dos barcos, fora da região.

— Os Aposentados

Dez chefes de família (8,5%), muitas vezes viúvas, vivem de aposentadoria, mas praticam também atividades de roça e pesca.

A COMPLEMENTARIDADE DE ATIVIDADES ECONÔMICAS

Como foi afirmado anteriormente, os moradores muito raramente vivem de uma só atividade. Os pescadores embarcados, quando desembarcam temporariamente praticam a pesca artesanal, a lavoura e o artesanato. Os lavradores, em sua grande maioria também praticam a pesca de subsistência e vice-versa. Os artesãos, que trabalham sobretudo durante a estação turística, vivem durante o restante do ano da pequena pesca e da agricultura. O dinheiro necessário para a compra de produtos comestíveis não produzidos localmente e industrializados é obtido pelo trabalho de embarcado, pela venda de artigos artesanais, do pouco excedente de peixe, pela atividade de caseiro e pelo trabalho ocasional (diaristas) para os turistas e pela pequena renda dos aposentados. Para a compra de embarcações, usa-se o dinheiro conseguido com a venda de parte da terra (posse).

Como pode-se observar pela Tabela 26, retirada da amostra, cerca de 90% dos pais de família se dedicam a mais de uma ati-

dade, combinando freqüentemente várias delas. As atividades secundárias ou complementares mais citadas são: a pesca artesanal (62,8%), a lavoura (37,1%) e o artesanato (28,5%).

Tabela 26 - Atividades Complementares por Chefe de Família

MARGEM	CHEFES	ARTES.	CAÇA	COLETA	CONST.
Continental	10	10,0%	—	10,0%	10,0%
Fundo do Saco	05	20,0%	20,0%	20,0%	—
Peninsular	20	40,0%	15,0%	20,0%	15,0%
TOTAL	35	26,6%	11,4%	17,1%	11,4%

Tabela 26 (cont.) - Atividades Complementares por Chefe de Família

MARGEM	LAVOURA	PESCA ARTES.	PESCA EMBARC.	TURIS.	NÃO POSSUI
Continental	30,0%	70,0%	10,0%	—	10,0%
Fundo do Saco	60,0%	80,0%	—	—	—
Peninsular	35,0%	55,0%	5,0%	10,0%	15,0%
TOTAL	37,1%	62,8%	5,7%	5,7%	11,4%

Obs: Cada chefe de família pode realizar mais de uma atividade complementar.

Pela Tabela 27, constata-se que 74,3% afirmaram ter renda familiar superior ao salário mínimo; 5,7% estão abaixo do salário mínimo e 20% afirmaram que sua renda familiar varia, ficando ora acima, ora abaixo do salário mínimo, dependendo do mês. No Fundo do Saco existe uma proporção maior de famílias em que a renda familiar é menor que o salário mínimo, revelando uma pobreza maior desses moradores. Na medida em que as ativi-

dades econômicas são sazonais, é difícil calcular uma renda média mensal e nesse sentido a Tabela 27 se encontra prejudicada.

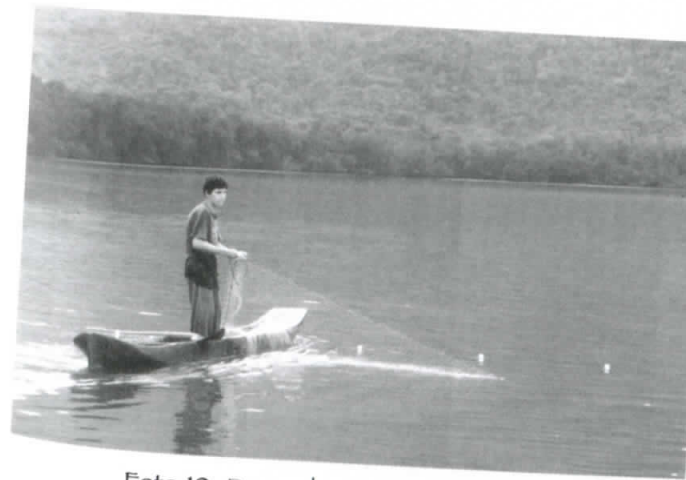
Tabela 27 - Renda Familiar

MARGEM	TOTAL	ABAIXO DO SM	ACIMA DO SM	VARIA
Continental	10	—	70,0%	30,0%
Fundo do Saco	05	40,0%	40,0%	20,0%
Peninsular	20	—	85,0%	15,0%
TOTAL	35	5,7%	74,2%	20,0%

Antonio Carlos Diegues



Foto 09. Pescadores embarcados em traineira. - Saco do Mamanguá, Parati (RJ).



Paulo José Nogueira

Foto 10. Pesca do Parati com rede de tresmalho - Saco do Mamanguá, Parati (RJ).

7

Símbolos, Representações e Festas

O MODO DE VIDA das populações tradicionais caiçaras comporta elementos simbólicos, através dos quais os homens não somente agem sobre o mundo natural, mas também sobre as potências invisíveis que controlam a reprodução da natureza e podem dar ou recusar uma boa colheita, uma pesca e caças abundantes. Nesse sentido, a prática simbólica no processo de trabalho constitui uma realidade social tão real quanto as ações materiais sobre o mundo visível. Essas representações não existem apenas através do processo de conhecimento, mas também são expressas numa linguagem, a qual representa uma das condições indispensáveis ao aprendizado das técnicas e da sua transmissão. Godelier (1984) afirma que é necessário incluir a linguagem entre as forças produtivas. O simbolismo e as representações que os povos pré-industriais fazem da natureza, constitui, segundo Lévi-Strauss, uma

verdadeira ciência do concreto, um rico tesouro de conhecimentos da botânica, da ictiologia e da farmacologia.

Como afirma Mircea Eliade (1991):

“O pensamento simbólico não é uma área exclusiva da criança, do poeta ou do desequilibrado; ela é consubstancial ao ser humano; precede a linguagem e a razão discursiva. O símbolo revela certos aspectos da realidade — os mais profundos — que desafia qualquer outro meio de conhecimento. As imagens, os símbolos e os mitos não são criações irresponsáveis da psique; elas respondem a uma necessidade e preenchem uma função: revelar as mais secretas modalidades do ser” (p.10).

Nesse sentido, a representação do *mundo selvagem*, do *mundo natural*, não pode ser apreendida totalmente, se não se recorrer às representações, às imagens e ao pensamento mítico. De acordo com Morin (1986), os mitos são narrativas que descrevem

“(...) a origem do mundo, a origem do homem, o seu estatuto e a sua sorte na natureza, as suas relações com os deuses e os espíritos. Mas os mitos não falam só da cosmogênese, não falam só da passagem da natureza à cultura, mas também de tudo o que concerne a identidade, o passado, o futuro, o possível, o impossível, e de tudo o que suscita a interrogação, a curiosidade, a necessidade, a aspiração. Transformam a história de uma comunidade, cidade, povo, tornam-na lendária, e mais geralmente, tendem a desdobrar tudo que acontece no nosso mundo real e no nosso mundo imaginário para os ligar e os projetar juntos no mundo mitológico” (p.150).

O mundo natural dispõe de caracteres antropomórficos e o homem dispõe de caracteres cosmomórficos. Esse aspecto é fundamental para se entenderem as representações que as sociedades chamadas primitivas, pré-capitalistas ou pré-industriais fazem do mundo. O universo mitológico, para Morin, parece como um uni-

verso onde os caracteres fundamentais dos seres animados se encontram nas coisas inanimadas.

“(...) nas mitologias antigas ou em mitologias contemporâneas de outras civilizações, os rochedos, montanhas, rios são biomórficos ou antropomórficos e o universo é povoado de espíritos, gênios, deuses, que estão em todas as coisas ou por trás de todas as coisas. Reciprocamente, o ser humano pode sentir-se da mesma natureza que as plantas e os animais, ter comércio com eles, metamorfosear-se neles, ser habitado ou possuído pelas forças da natureza” (Morin, 1986: 151).

Nas sociedades primitivas ou pré-industriais a unidade/ dualidade do homem se reflete também nas duas formas de apreensão da realidade: uma, empírica, técnica e racional, pelo qual ele acumulou uma complexa bagagem de saber botânico, zoológico, ecológico, tecnológico (hoje objeto de etnociência); e outra, simbólica, mitológica e mágica. No entanto, essas duas formas de conhecimento do homem arcaico, ainda que distintas, não vivem em dois universos separados; são praticadas num universo único, ainda que dual. De acordo com Eliade, nesse universo dual o espaço e o tempo são os mesmos e ao mesmo tempo diferentes; o tempo do mito, o tempo passado é também sempre presente. O tempo original, mítico, retorna através das cerimônias regeneradoras (o mito do eterno retorno, descrito por Mircea Eliade).

Essa representação simbólica do cíclico, de que tudo no cosmo nasce, morre, renasce é forte nas sociedades primitivas, mas está presente também nas comunidades tradicionais de pequenos agricultores itinerantes, de pescadores e coletores que ainda vivem ao sabor dos ciclos naturais e num complexo calendário agrícola ou pesqueiro. Há o tempo para fazer a coivara, preparar a terra, semear, capinar e colher, como também há o tempo de esperar as espécies de peixes migratórios, como a tainha. Uma vez terminado esse ciclo, ele recomeçará no período seguinte. Em muitas dessas comunidades, essas atividades são comandadas por sinais, como o aparecimento de uma lua determinada, da chuva, etc. Esses

“tempos” são muitas vezes celebrados por festividades que marcam o início ou o fim de uma determinada safra (a colheita, por exemplo). Como afirma Mircea Eliade (1991):

“O ano, ou o que compreendemos por esse termo, equivale à criação, à duração e à destruição do mundo, ainda que tenha sido reforçada pelo espetáculo da morte e da ressurreição periódicas da vegetação não seca, por isso, uma criação das sociedades agrícolas. Ela se encontrava nos mitos das sociedades pré-agrícolas e é muito provavelmente uma concepção da estrutura lunar. A lua mede as mais sensíveis periodicidades e foram termos relativos à lua que primeiro serviram para expressar a medida do tempo. Os ritmos lunares sempre marcam uma “criação” (a lua nova) seguida de um crescimento (lua cheia) e de uma morte (as três noites sem lua)” (p.69).

Em Mamanguá, os moradores representam simbolicamente o mar e a terra. Nessas representações simbólicas aparecem também várias “camadas” de representações que simbolizam o tempo do passado, o período heróico das canoas de voga e os espaços atuais de vida.

A TERRA DOS ESCRAVOS

Como foi visto anteriormente, as atividades econômicas e o modo de vida em Mamanguá estiveram, no passado, muito mais ligados à terra que ao mar. No período colonial, as grandes fazendas que utilizavam o trabalho escravo organizavam não somente as atividades econômicas, mas também as sociais e culturais. O imaginário local representa o tempo da servidão como o da violência e da dureza do trabalho escravo. Sobressaem nas narrativas as figuras cruéis dos padres-coronéis, padre Manoel Alves, dono da Fazenda Santa Maria e Francisco Antonio, dono da Fazenda Parati-Mirim. Segundo as narrativas, o padre Manoel Alves fazia amarrar os escravos fugitivos no mangue para que fossem devorados pelos maruins.

São comuns as lendas relativas aos tesouros escondidos nas ruínas dos engenhos, as assombrações e almas dos escravos que murmuram e gritam, à noite, na Ilha da Cotia, em frente a Mamanguá, onde ainda existem as argolas em que eram presos os cativos, quando castigados. Conta-se também que os escravos velhos, quando iam morrer, eram levados para certas ilhas onde ainda hoje aparecem as almas dos mortos. Há também relatos de barulho de machadadas no mangue que se ouvem de vez em quando, e que é atribuído a almas de escravos.

O imaginário relativo ao tempo dos escravos está marcado pelas narrativas de fundação de alguns núcleos de moradores por ex-escravos, como é o caso Praia do Cruzeiro e de Curupira.

No tempo das fazendas escravocratas, o mar era mais considerado como um espaço de transporte de mercadorias do que como lugar de produção. Daí a importância das trilhas, dos carros de boi.

OS VÁRIOS MARES

Para os moradores de Mamanguá existem vários mares, cada um com seus simbolismos e representações.

— O Mar-de-Dentro: o Estuário

Para os moradores que exercem atividades agrícolas, o Mar-de-Dentro está ligado às atividades agrícolas, e isso se revela nas representações simbólicas sobre a terra e o mar. Para esses moradores, por exemplo, os entes sobrenaturais são sobretudo os de terra, como ocorre com a lenda do curupira, que provavelmente deu origem a uma praia do mesmo nome. Esse ente fantástico já havia sido mencionado por José de Anchieta (Câmara Cascudo, 1976):

“É coisa sabida e pela boca de todos corre que há certos demônios e que os brasis chamam de curupira, que acometem os índios muitas vezes no mato, dão-lhes açoites, machucam-nos e matam-nos. São testemunhas disto os nossos irmãos, que

viram algumas vezes os mortos por eles. Por isso, costumam os índios deixar em certo caminho, que por ásperas brenhas vai ter ao interior das terras, no cume da mais alta montanha, quando por cá passam, penas de ave, abanadores, flechas e outras coisas semelhantes, como uma espécie de oblação, rogando fervorosamente aos curupiras que não lhes façam mal" (p.332).

Por outro lado, existem as representações relativas ao Mar-de-Dentro, mais próximo, o que está em frente de casa, mais protegido dos ventos, a partir da "barra", e sobretudo a partir da Ilha Grande em direção ao Fundo do Saco. As duas ilhas, a Grande e a Pequena, aliás, fazem parte deste mar-de-dentro e hoje são desabitadas. No passado, tinham um morador cada uma, sendo o mais lembrado uma *hippie* que veio do Rio de Janeiro e viveu ali sozinha mais de um ano, apesar da falta de água.

O mar, enquanto meio e objeto de trabalho e subsistência apareceu depois do tempo das fazendas de escravo, quando a pesca passou a desempenhar um papel importante como gerador de renda e aporte de alimento para os moradores, alguns ex-escravos. Apesar de hoje grande parte dos moradores combinarem atividades agrícolas, artesanais, extrativistas e pesqueiras para garantir sua subsistência e renda, muitos deles, durante a pesquisa, se definiram como "lavradores". Isso se explica na medida em que a roça exige um empenho mais sistemático que se inicia com a limpeza do terreno, a coivara, o plantio, as capinas. A pesca é somente uma atividade de subsistência, que garante a "mistura" que acompanha a farinha.

Para a maioria dos moradores, a percepção do mar se dá a partir da terra. O Mar-de-Dentro é utilizado como meio de locomoção para visitar os parentes "do outro lado", uma vez que é impossível se cruzar o mangue do Fundo do Saco à pé. Ele é também o espaço de trabalho dos pequenos pescadores. Quase todo o tempo é um espelho d'água tranqüilo, sem ondas. No entanto, pode ficar agitado, sobretudo quando aparece o vento sul. Durante esse período, que pode chegar a três dias, os moradores evi-

tam sair com suas canoas. A própria representação de "praia", enquanto lugar de moradia é mais terrestre que marítima. Pode-se afirmar que a maioria dos moradores se sente mais à vontade na roça, na casa de farinha, na caça que no mar. Existem também "lugares" melhores ou piores para se viver. O lugar ou praia é considerado bom quando tem um acesso fácil ao mar, água doce para beber e sobretudo quando não é infestado de mosquito-pólvora ou pernilongo, que infernizam a vida das pessoas durante "as luas" (cheia e nova). Acredita-se que o mosquito-pólvora (maruim) vem do mangue, por levadas, durante as marés-cheias, sobretudo à noite e ao amanhecer. Por isso, um bom lugar para se viver é sempre longe do mangue do Fundo do Saco e ultimamente algumas famílias tem saído dessas áreas, segundo dizem, pela infestação do maruim.

O lugar bom para se morar é também aquele em que vive a "irmandade", seja a familiar seja a religiosa, principalmente a dos "crentes", pois ali está também a igreja que congrega os "irmãos" nos fins de semana.

O Mar-de-Dentro não é somente um lugar físico. É também um espaço criado culturalmente, sobretudo através das práticas pesqueiras de subsistência. Mesmo essas atividades econômicas são marcadas pelas práticas sociais e simbólicas. Esse mar é um espaço humanizado, onde os peixes têm vida à semelhança do homem. O parati, por exemplo, é classificado como peixe "de carne forte", não aconselhável para mulheres de "resguardo". A moréia é um peixe "reimoso", proibido para as mulheres grávidas.

Os peixes têm qualidades antropomórficas; assim o parati é esperto, têm "vontades", pode-se deixar capturar ou não.

"A gente encontra o parati nos lajeados e nos baixios. Aí a gente cerca ele com a rede, batendo com o remo na canoa pra ele entrar. Quando está bom de morrer, ele entra na rede. Quando a água está escura, aí melhor pra ele morrer. Mas quando ele está velado, escondidinho, não adianta que ele não quer morrer, passa pelo fundo da canoa e volta" (Dito, do Baixio).

Parece haver uma cumplicidade entre o peixe e o pescador dentro das representações do mundo natural dos que vivem no interior do Saco. Nesse sentido, tanto o mar como o peixe são dádivas de Deus e os animais só aparecem no “tempo certo”, seja verão ou inverno. Os animais de terra somente aparecem no “seu tempo” e deve haver tempo para caçá-los e tempo para deixar que eles “prosperem”, se reproduzam. Por isso, há necessidade de respeitá-los e, portanto, critica-se o barco de arrasto que mata os filhotes como destruidores da dádiva de Deus. A natureza (Deus) é quem regula os ciclos, a lua, as marés, assim como o comportamento dos peixes e dos homens. Desse modo, a ganância dos que querem se enriquecer, arrastando camarão e filhotes de peixes, destruindo a natureza, é moralmente reprovável, segundo os pequenos pescadores.

Existem também lendas ligadas à terra, o próprio nome da praia Curupira sugere sua existência, assim como existe a lenda da “cobra cabeluda”, que causa medo aos moradores.

O outro mar, extensão do primeiro é aquele que leva a Parati, formado por canais entre as várias ilhas, mas mais exposto aos ventos e ao “tempo”. Se no passado era transposto pelas canoas de voga, hoje nele navegam somente os barcos motorizados que transportam material e pessoas para a sede do município.

— O Mar Grosso

Por fim, existe o mar de fora, o verdadeiro, o mar dos pescadores embarcados, freqüentado pelas traineiras, pelos barcos de pesca de camarão e de cação. Esse espaço marítimo é representado de forma simbólica distinta do Mar-de-Dentro.

“A gente chama de Mar Grosso, o mar da Ponta do Mamanguá para fora. É um mar arriscado, porque as ondas são violentas. As pessoas daqui de dentro enjoam. Ele é também traiçoeiro. Aqui dentro não, a pessoa pode até morrer aqui, mas só se for predestinado o dia dele morrer” (Dito, do Baixio).

O Mar Grosso era o mar das canoas de voga do passado que afrontavam os mares agitados entre Mangaratiba e Santos, desde as primeiras décadas deste século até cerca de 1950, quando foi vendida a última delas no lugar. Pode-se dizer que este foi o período épico da navegação no lugar.

“Antes tinha muita canoa de voga.. As maiores eram duas, tinha outras menores. Levavam umas quatro toneladas de mercadoria para a Ilha Grande, Mangaratiba, Angra. Levavam uns 40 sacos de farinha, uns 3 barris de pinga, Era tudo a remo. Usava quatro remos grandes, mas quando tinha vento usava vela... aquele panos quadrados, só que não cortavam o vento, usava o vento de popa. Antigamente o povo conhecia o tempo pelos astros, conhecia as marés. Eles se guiavam, à noite, pelas estrelas. Hoje a mocidade tem os aparelhos, e sem eles, não navegam, não navegam...” (Seu Zizinho, Ponta do Leão).

“A canoa de voga era grande... levava até 50 sacos de farinha e viajava com qualquer tempo. Era alta, cabia a gente em pé dentro dela. Tinha até um metro e 20 de boca, de largura. Tinha 4 remos e 2 velas, o mesano e o traquele... Meu pai gostava de ir pra Angra com uma pessoa que entendesse bem de vela, porque na hora do sufoco, tinha que jogar a vela n'água ou arriar rapidinho pro vento não virar, correndo a meio pano... Tinha canoa que pegava até 25 pessoas...” (Seu Licínio, Costão).

Os “mestres” da canoa de voga eram considerados navegadores destemidos, que sabiam se guiar pelos ventos e pelas estrelas, afrontando mares perigosos e caprichosos, sujeitos a acidentes e naufrágios. Estes eram causados pelo desrespeito às leis da natureza, quando o mestre arriscava muito. Uma dessas histórias conta o naufrágio de duas canoas de voga, levando cada uma dezenas de pessoas, quando os noivos voltavam de Parati para a festa na Praia do Araújo, situada na baía de Parati. O naufrágio terminou com a morte dos viajantes, durante uma tormenta. Os recém-casados teriam sido encontrados abraçados e mortos.

"O pessoal me contava de uma tormenta, no dia três de maio... A época, a data, num sei quando foi, mas o padre Nilton era vivo... Vieram dois noivos, em duas canoas de voga com 25 pessoas em cada. Casaram em Parati e embarcaram para comemorar na Praia do Araújo. Aí foi quando o padre viu o tempo ameaçado e disse: Filhos, vocês não vão ainda porque o tempo está ameaçado, mas o pessoal decidiu pegar o mar assim mesmo, porque tinha festa, tinha baile, num sei mais o quê. Quando eles saíram Pontal afora viram aquela nuvem de poeira, aquele sarsêro de água salgada que vinha... Quando a tormenta veio, num deu tempo, as canoas atracaram uma na outra e as velas engancharam uma na outra e as canoas afundaram. Morreu todo mundo, e só escapou um para contar a estória. Os noivos morreram juntos, abraçados..." (Seu Licínio, do Costão).

Os perigos de naufrágio no mar não são somente eventos do passado, mas ameaçam os navegantes locais ainda hoje. O perigo é ainda maior no mar-de-fora, conforme o relato abaixo:

"O barco eu não me lembro, mas o mestre se chamava Marreco. Ele estava na pescaria do cação, aí por fora. Bateu o tempo ruim e ele não quis nem saber, queria trazer a pescaria toda, quis teimar com o tempo. Morreu ele, e a família toda que estava no barco" (Luís, do Baixio).

Após o período das canoas a voga, o mar-de-fora começou a desempenhar um papel central na vida de uma parte importante dos moradores do Saco, quando surgiu a pesca da sardinha pelas traineiras na Ilha Grande, e alguns moradores começaram a embarcar. Como se viu anteriormente, em algumas praias, sobretudo a do Cruzeiro, a população, principalmente a jovem, passou a viver do "embarque".

Começou a existir uma outra representação do mar, aquele espaço distante onde se passa a viver três em quatro semanas do mês. O espaço marítimo passou a ser um espaço de vida, do embate do dia a dia, do lugar onde se ganha a vida. Através da pesca

embarcada, os moradores passam a conhecer portos urbanos importantes, com outros modos de vida, como o de Santos e Rio de Janeiro, onde se vende a produção. Esse é o mar distante, o que separa o pescador da terra, de sua família.

Para o novo grupo de "pescadores embarcados", o Mar Grosso é antes de tudo o domínio da incerteza, da imprevisibilidade, características opostas às da terra, onde, nas práticas agrícolas, existe uma maior previsão, desde o plantio até a colheita. Na pesca, sobretudo na dos peixes migratórios, como a tainha, que aparece no período frio, no estuário, os pescadores esperam que ela apareça e o imaginário local está marcado por essa espera. O "tempo" das espécies importantes está marcada pelo surgimento de fenômenos climáticos (o frio, o vento, a cor da água).

Na pesca embarcada, ao contrário, é necessário ir buscar o peixe onde ele se encontra, e nesse sentido a imponderabilidade é muito maior que na pequena pesca. Essa imponderabilidade não é somente física ou biológica, mas também econômica e social. O preço de peixes como a sardinha varia de porto a porto e isso determina a renda dos pescadores.

Essas novas práticas econômicas e culturais ligadas à pesca embarcada não somente levam a um maior distanciamento da terra, como criaram um outro tipo de "praia", como a do Cruzeiro em que a quase totalidade dos homens se dedica à pesca embarcada. Criam-se também novos símbolos e imagens, como a do "mestre", pessoa de prestígio, não somente porque conhece e domina um complexo de novos saberes, mas também de novas tecnologias: os motores, as redes mais complexas. Além disso, transitam num mundo externo inatingível aos pequenos pescadores e lavradores: a grande cidade.

O "mestre de pesca", apreciado pela tripulação, tem que ser competente, isto é, encontrar o peixe e garantir uma boa pescaria. Associada a esta qualidade existe uma outra: a da coragem, sobretudo, no caso do "mestre proeiro", que localiza a "ardentia", fosforescência à tona d'água que revela a presença dos cardumes de sardinha:

"A pessoa prá ser proeiro tem que ter vocação, aguentá temporal na proa à noite, a noite toda sem dormir. Só tira um cochilo quando os tripulantes vão puxar a rede, aí dá um cochilo" (Licínio, do Costão).

Para afrontar o mar nas tormentas e tempestades, no entanto, o "mestre" deve confiar em Deus:

"O mestre não pode fazer nada, só pode fazer aquilo que está no alcance dele. Tem que confiar em Deus".

Além disso, o mestre tem que cuidar para manter um clima de cooperação à bordo, sobretudo porque a tripulação, em geral, é formada por parentes e amigos. Ele é obrigado a intermediar interesses conflitantes entre o dono do barco e a tripulação. E aqui reside um aspecto fundamental da oposição entre terra e mar. A pesca na traineira, apesar de ser distinta da pequena pesca, recria, de alguma forma, as solidariedades e valores existentes em terra, ou até na pequena pesca. Apesar do sistema de partilha, assalariamento disfarçado, opor dono do barco e tripulação, o "mestre", escolhendo a tripulação entre familiares e companheiros, recria a teia de relações sociais próprias da família extensa. Nesse sentido, os conflitos sociais no interior do barco, causados por uma separação entre os interesses dos proprietários dos instrumentos de produção e da força-de-trabalho acham-se mediados pelas relações familiares e de companheirismo existentes no interior das traineiras, por exemplo.

Um outro aspecto da oposição mar-terra reside na separação da família, da mulher ou irmão durante os longos períodos de ausência, durante o embarque. A família continua a ser a referência maior do embarcado, mas em terra ela já não é a mesma, pois a mulher é obrigada a desempenhar outros papéis e responsabilidades na manutenção do lar e na educação dos filhos. Ela continua necessitando ainda mais da família extensa que a ampara durante os períodos de ausência do chefe familiar. Os laços com a terra, representada pelo lar e a família, são reatados durante a lua

cheia quando os barcos voltam às praias onde vivem o mestre e a tripulação. É o período de rever os parentes e amigos, trazer dinheiro para casa, presentes para a família e recriar a solidariedade rompida temporariamente. O futebol de praia e outras atividades lúdicas representam um aspecto essencial na convivência e no imaginário do embarcado. Nesse sentido, a lua cheia não é somente um fenômeno físico, mas sobretudo cultural, possibilitando práticas sociais e culturais.

No entanto, na vida de embarcado também existe a imagem do "retorno à terra", à vida em família, constituidora do sonho de voltar com dinheiro para comprar material para construir uma casa, uma canoa ou baleeira para pescar como autônomo ou transportar turistas. Além desta volta final desejada existem os muitos retornos, "quando existe alguma precisão", quando o barco entra no estaleiro para consertos, durante os períodos de defeso ou quando a família solicita. Durante esse tempo, há um retorno temporário à vida de terra, ao plantio da "rama", ou ao artesanato.

"Meu irmão Antonio tá pescando numa traineira, ele e o filho dele. Mas tem também roça. Quando a pesca embarcada fracassa ele volta prá roça durante uns dois ou três meses. Ele necessita muito da roça prá alimentar a família dele. Aí ele faz a roça, deixa a roça limpa e volta para a pesca outra vez. É assim que ele faz, trabalha nas duas função" (Dito, do Baixio).

O TEMPO DA NATUREZA, O TEMPO MERCANTIL E O TEMPO DA MEMÓRIA

Assim como há diversos espaços, muitos mares, há também tempos distintos, marcados seja pela economia de quase subsistência, seja pelo tempo mercantil. Este é o tempo de "ganhar dinheiro". Alguns desses tempos, são também cíclicos, como o tempo do verão, quando chegam os turistas. Para os moradores, o "tempo dos turistas" é um "ciclo" novo, que não depende tanto da natureza, mas da vontade dos visitantes. É um período ansioso e

esperado como aquele em que se pode fazer um dinheiro extra, com a fabricação de peças de artesanato, com o transporte de passageiros, com serviços junto àqueles que têm casa secundária e passam as férias em Mamanguá.

O tempo mercantil, mais rápido, é também o do correr atrás da sardinha e do cação, símbolos da mercadoria. Nesse tempo, a natureza já não é mais marcada pela "dádiva", mas pela extração da mercadoria de seu ambiente natural. Este se transforma também em espaço de competição com outros barcos que batalham pelo mesmo peixe. As políticas governamentais, como a instituição do defeso, período em que não se pode pescar certas espécies, acelerou o tempo mercantil. É preciso pescar o máximo antes que venha o defeso.

A instituição do "defeso" traz consigo a imagem da ameaça da diminuição do peixe no Mar Grosso, já vivida no Mar-de-Dentro pelos pequenos pescadores, reforçando a "carestia" que caracteriza os tempos de hoje quando comparados ao "antigo", o tempo da abundância.

O "tempo da fartura" que existiu em Mamanguá até a década de 40 se constitui num referencial simbólico importante para os moradores mais antigos. Os moradores mais velhos têm saudades desse tempo em que se dizia haver abundância de tudo:

"Essa região produzia muito, o mais forte era banana, cana-de-açúcar, café, feijão, farinha... Era o mais forte. Depois vinha a criação. Tinha também muito comércio. Cada canoa de voga levava pra Angra 40 sacos de farinha, 2 a 3 barris de pinga. Eu mesmo fazia comércio, trazia banha de porco, que antigamente era isso que usava. Também levava muito peixe... Hoje até farinha tá vindo de fora. A situação é de calamidade..." (Seu Zizinho, Ponta do Leão).

Essa imagem idolatra o passado como um "tempo paradisíaco", hoje perdido. Como afirma Mircea Eliade:

"Constataremos que essas imagens invocam a nostalgia de um passado mitificado, transformando-o em arquétipo, que

esse "passado" contém, além da saudade de um tempo que acabou... Elas expressam tudo o que poderia ter sido, mas não foi, a tristeza de toda a existência que só existe quando cessa de ser outra coisa, o pesar de não viver na paisagem e no tempo evocados pela música. Enfim, o desejo de algo completamente diferente do momento presente, definitivamente inacessível ou irremediavelmente perdido: o Paraíso. Esquecer-se disso é desconhecer que a vida do homem moderno está cheia de mitos semi-olvidados, de hierofanias decadentes, de símbolos abandonados. A dessacralização incessante do homem moderno alterou o conteúdo da sua vida espiritual; ela não rompeu, no entanto, com as matrizes de sua imaginação: todo um resto de mitologia sobrevive em zonas humanas mal controladas" (p.09).

Também, segundo moradores mais velhos, nesse tempo os "antigos" tinham maior conhecimento do mar que os jovens:

"Antigamente eles conheciam tudo... O povo conhecia o tempo pelos astros, quer dizer, quando olhavam uma estrela, o sol, olhava na lua, eles sabiam que vento ia dar... Eles observavam o tempo, era um pessoal de muita prática. Hoje o mais novo tem aparelho, tem barômetro" (Seu Zizinho, Ponta do Leão).

Na memória local, o tempo antigo era também o tempo da união, onde não havia divisão entre católicos e protestantes, não havia turistas, um tempo de maior harmonia.

"Antes o povo era mais unido. Agora não, agora está dividido" (Seu Zizinho, Ponta do Leão).

Essa última observação provém de um informante de religião católica, pois o conceito de união entre os "crentes" é outro: aquela que une os "evangélicos", que se guiam pela Bíblia. Segundo um outro informante católico:

“Quando vem o padre aí o pessoal (católico) nem na igreja não vão. Mas ali nos crente, eles vão em qualquer hora. Marcou, ói, tal dia tem culto na casa de fulano, aí vão todos. Agora qui, os católicos não... Eles fazem uma igreja, vão pregando o Evangelho, a pessoa diz que ficando crente se salva, aí o pessoal vai, acredita naquilo. Eles dizem assim: “ói, se vocês quisé ficá na igreja levanta a mão prá cima. E a pessoa levanta a mão, aí fica crente...” (morador católico).

O tempo antigo é lembrado também como um tempo de festas que garantiam a solidariedade e a união dos moradores, todos católicos.

Maynard Araújo (1973) descreve o folclore litorâneo do Sudeste como pertencente à área do ubá (canoa) em contraposição à área de jangada no Nordeste. Muitas das danças e festas mencionadas pelos moradores são comuns ao litoral e ao Vale do Paraíba.

Grande parte das festas profanas e religiosas tradicionais, ligadas ao catolicismo, no entanto, não existem mais. Entre as festas religiosas que desapareceram está a Bandeira do Divino¹.

“Antes tinha também a Bandeira do Divino que começava no Pouso da Cajaíba, passava por essas praias todas e chegava a Parati. A bandeira era enfeitada com flô, com a pombinha do Divino, que cantava de casa em casa. O pessoal ouvia a cantoria e dava uma oferta pro Divino. O pessoal só bebia quando pousava numa casa, pra fazer o baile” (Seu Licínio, Costão).

Entre as músicas e danças que desapareceram, mas são lembradas pelos mais velhos, está o Caranguejo e a Roda de Chiba²:

¹ Maynard de Araújo afirma que as festas do Divino, no litoral leste de São Paulo, se davam após a safra da tainha, ao contrário de outras regiões interioranas nas quais se seguiam ao ciclo agrícola.

² Roda de Xiba ou Chiba, também chamada de Cateretê, é comandada por dois violeiros, denominados de mestre e contra-mestre. O primeiro escolhe a “moda” a ser cantada, fazendo o contra-mestre a segunda voz. Também há o “tirado de sapateado” que comanda o sapateado. (Maynard de Araújo, 1973)

“A Roda de Chiba era a mais divertida, e o pessoal batia o pé, sapateando no ritmo, fazendo repicado com o pé no chão batido. Já no Caranguejo, batia-se o pé e as mãos, quando se cantava: Olha a mão, olha o pé” (Seu Licínio, Costão).

Ainda persistem algumas festas tradicionais, como a festa de Reis.

“A Folia de Reis a gente ainda faz ainda porque eu, meu sobrinho, meu primo, cantamos. Quando chegamos na casa, cantamos: ‘Se quiser abrir a porta, abra já sem demora, pois voismecê num sabe quanto custa andá de noite pra fora’ ” (Seu Licínio, Costão).

Segundo um morador (católico), havia também a festa de São Roque, de São Benedito, São João.

“A festa era organizada. Tinha os festeiros, o ajudante, tinha o juiz, o ajudante de juiz. Tinha tudo, todo mundo ajudava um pouco e fazia aquela festança e o povo ia tudo naquele local. Aí tinha fogos, comida, bebida... Mas hoje acabou”.

Por outro lado, existe a crítica dos bailes de hoje, diferentes daqueles de antigamente, quando havia “respeito”.

“Depois que entrou essas dança nova, o sinhô não vai levá sua esposa, sua filha num baile desses, tem muita bebedeira. Antigamente era respeito, respeitava os mais velhos” (morador católico).

O fim dessas festas está associado ao crescimento do número de igrejas crentes em Mamanguá, que preferem organizar suas próprias festas religiosas:

“Tem muita gente que passou pra Assembléia de Deus, deixando de cantar essas coisas. Se a gente cantar na casa deles, não acham ruim, mas cantar, não cantam” (Seu Licínio, Costão).

Como pode ser visto pela Tabela 28 grande parte da população participa hoje somente de festas católicas (Santa Cruz, padroeira do Cruzeiro) e festas evangélicas. Uma porcentagem significativa não participa de festas (25,7%) e somente 17,1% dos chefes de família participam de bailes.

Tabela 28 - Festas que Participam os Chefes de Família

MARGEM	TOTAL	REIS	S. CRUZ	EVANG.
Continental	10	—	30,0%	10,0%
Fundo do Saco	05	—	20,0%	—
Peninsular	20	5,0%	40,0%	15,0%
TOTAL	35	2,8%	34,2%	11,4%

Tabela 28 (cont.) - Festas que Participam os Chefes de Família

MARGEM	TOTAL	BAILE	OUTRA	NÃO PART.
Continental	10	10,0%	40,0%	10,0%
Fundo do Saco	05	—	—	60,0%
Peninsular	20	25,0%	—	25,0%
TOTAL	35	17,1%	11,4%	25,7%

Obs.: As pessoas podem participar de mais de um tipo de festa.

O futebol é o esporte mais praticado no local, especialmente, no bairro de Regate, onde existe um campo de futebol em que jogam equipes locais e de fora. As praias, sobretudo, a do Cruzeiro, ganham animação durante as semanas de lua cheia, quando os embarcados em traineiras não pescam e voltam para suas casas.

Finalmente, como foi discutido em outro trabalho (Diegues, 1994), os mitos antropomórficos dessas populações tradicionais

se acham hoje confrontados com mitos modernos conservacionistas relativos às áreas naturais protegidas. Considerando-se a importância da simbiose homem-ciclos naturais existentes nas culturas tradicionais, a noção de Estação Ecológica que não leva em conta a história dos moradores é incompreensível e inaceitável. A disjunção forçada entre a natureza e a cultura tradicional, onde os moradores poderão sofrer restrições em suas atividades do fazer patrimonial, e também do saber, representa a imposição de um mito moderno: o da natureza intocada e intocável, próprio da sociedade urbano-industrial sobre os mitos e simbolismos das sociedades tradicionais. Nessa linha de pensamento, o chamado "turismo ecológico", que se iniciou recentemente na região, está também imbuído desse mito moderno da natureza selvagem, a ser desvendada por uns poucos privilegiados.

Em 1992, foi criada a ASSOCIAÇÃO DOS MORADORES DE MAMANGUÁ, abrigando tanto turistas como habitantes do local. A AMAM, no entanto, parece ter dificuldades em se legitimar porque é vista, por alguns moradores, como inspirada por "gente de fora". Até agora, não conseguiu mobilizar os moradores em torno de seus problemas básicos, à exceção de algumas iniciativas para impedir o arrasto de camarão dentro da área estuarina.

Foto 11.
Futebol na praia
durante o "claro"
da pesca da
sardinha



Antonio Carlos Diegues

Paulo José Nogueira



Foto 12. Menino
com arapuca .

Paulo José Nogueira



Foto 13. Mulher
colhendo taboa

8

Sistemas de Acesso à Terra e aos Recursos Naturais

COMO PODE SE CONSTATAR pela Tabela 29, 34,5% declararam-se donos da posse em que moram, 28% são donos somente do terreno da casa e 37,5% não têm mais posse da terra.

São raros os moradores que têm documentação legal de suas posses. Um número considerável deles venderam suas posses a pessoas de fora, sejam turistas ou especuladores, continuando a viver na terra como caseiros ou ocupantes. A regularização das posses é feita, em geral, quando esta é vendida para turistas. As melhores praias que se situam mais próximas à entrada do Saco, sendo portanto as mais valorizadas, já foram vendidas a turistas ou a grandes especuladores imobiliários, sobretudo na Margem Peninsular (Praias do Engenho, Praia da Romana, Baixio). Na Margem Continental, as casas de turistas se concentram na Praia Grande e na Praia das Pacas.

Tabela 29 - Situação da Posse da Terra em Porcentagem

MARGEM	DONO DA POSSE	DONO DA CASA	SEM POSSE E CASA
Continental	37,5%	0%	62,5%
Fundo do Saco	66,8%	16,6%	16,6%
Peninsular	22,2%	44,4%	33,3%
TOTAL	34,5%	28,0%	37,6%

Em alguns casos, como ocorreu na Praia Grande, os antigos moradores, após venderem suas posses na praia foram morar morro acima. O mesmo parece ter ocorrido na Praia Romana e na Praia das Antas, na Margem Peninsular.

Alguns dos grandes especuladores imobiliários de Mamanguá permitem que os moradores dos quais compraram as posses permaneçam em suas casas, em contrato de tempo determinado (cerca de 4 anos, renováveis). Estes são chamados, com freqüência, a testemunhar em juízo, em favor do "grileiro", quando este avança as divisas sobre outras posses. Como esses moradores vivem "de favor" do grileiro, dificilmente se recusam a ir ao cartório testemunhar em favor da "grilagem".

Os moradores continuam plantando suas roças nos terrenos mais elevados e mais afastados da praia, considerados terrenos sem dono. Esses não são considerados "posses individuais", mas são ocupados durante algum tempo e abandonados quando a produtividade da terra decai. Esses, depois de alguns anos, são limpos de novo para plantio.

Esse uso comunal das terras para agricultura se reflete nos depoimentos dos moradores:

144

"Quantas pessoas já vieram e plantaram no mesmo lugar que outro tinha plantado, depois que o mato prosperou. Depois aquele que tinha plantado saiu e entrou um outro para fazer sua roça. Nunca nenhuma reclamação houve" (Dito, do Baixio).

O importante a se ressaltar é que muitas das terras são consideradas de uso comum, na medida em que as mais distantes são tidas como "sem dono". O terreno tido enquanto posse individual ou familiar é sobretudo aquele contíguo ao mar, onde está a casa. Quando essa posse é vendida costumam-se anexar terras "sem valor", aquelas que se encontram nas encostas acima das casas, onde se fazia agricultura. Daí se explicam as marcas das divisas dos terrenos dos turistas, roçadas e limpas, que sobem as encostas dos morros as quais anteriormente não existiam, e que hoje podem ser vistas de barco, ao se adentrar o Saco de Mamanguá. Os caiçaras não costumam marcar suas posses com cercas ou "linhas de divisa".

No entanto, a questão do acesso aos recursos naturais não se restringe unicamente à terra, mas também a territórios de uso comum como os manguezais, os caxetais, os bancos de bivalves nos baixios e o próprio corpo de água. Esses espaços são tradicionalmente usados pelos caiçaras de forma comunitária. Daí, a reação negativa demonstrada contra os "coletores" de caranguejo que vêm de fora preda esses recursos do mangue.

O estabelecimento da Reserva Ecológica tem um efeito duplo sobre essas formas tradicionais de apropriação do espaço comunitário. De um lado, pode impedir a apropriação desses espaços pela especulação imobiliária, e a expropriação dos moradores ao declará-los "*area non-aedificandi*". De outro lado, trata-se da imposição de um espaço territorial público (o da Reserva) sobre os espaços comunitários, restringindo o uso dos recursos naturais. Nesse sentido, essa superposição é vista pelos moradores como a usurpação de seus direitos de acesso aos recursos, enquanto comunitários. Essa usurpação é tanto mais grave quando se justifica essa criação de espaços territoriais públicos em benefício da "conservação", "da biodiversidade" ou dos "interesses nacionais" freqüentemente confundidos com a necessidade de lazer das populações urbanas. As comunidades tradicionais têm também uma representação simbólica dos espaços que lhes fornecem os meios de subsistência, os meios de trabalho e produção e as condições materiais de sua reprodução social e simbólica. A ameaça da ex-

145

pulsão de seus territórios traz intranqüilidade às populações locais que traduzem seu descontentamento com uma sobre-exploração dos recursos naturais que consideram como pertencentes ao Governo, à Polícia Florestal, depois da implantação das áreas naturais protegidas.

Existe aí uma visão conflitante entre o espaço público e espaço comunitário, segundo perspectivas distintas e até opostas: a do Estado, representando interesses das populações urbano-industriais, e a das sociedades tradicionais. Na verdade, o que está implícito é que estas deveriam "sacrificar-se" para dotar as populações urbano-industriais de espaços naturais, de lazer e "contato com a natureza selvagem". Ou ainda, segundo uma versão mais moderna dos objetivos das áreas naturais protegidas de uso restrito: proteger a biodiversidade.

McKean (1989) distingue seis tipos diferentes de propriedade dos quais três são relevantes para esta análise: a propriedade privada individual, a propriedade pública (áreas naturais protegidas), e a propriedade comum, ou formas comunais ou comunitárias de apropriação de espaços ou recursos naturais, sobretudo os renováveis. Esse último tipo de acesso e apropriação é denominado, como "propriedade comum" (*common property*, no conceito de Hardin, 1968; ou "*commons*", McKay & Acheson, 1987).

Essa última modalidade, a dos "comunitários", é a que até recentemente apresentava a menor visibilidade social e política, uma vez que existe em regiões relativamente isoladas, sendo característica de comunidades tradicionais, como a "caiçara", dos jangadeiros, dos ribeirinhos, etc. Essas formas de apropriação comum de espaços e recursos naturais renováveis se caracterizam pela utilização comunal (comum, comunitária) de determinados espaços e recursos através do extrativismo vegetal (cipós, fibras, ervas medicinais da floresta), do extrativismo animal (caça e pesca), e da pequena agricultura itinerante. Além dos espaços usados em comum, podem existir os que são apropriados pela família ou pelo indivíduo, como o espaço doméstico (casa, horta, etc.) que, geralmente, existem em comunidades com forte dependência do uso de

recursos naturais renováveis que garantem sua subsistência, demograficamente pouco densas e com vinculações mais ou menos limitadas com o mercado. Esses arranjos são permeados por uma extensa teia de parentesco, de compadrio, de ajuda mútua, de normas e valores sociais que privilegiam a solidariedade intragrupal. Existem também normas de exclusão de acesso aos recursos naturais por parte dos "não comunitários". Estes, por sua vez, podem ganhar acesso a espaços e recursos de uso comum, desde que, de alguma forma, passem a fazer parte da comunidade (através do casamento, compadrio, etc.).

Há ainda mitos, valores e normas e interdições comunitárias que regulam o acesso aos recursos naturais, impedindo sua degradação. Essas normas existem tanto em ecossistemas terrestres (períodos de interdição da caça) e costeiros (limitação de períodos, acesso aos recursos controlado pelo "segredo").

Esse tipo de situação contradiz a teoria da "Tragédia dos Comuns", elaborada por Hardin (1968), segundo a qual, no regime de propriedade comum, haveria uma conseqüente degradação dos recursos naturais, pois cada usuário tenderia a sobre-explorá-los. Para evitar a queda dos rendimentos haveria a necessidade de intervenção controladora do Estado, ou a implantação da propriedade privada. No entanto, a experiência tem demonstrado que os proprietários individuais ou as empresas degradam os recursos naturais dentro de suas propriedades e que o próprio Estado tem criado políticas que são degradadoras do ambiente (caso da Amazônia).

Por outro lado, a literatura recente (McKay & Acheson, 1987) tem registrado e analisado um número considerável, no mundo inteiro, de formas comunais de acesso a espaços e recursos que asseguram um uso adequado e sustentável dos recursos naturais e conservam os ecossistemas, gerando modos de vida socialmente eqüitativos (ainda que não necessariamente afluentes).

O que tem ocorrido, geralmente, é a "tragédia dos comunitários" (McKay & Acheson, 1987), que são expulsos de seus territórios pela expansão das grandes corporações, pela implantação de "grandes projetos" (hidroelétricas, de mineração) e até pelo esta-

belecimento de “espaços públicos” (áreas de proteção restritivas) sobre os espaços comunitários.

Em alguns casos, existem conflitos entre usos tradicionais de territórios anteriormente considerados de uso das comunidades, e a chegada de outros usuários, os turistas que disputam um espaço público, a praia. Lima (1989) compara o uso da praia de Itaipu (RJ) para a pesca tradicional da tainha com a da praia em Massachusetts (EUA). No primeiro caso, existem regras tradicionais que regem a prioridade dos lanços de rede na praia pelos pescadores artesanais, pelo sistema de “direito à vez”, que ordena os diversos interessados na exploração de uma área comum: a praia. Para o exercício dessa pescaria, a praia é dividida em “pontos”, referidos à história local ou a acidentes geográficos sobre os quais se assenta um conjunto de normas que visam compatibilizar a existência de diversos grupos de pescadores. Essa harmonia é quebrada, porém, nos fins de semana, com o afluxo dos turistas, o que gera conflitos entre o pescadores e visitantes, com freqüentes danos aos aparelhos de pesca. A única forma de convivência é a troca de serviços pela qual os banhistas ajudam na lida pesqueira.

Além disso, o autor menciona a apropriação de parte da praia por grupos imobiliários que alijaram os pescadores de seu espaço comunitário de trabalho, tendo nesse processo a concordância do poder público. Apesar da praia, segundo a Constituição brasileira, ser um bem público, acabou sendo privatizada sob a alegação que beneficiaria um grande número de condôminos.

Já em Massachusetts, ao se pagar o ingresso à praia, todos se tornam iguais, apesar de cada banhista procurar seu nicho particular onde não deseja ser importunado. Como afirma Lima (1989):

“Ao contrário do que acontece na Itaipu tradicional, onde os diferentes grupos se amoldam e fundem em torno de uma identidade única, sendo a igualdade atingida pela pertinência a um grupo e esta espelhada na semelhança de seus componentes, aqui é o direito à diferença que define a igualdade. Sou igual porque tenho o direito a ser diferente” (p.14).

O autor afirma também que em Itaipu,

“o espaço do público, do coletivo é o espaço do confronto de vários códigos, lutando pela hegemonia, ao passo que na praia americana, a ‘diferença’ é o símbolo da igualdade. Concebendo-se radicalmente diferentes, os indivíduos assumem sua identidade política como verdadeiras e últimas unidades do poder. Acreditam existir e atualizar uma ordem que, submetendo a todos por igual, permite que convivam, embora separadamente.” (p.14)

É possível fazer uma comparação entre a apropriação do espaço coletivo, usado pelos pescadores tradicionais de Itaipu com a apropriação de um espaço coletivo tradicional pelo Estado ao transformá-lo em unidade de conservação. A criação de parques nacionais, com o conseqüente afastamento forçado das populações tradicionais, em benefício de uma conservação ambiental que privilegia os “visitantes urbanos”, é eticamente questionável. Na maioria das vezes, é uma usurpação de espaços coletivos, habitados por populações com grande tradição de saber e fazeres patrimoniais, em benefício de um mito moderno que favorece as populações urbanas que usam o parque para passear, se divertir. A situação está se tornando mais grave ainda quando sob o pretexto de um turismo chamado “ecológico”, as áreas que seriam “protegidas” e “intocadas” passam a ser local de um turismo de “aventura”. É tanto mais inaceitável quando se trata de populações em sua grande maioria iletradas, geograficamente isoladas, sem poder político, mas que por séculos, através de seu modo de vida são responsáveis pela conservação do chamado “mundo natural”. Isso é mais grave quando se sabe que a permanência dessa população tradicional em seus habitats pode levar, de forma mais adequada, à conservação da biodiversidade. Trata-se, no final, de uma questão ética, de direitos humanos e da construção de uma democracia real no Brasil.

Lima finaliza seu artigo afirmando que:

“Há que inventar formas de conferir direitos e cidadania a essas diferentes concepções de organização social, por tanto tempo ocultas aos olhos do poder. Mas há também, ao fazer isto, de respeitar-lhes as regras internas, não submetendo-as necessariamente a um olhar controlador. É preciso entender que essas diferenças foram até hoje capazes de subsistir, apropriando-se de parcelas de poder, reproduzindo-se, apesar de seu não-reconhecimento. Instituí-las como sujeitos explícitos do processo político sem reduzi-las ao mesmo, eis o desafio que a ordem jurídica deverá superar para tornar-se reflexo de uma sociedade solidária e fundada na tolerância do outro, pronta a aprender com ele e a olhar-se nele, como, afinal, nós, antropólogos, pretendemos ter aprendido.” (p.17)

Nos últimos anos, muitas dessas comunidades tradicionais têm reagido às ameaças ou à despossessão de seus espaços comuns, repensando, redimensionando e até reconstruindo os “comuns”. Um desses exemplos de novos “comuns” reconstruídos é o das “reservas extrativistas da Amazônia”.



Paulo José Nogueira

Foto 14. Pesca de Canoa – Saco do Mamanguá, Parati (RJ).



Antonio Carlos Diegues

Foto 15. Pesca de arrasto – Saco do Mamanguá, Parati (RJ).

9

A Vida do Lugar Sentida pelos Moradores

MAMANGUÁ É VISTO HOJE, pela maioria dos moradores, como um lugar de carências, carestia, de dificuldades várias e até de abandono. A migração ainda é vista por muitos como uma solução para seus problemas, apesar da imagem negativa que apresentam os cortiços das Ilha das Cobras, onde vai morar a maioria dos ex-moradores do lugar.

Como pode ser verificado pela Tabela 30, os problemas básicos sentidos pelos moradores se traduzem nas dificuldades crescentes em melhorar suas condições básicas de vida, como a insuficiência de serviços médicos (citada por 20%), e de transporte (citada por 31,4 %).

Os problemas de saúde são particularmente graves em toda a área, sobretudo pelas más condições sanitárias, uma vez que não existe água tratada e poucos moradores tem fossas sépticas ou esgotos. Na maioria das vezes as águas são coletadas em riachos

Tabela 30 - Problema Segundo os Chefes de Famílias

MARGEM	CHEFES	ARRASTO	COL. PRED.	FUNDIÁRIO
Continental	10	70,0%	20,0%	20,0%
Fundo do Saco	05	100,0%	20,0%	—
Peninsular	20	50,0%	15,0%	15,0%
TOTAL	35	62,8%	17,1%	14,2%

Tabela 30 (cont.) - Problema Segundo os Chefes de Famílias

MARGEM	MOSQUITO	SAÚDE	TRANSP.	OUTROS
Continental	—	—	20,0%	—
Fundo do Saco	40,0%	20,0%	60,0%	20,0%
Peninsular	—	30,0%	30,0%	5,0%
TOTAL	5,7%	20,0%	31,4%	5,7%

Obs.: Os entrevistados podem ter citado mais de um problema cada um.

que descem das montanhas, em princípio, de água pura. No entanto, no momento da captação, os tanques ficam descobertos e a água também usada por animais, selvagens ou domesticados. Por outro lado, parte dos moradores defeca em proximidades dos riachos, o que tem causado várias enfermidades transmissíveis como a hepatite. Além disso, foram constatados, tanto em turistas como em moradores casos de *leishmaniose*, espécie de úlcera de pele que se não tratada apropriadamente pode trazer problemas sérios à saúde. O fato do recém construído posto de saúde não ter médico ou remédios também não tem colaborado para uma melhoria das condições de saúde local.

Associada às carências de saúde está a falta de transporte regular para levar os doentes à cidade de Parati, onde podem ter algum tratamento, ainda que precário. Se não conseguem o

transporte num barco motorizado de algum parente ou conhecido, muitos tem dificuldades financeiras em pagar o frete. Aí entra o papel de alguns turistas que tem barcos motorizados que são deixados com os caseiros e que servem também como transporte. Num caso, a única trilha da Margem Peninsular teve seu traçado tradicional alterado por passar na praia de um proprietário de fora, tendo este feito um outro caminho, mais penoso por se tratar de uma subida íngreme. No entanto, porque cede seu barco para o transporte de doentes, o referido proprietário é "desculpado".

Há também uma grande preocupação com a prática de arrasto de camarão no Saco, citada por 62,8% dos entrevistados e com a coleta indiscriminada de caranguejo, palmito e outras espécies da mata, particularmente por pessoas de fora do lugar.

"Com esse negócio de arrastão, nem com rede de espera a gente mata peixe. Antes, a gente botava rede de espera, e tinha peixe que nem jabuticaba no galho" (Seu Dito, Baixio de dentro).

Como pode ser visto, pela Tabela 30, a percepção do arrasto ilegal é visto como problema grave sobretudo pelos que sobrevivem da pesca de subsistência (Fundo do Saco e Margem Continental). O conflito com os barcos de arrasto teve momentos críticos no passado, quando alguns pescadores locais lançaram no fundo das águas troncos de árvores com ferros pontiagudos para rasgar as redes. Esses troncos foram localizados e retirados da água e levados para Parati, sendo mostrados como "troféus" no porto de Parati. Além disso, os pescadores de Mamanguá foram seriamente ameaçados pelos donos de barcos de arrasto. Como alguns dos donos desses barcos, em Parati, são também compradores de peixe de Mamanguá, a situação se torna complexa, uma vez que os comerciantes locais de peixe dependem dos compradores da cidade. Aqueles poucos pescadores locais que tem bote motorizado usado para arrasto são, no entanto, os mais afluentes e influentes, e tentam desqualificar o arrasto de camarão no interior do Saco como prejudicial. No entanto, todos reconhecem que quando o

IBAMA reprimiu recentemente os arrastos, durante o período de defeso, a disponibilidade de peixes para a pequena pesca aumentou visivelmente.

O ataque dos mosquitos foi também citado, particularmente pelos moradores próximos do mangue, como é o caso do Fundo do Saco

O problema fundiário, particularmente a expulsão de moradores de suas terras, e o conseqüente desvio dos caminhos tradicionais por turistas que compraram posses foi lembrado como um dos problemas sérios do lugar. Ele parece ser mais importante na Margem Peninsular e Continental que no Fundo do Saco, pois aí a pressão turística é menor que nas outras áreas.

Essa preocupação com os problemas de terra se acentua porque começam a escassear terrenos para o plantio, uma vez que os proprietários-turistas dificultam a agricultura em suas terras, antes usadas para o cultivo da mandioca e outras espécies. A superfície de terras cada vez maior em mãos dos turistas que impedem o cultivo de mandioca tem levado a uma regeneração mais rápida da vegetação nas encostas e isso se pode constatar mais visivelmente na Margem Continental. Também em razão desse processo, os terrenos disponíveis para cultivo ou se situam distantes de suas casas ou em condições difíceis para o cultivo (encostas). Por outro lado, pelo menos um morador-lavrador da Margem Peninsular aumentou drasticamente sua área de cultivo com um grande desmatamento numa área de "tiguera" nas encostas próximas à Ponta do Bananal, com o intuito de garantir a posse da terra que, aparentemente pertencia a um parente seu que tinha migrado para Parati e não tinha aparecido mais no lugar.

Muitos moradores criticam os que venderam suas posses por terem feito um mau negócio, tendo indo viver em Parati, pois também ali vivem miseravelmente, não podendo mais voltar ao lugar onde não tem mais casa ou terra.

"O pessoal fizeram o seguinte: venderam e não puderam comprar outra terra. Acabaram com o dinheiro, que o dinheiro era muito pouco. Venderam e foram para Parati, e como vão voltar agora, se não

tem mais terra? Porque, antigamente, quem não era dono, ia plantar no terreno de outro, do Estado. Um terreno que não tinha dono, mas o nego vinha e fazia a casa dele, fazia uma posse. Agora, não entra, quem vendeu e saiu não pode voltar mais" (Seu Zizinho, Ponta do Leão).

Uma questão particular diz respeito ao papel desempenhado pelos turistas e aí as opiniões se dividem, como se pode verificar pela tabela abaixo:

Tabela 31 - Opinião sobre Turismo

MARGEM	TOTAL	AJUDAM	ATRAPALHAM	AMBOS	SEM RESP.
Continental	10	60,0%	20,0%	10,0%	10,0%
Fundo do Saco	05	60,0%	—	40,0%	—
Peninsular	20	55,0%	5,0%	35,0%	5,0%
TOTAL	35	57,1%	8,5%	28,5%	5,7%

Indagados a respeito do turismo, 57,1% afirmam que este traz benefícios para o lugar, 8,5% são de opinião que traz prejuízos. Cerca de 28,5% (indicado na tabela como "ambos") afirmam que o turismo pode trazer benefícios mas também prejuízos ao lugar. Mais de um terço dos moradores do Fundo do Saco e da Margem Peninsular estão nessa categoria, talvez por dependerem menos dos turistas que têm casa no local e que preferem as praias mais arenosas próximas à barra. Já na Margem Continental, onde a dependência do turismo é maior, este não é visto negativamente.

Os que observam aspectos negativos no turismo se expressam da seguinte forma:

"Não, o turismo não ajuda (...). Porque, vamos supor, o senhor está aqui, veio de fora, compra um peixe, só isso. Porque o senhor não vem de lá para comprar farinha, feijão aqui. Traz de fora tudo. Quem compra terra aqui, não deixa plantar banana, mandioca. Então a

mercadoria tem que vir de fora, mas com o custo de vida do jeito que está, o povo do lugar não tem condições de comprar” (Seu Zizinho, Ponta do Leão).

Os moradores, apesar de perceberem os problemas e sua gravidade, não sabem a quem recorrer para resolvê-los. Quase sempre colocam a causa de sua carência e pobreza na falta de interesse do prefeito e de outras autoridades em resolvê-los. O Saco de Mamanguá sequer tem um vereador na Câmara de Parati, e nas últimas eleições muitos preferiram votar num grande comerciante de pescado e dono de barco, residente na sede.

Em 1992, foi criada a ASSOCIAÇÃO DOS MORADORES DE MAMANGUÁ, abrigando tanto turistas como habitantes do local. A AMAM, no entanto, parece ter dificuldades em se legitimar porque é vista, por alguns moradores, como inspirada por “gente de fora”. Até agora não conseguiu mobilizar os moradores em torno de seus problemas básicos, à exceção de algumas iniciativas para impedir o arrasto de camarão dentro da área estuarina.

10

A Reserva Ecológica da Juatinga: uma Nova Proposta de Área Natural Protegida?

A RESERVA VISTA PELOS MORADORES

A CRIAÇÃO DA APA do Cairucú (1983) e a legislação de proteção à Mata Atlântica, já tiveram um impacto sobre o modo de vida local, pois aplicando-se na região a legislação ambiental vigente muitas atividades tradicionais que implicam, por exemplo, no corte de madeira, mesmo para fazer uma canoa, são proibidas.

A RESERVA ECOLÓGICA DA JUATINGA (Estadual), que se estende à Margem Peninsular do Saco de Mamanguá, foi criada em 1992 com a intenção de proteger não só os ecossistemas, como também as populações caiçaras. No entanto, segundo a legislação vigente no país, não é permitida a presença de moradores (tradicionais ou não) em reservas ecológicas. Apesar do texto da lei, implicitamente, mencionar a importância da cultura, a permanência des-

sas populações não está clara e assegurada, deixando lugar a muitas dúvidas, sobretudo para os moradores.

Pelas entrevistas (Tabela 32), percebe-se que somente 11,4% dos chefes de família têm alguma noção do que significa uma Reserva Ecológica, e a grande maioria (85,7%) não sabe para que ela serve:

“É preservação, né? Eles querem criar um tipo de preservação da natureza. Não pode pescar, não pode desbastar e não pode criar” (Licío, Costão).

Tabela 32 - Grau de Informação sobre a Reserva Ecológica da Juatinga

MARGEM	TOTAL	SIM	NÃO	SEM RESP.
Continental	10	30,0%	70,0%	—
Fundo do Saco	05	—	100,0%	—
Peninsular	20	5,0%	90,0%	5,0%
TOTAL	35	11,4%	85,7%	2,8%

Também pela Tabela 33, pode-se perceber que a quase totalidade (91,5%) não tem opinião formada sobre os impactos que a Reserva poderá ter sobre seu modo de vida.

Os moradores continuam desinformados sobre as alterações que essa unidade de conservação restritiva pode acarretar sobre seu modo de vida tradicional, sobretudo sobre o uso de recursos naturais (mangue, caixeta, etc.). A falta de informação tem acarretado um receio generalizado sobre possíveis restrições a seu modo de vida tradicional. Por outro lado, a fiscalização do IBAMA é quase ausente, principalmente na repressão à pesca de arrasto praticada à luz do dia, mesmo em águas rasas do Saco. A apreensão recente, pelo IBAMA, de sacos de caranguejos retirados indiscriminadamente do mangue por coletores provenientes de fora da região foi bem recebida pelos moradores.

Tabela 33 - Opiniões sobre a Reserva Ecológica da Juatinga

MARGEM	TOTAL	BOM	SEM RESP.	NÃO SABE
Continental	10	11,1%	11,1%	77,8%
Fundo do Saco	05	0,0%	0,0%	100,0%
Peninsular	20	5,0%	0,0%	95,0%
TOTAL	35	5,7%	2,8%	91,5%

A CONSERVAÇÃO DA BIODIVERSIDADE E UMA NOVA CONCEPÇÃO DE PLANOS DE MANEJO

A forma pela qual foi criada a Reserva Ecológica da Juatinga, sobretudo, a falta de envolvimento da população local em seu estabelecimento, levanta problemas teóricos e práticos relevantes quanto à eficácia dessas áreas protegidas. Em trabalho anterior (Diegues, 1994), mostrou-se como o conceito de “área natural protegida” importada dos Estados Unidos é de difícil aplicação no Brasil, naqueles casos em que existem moradores tradicionais (pescadores, ribeirinhos, etc.). Com a idéia de “parques naturais sem moradores” transplantou-se para o Brasil não somente uma concepção cultural e historicamente determinada de “áreas selvagens desabitadas” como também uma forma específica de relação homem-natureza. Parte da visão preservacionista norte-americana subjacente ao estabelecimento dessas áreas protegidas está baseada na visão do homem como necessariamente destruidor do equilíbrio natural. Os preservacionistas americanos, partindo de um contexto de rápida industrialização e urbanização em meados do século XIX nos Estados Unidos, propunham “ilhas” de conservação ambiental, em áreas de grande beleza cênica, onde o homem da cidade pudesse apreciar e reverenciar a natureza selvagem. A transferência da idéia desses espaços naturais vazios, onde não se permite a presença de moradores, entrou em conflito com a realidade dos países tropicais, cujas florestas são habitadas

por populações indígenas e outros grupos tradicionais que desenvolvem aí formas de apropriação comunal dos recursos naturais e seus espaços. Através do conhecimento tradicional do mundo natural, essas populações foram capazes de criar sistemas engenhosos de manejo de flora e fauna, protegendo, conservando e até potencializando a diversidade biológica. A imposição de mitos modernos das populações urbanas, como a dos "paraísos" naturais intocados, sobre mitos antropomórficos, próprios das populações tradicionais, tem gerado uma série de conflitos de difícil solução, uma vez que a legislação prevê a expulsão ou transferência dos moradores de áreas transformadas em áreas de conservação restritivas.

No caso da criação da RESERVA ECOLÓGICA DA JUATINGA, apesar de no texto da lei existir a intenção de se valorizar o acervo cultural da população caiçara, não houve um levantamento adequado dessa bagagem cultural nem das formas pelas quais os caiçaras se relacionam com a natureza e seus espaços. Pela lei, há necessidade de se estabelecer um "plano de manejo" da Reserva Ecológica, distribuindo os espaços segundo os objetivos e usos da área, tais como a preservação permanente, a pesquisa científica, etc. No entanto, até hoje no Brasil esses planos de manejo (a não ser no caso das reservas extrativistas), não incorporaram o saber, as tecnologias patrimoniais de transformação do mundo natural e dos sistemas tradicionais de manejo. Os denominados "atributos naturais dos ecossistemas", definidos pelas ciências naturais se tornam os únicos critérios "cientificamente" válidos para estabelecer os planos de manejo e distribuir as áreas segundo os objetivos da preservação permanente, visitas de turistas, pesquisa científica, etc. O mundo natural, apesar de historicamente ter sido transformado e manipulado pelo homem durante dezenas de milhares de anos continua sendo visto como "virgem" e "natural". A própria biodiversidade acaba sendo definida em termos unicamente "naturais", apesar de evidências crescentes terem apontado para o fato de ela também, até certo ponto, ser fruto da manipulação humana por parte das populações indígenas e nativas. Como afirma Bayley (1992):

"A composição e distribuição presente das plantas e animais da floresta úmida são o resultado da introdução de espécies exóticas, criação de novos habitats e manipulação continuada pelos povos da floresta durante milhares de anos (...). Em resumo, essas florestas podem ser consideradas artefatos culturais humanos. A atual biodiversidade existe, na África, não apesar da habitação humana, mas por causa dela (...). A relevância deste fato para a planificação da proteção e manejo das reservas biológicas é que se excluirmos os seres humanos do uso de grandes áreas de florestas, não estaremos protegendo a biodiversidade que apreciamos, mas a alteraremos significativamente e provavelmente a diminuiremos ao longo do tempo" (p. 208).

Bayley (1992) e também outros cientistas como Gomez-Pompa (1971); Balée (1988) e McNeely (1993) apontam para a mesma conclusão: é impossível se pensar na conservação da biodiversidade sem a sociodiversidade ou sem a diversidade cultural.

Dentro desse contexto, como afirma Bayley (1992), o plano de manejo deve necessariamente incorporar tanto o saber tradicional, as formas tradicionais de gestão dos espaços territoriais e de seus recursos, como também os mitos, o imaginário e as aspirações das populações locais. Nesse sentido, esse é um processo muito complexo para ficar somente em mãos dos cientistas naturais e administradores de unidades de conservação. Ele requer um trabalho interdisciplinar, um esforço conjunto de biólogos, ecólogos, antropólogos, geógrafos, economistas, incorporando e valorizando o saber "dos antigos". Esse é um grande desafio para a própria ciência acostumada a tratar o mundo natural e o social dentro de uma ótica disciplinar e freqüentemente reducionista.

Tão importante quanto a incorporação do saber local nos planos de manejo é mudar-se radicalmente a ótica desse tipo de planejamento, transformando-o num instrumento democrático de gestão dos espaços e recursos naturais. Dever-se-ia partir do princípio básico que afirma ser a gestão do mundo natural baseado em percepções e valores que os grupos sociais têm do mundo

natural, da importância dos processos naturais e não de princípios imanentes aos próprios ecossistemas. As noções de equilíbrio, de homeostase, próprios da ecologia enquanto ciência, não podem ser analisados enquanto processos estáticos, sobretudo, quando se deve incorporar na análise as constantes intervenções dos homens. Na maioria dos ecossistemas chamados "naturais", a ação humana é crucial, seja para manter os processos naturais essenciais seja para perturbá-los, muitas vezes de forma desastrosa e irreversível.

Essa gestão democrática deve incorporar não somente elementos da ciência moderna, da etnociência, mas constituir-se num processo de negociação que leve em conta não somente as necessidades nacionais de conservação dos ecossistemas, mas as aspirações locais, os modos de vida e, acima de tudo, a contribuição histórica das populações tradicionais para a conservação ambiental. Não é exagerado afirmar que, na grande maioria dos casos, a efetiva incorporação das populações tradicionais no processo democrático de manejo ambiental resultará na descoberta de aliados locais firmes e constantes para a conservação contra grupos especuladores urbanos e outros devastadores da biodiversidade.

Para tanto, é necessário mudar radicalmente a concepção autoritária dos planos de manejo no Brasil, cujo enfoque provém do período autoritário, quando grande parte das unidades de conservação foram criadas. Os chamados planos de manejo não devem mais serem tidos como produtos finais realizados por um grupo restrito de "iluminados", cientistas ou não, mas um processo cujos produtos sejam constantemente avaliados, redimensionados e mesmo alterados em função de um diálogo permanente com as populações, sobretudo, a de moradores.

Por outro lado, essas culturas tradicionais não podem ser vistas como estáticas. É sabido que elas são capazes de incorporar elementos culturais provenientes de outras culturas ou regiões dentro de um marco cultural próprio. Como, em grande parte dos casos, tratam-se de populações pobres, é fundamental estabelecerem-se programas de melhoria das condições de vida, por meio de atividades compatíveis com as especificidades socioeco-

nômicas e ambientais, privilegiando-se aquelas alternativas ecológica e socialmente mais adequadas. Nesse sentido, as áreas naturais protegidas em que vivem populações tradicionais poderão ser transformadas num dos exemplos vivos da reprodução de sociedades ou comunidades locais sustentáveis, exemplos de uma relação sadia entre o homem e a natureza.



Paulo José Nogueira

Foto 16, Casa de veranistas – Saco do Mamanguá, Parati (RJ).



Paulo José Nogueira

Foto 17. Crianças brincando com miniatura de canoa – Saco do Mamanguá, Parati (RJ).

11

Conclusão

ESTE ESTUDO PRELIMINAR revelou que a população tradicional caiçara do Saco de Mamanguá, sobretudo, os “antigos”, as pessoas mais velhas, tem um profundo conhecimento do ambiente em que vivem, das espécies de plantas e animais que utilizam no seu dia-a-dia. Parte desse etno-conhecimento, principalmente no que se refere às manifestações culturais, como danças tradicionais e festas, está sendo perdido no processo de mudanças sociais, com o aparecimento do protestantismo que proíbe festas com “imagens”, danças e cantos, com o aparecimento da pesca embarcada que leva aos jovens se ausentarem das praias por longos períodos, com a redução da importância das atividades agrícolas, do mutirão e outras atividades tradicionais socializadoras. Hoje, por exemplo, é difícil encontrar violeiros e outros músicos para a “cantoria dos Reis”, da ciranda, etc.

Alguns conhecimentos da população local sobre artes de pesca sequer foram devidamente estudados, como é o caso dos “pesqueiros” ou “cercadas”, que servem para “cevar o peixe”, atraindo certas espécies de pescado para o conjunto de galhos enfiados no substrato do estuário. É interessante se observar que o desconhecimento dessas práticas tecnológicas tradicionais levou, recentemente, técnicos e pesquisadores a propor a colocação de “atratores de peixes” formados por pneus, com o mesmo objetivo das cercadas tradicionais. Deve-se notar que a proposta da “gente de fora” de colocar os atratores artificiais contou com forte oposição local, principalmente por parte dos pescadores que praticam a pesca ilegal do camarão e de outros pescadores que temem perder neles as suas redes. Muito provavelmente, o incentivo às “cercadas” seria mais desejável, mas necessitaria de um estudo mais aprofundado sobre suas características tecnológicas e práticas culturais.

Esse conhecimento tradicional também se revela pela grande variedade de espécies de mandioca e outras plantas usadas nas “roças”, que reduzem o perigo de ataque de doenças que poderiam dizimar a plantação, se ela fosse constituída por plantas de uma só variedade.

Por outro lado, o modo de vida tradicional, dentro do quadro da pequena produção mercantil, está sendo alterado por inúmeros fatores mencionados neste trabalho, como a introdução da pesca embarcada, a chegada do turismo ocasional e dos turistas com casas secundárias no local. Como foi visto, a apreciação dos benefícios ou dos prejuízos trazidos pelo turismo é contraditória, dependendo da vinculação maior ou menor dos moradores em relação aos turistas, vistos por alguns como prejudiciais e por outros como benéficos ao local.

A recente instituição da Reserva Ecológica Estadual da Juatinga, à qual pertence a Margem Peninsular do Saco de Mamanguá, poderá vir a alterar significativamente o modo de vida da população local. Se, de um lado, a declaração e implementação dessa “área natural protegida” poderá reduzir a especulação imobiliária, na medida em que novas construções são proibidas, por outro

lado, as atividades tradicionais baseadas no uso dos recursos da zona estuarina e da mata poderão ser drasticamente reduzidas ou mesmo proibidas, como sucede em outras unidades de proteção ambiental restritivas. Os moradores dificilmente entendem porque não poderão mais utilizar os recursos naturais do mangue, da caixeta, da mata, base de seu modo de vida, ao passo que os visitantes poderão continuar usufruindo das belezas naturais de uma área paradisíaca. Evidencia-se, nesse processo, duas visões do “mundo natural”, lastreadas por dois tipos de mito: o mito moderno de uma natureza intocável, paradisíaca — transformada em parques naturais e reservas ecológicas, propostas pelos conservacionistas urbanos —, e o mito antropomórfico — próprio das populações pré-urbanas e pré-industriais que mantêm com o mundo natural uma relação diferenciada, com práticas culturais simbólicas distintas do mundo urbano.

Na verdade, o Estado acaba impondo sobre os “territórios de uso comum”, onde os moradores locais quase não possuem o título de propriedade privada, uma outra forma de espaço territorial, o público (parques e reservas), baseado em razões como a biodiversidade, a conservação do mundo natural e a necessidade de se proteger os “últimos remanescentes da Mata Atlântica”.

Na Reserva Ecológica da Juatinga, assim como em outras áreas naturais protegidas, onde há moradores que viviam aí antes da criação do parque, os conflitos não tardarão a aparecer, como na Estação Ecológica da Juréia-Itatins (SP). A solução desses conflitos exige uma outra concepção de parques e reservas mais adaptadas às condições do Terceiro Mundo, e uma estratégia de negociação por parte das autoridades e administradores que leve em conta a contribuição que as populações tradicionais podem dar à conservação da bio-sócio-diversidade. Essa negociação deve passar necessariamente pela não-expulsão dos moradores tradicionais e pelo respeito ao conhecimento acumulado pelos moradores tradicionais sobre os ecossistemas em que vivem e ao seu modo de vida. A ocupação do espaço deve ser feita em consulta direta com os moradores. Os chamados “planos de manejo” devem perder seu caráter autoritário, baseado exclusivamente no chamado “co-

nhhecimento científico", incorporando o etno-conhecimento, os mitos e visões de mundo a respeito do mundo natural que fazem parte da cultura local.

Bibliografia

- ADAIME, R. R. 1987. "Estrutura, produção e transporte em um manguezal". In: *Simpósio sobre ecossistemas da costa sul e sudeste brasileira*. São Paulo, ACIESP, Vol. 1.
- AMBRÓSIO, O. (no prelo). *Estudo integrado do ecossistema do Saco do Mamanguá*. São Paulo, Inst. Oceanográfico .
- ARANCIBIA, Y. A. 1987. "Lagunas costeiras e estuários: cronologia, critérios e conceptos para una clasificación ecológica de sistemas costeiros". In: *Simpósio sobre ecossistemas da costa sul e sudeste brasileira*. São Paulo, ACIESP, Vol 3.
- BAILEY, R. et alli 1992. "Development in the central African rainforest: concern for forest people". In: CLEAVER, K. et alli *Conservation of west and central African rainforest*. Washington, Banco Mundial, UICN.
- BALÉE, W. 1988. "Indigenous adaptation to Amazonian palm forest". In: *Principles*, 32(2), pp.47-54.
- BAREL, Y. 1973. *La reproduction sociale*. Paris, Anthropos.

- BOURGOIGNE, G. 1972. "Ethno-écologie d'une collectivité régionale; les cités lacustres en Dahomey". In: *Canadian Journal of African Studies*, [s.l.], n.6.
- CÂMARA CASCUDO, L. 1992. *Dicionário do folclore brasileiro*. Rio de Janeiro, Ediouro.
- CÂNDIDO, A. 1964. *Os parceiros do Rio Bonito: estudo sobre o caipira paulista e a transformação dos meios de vida*. Rio de Janeiro, Livraria José Olympio.
- CORDELL, J. 1982. "Locally managed sea territories". In: *Brazilian Coastal Fishing*. Roma, FAO, [mimeo].
- CONTI, V. M. 1987. *Área de proteção ambiental de Cairuçu-Parati-RJ*. Brasília, SEMA.
- DARC - Departamento de Atividades Regionais da Cultura (CEPAM) 1990. *Encontro sobre Tecnologia Caiçara*. São Paulo, Fundação Prefeito Faria Lima.
- DIEGUES, A. C. 1994. *O mito moderno da natureza intocada*. São Paulo, NUPAUB-USP.
- _____. 1993. *Povos e mares: uma retrospectiva de sócio-antropologia marítima*. São Paulo, NUPAUB-USP.
- _____. 1993. *Populações tradicionais em unidades de conservação: o mito moderno da natureza intocada*. São Paulo, NUPAUB-USP.
- _____. 1988. *Diversidade biológica e culturas tradicionais litorâneas: o caso das comunidades caiçaras*. São Paulo, NUPAUB-USP.
- ELIADE, M. 1991. *Imagens e símbolos*. São Paulo, Martins Fontes.
- FUNDAÇÃO SOS MATA ATLÂNTICA & INSTITUTO NACIONAL DE PESQUISAS ESPACIAIS, 1992/1993. *Atlas da evolução dos remanescentes florestais e ecossistemas associados do domínio da Mata Atlântica no período 1985-1990*. São Paulo.
- FUNDAÇÃO SOS MATA ATLÂNTICA, 1990. "Problemas, diretrizes e estratégias de conservação". In: *Anais da Reunião Nacional Sobre a Proteção dos Ecossistemas Naturais da Mata Atlântica*. São Paulo.
- GODELIER, M. 1984. *L'idéal et le imatériel*. Paris, Fayard.

- GUSMÃO, C. 1990. *Mata Atlântica*. Rio de Janeiro: Fundação SOS Mata Atlântica, Editora Index.
- _____. 1991. *Plano de ação para a Mata Atlântica*. São Paulo, Fundação SOS Mata Atlântica.
- HARDIN, G. 1969. "The Tragedy of the Commons". In: *Science*, n. 162.
- HERTZ, R. 1988. *Distribuição dos padrões espectrais associados à estrutura física dos manguezais de um sistema costeiro subtropical*. São Paulo. Tese (Livre Docência), Instituto Oceanográfico, Universidade São Paulo.
- IBAMA. 1983. *Legislação básica da área de proteção ambiental de Cairuçu*. Rio de Janeiro.
- KEMPERS, M. 1993. *Ecological planning in South-East Brazil*. Wageningen, University of Wageningen, Department of Forestry, Department of Ecological, Agriculture and Department of Environment Planning of Agricultural.
- LADEIRA, M. 1992. *O caminhar sob a luz. O território Mbya à beira do oceano*. São Paulo. Dissertação (Mestrado), Pontifícia Universidade Católica.
- LÉVI-STRAUSS, C. 1989. *O pensamento selvagem*. Campinas, Papyrus.
- LIMA, K. 1989. *Democracia e expressão da cidadania: uma perspectiva para o uso do espaço público*. Rio de Janeiro, UFRJ.
- LORENZI, H. 1992. *Árvores brasileiras, manual de identificação e cultivo de plantas arbóreas nativas do Brasil*. São Paulo, Nova Odessa/Editora Plantarum.
- MACHADO, Z. L. 1989. *Camarão marinho: cultivo, captura, conservação e comercialização*. Recife, SUDENE.
- MATTOSO, A. 1979. *Paraty: preservação versus desenvolvimento turístico*. São Paulo, (Monografia para graduação), FAU-USP.
- MARTINELLI *et alli* 1983. *Análise da situação atual da flora e fauna da ponta do Cairuçu, no município de Parati*. Rio de Janeiro, Elaboração do Projeto de Criação da APA - Cairuçu.
- MAYARD DE ARAÚJO, A. 1973. *Cultura Popular Brasileira*. São Paulo, Melhoramentos.

- MCCAY, B & ACHESON, J. (ed.) 1990. *The question of the commons*. Tucson, University of Arizona Press.
- MCKEAN, M. 1989. *Sucess on the commons: a comparative examination of institutions for common property resource management*. Duke University (não publicado).
- MCNEELY, J. 1993. "Afterword - people and protected areas, partners in prosperity". In: KEMF, E. *The law of the mother*. S. Francisco, Sierra Club Book.
- MIRANDA, L. B. 1990. "Sistemas estuarinos de planície costeira: estrutura dinâmica, processos de mistura e aplicações". In: *II Simpósio de ecossistemas da costa sul e sudeste brasileira*. São Paulo, ACIESP.
- MOREIRA, A. C. 1993. *Projeto de estudo integrado do sudeste do Rio de Janeiro*. São Paulo, NUPAUB-USP. (Relatório)
- MORIN, E. 1986. *O método: conhecimento do conhecimento*. Lisboa, Publ. Europa-América.
- MOURÃO, F. A. A. 1971. *Os Pescadores do litoral sul do Estado de São Paulo: um estudo de sociologia diferencial*. São Paulo, FFLCH-USP.
- MUSSOLINI, G. 1980. "Aspectos da cultura e da vida social no litoral brasileiro". In: CARONE, E. (org.) *Ensaio de antropologia indígena e caiçara*. Rio de Janeiro, Paz e Terra.
- _____. 1980. "Os japoneses e a pesca comercial no litoral norte de São Paulo". In: CARONE, E. (org.) *Ensaio de antropologia indígena e caiçara*. Rio de Janeiro, Paz e Terra.
- NOVELLI, Y. S. [s.d.]. *Importância do manguezal e suas comunidades*. São Paulo, Associação Latinoamericana de Investigadores em Ciências do Mar.
- _____. 1987. "Manguezais brasileiros: região Sudeste-Sul". In: *Simpósio sobre ecossistemas da costa sul e sudeste brasileira*. São Paulo, ACIESP, Vol. 1.
- PLANTE, S & BRETON, Y. 1994. *Espace, pêche et tourisme à Trindade: anthropologie maritime et enjeux aménagistes dans la pêche littorale brésilienne*. Québec, Université Laval.
- POR, F. 1992. *Sooretama, the Atlantic rain forest of Brazil*. The Netherlands, SPB Academic Publishing - The Hague.

- SANTOS, E. 1983. *Nossos peixes marinhos*. Belo Horizonte, Itatiaia. (Coleção Zoologia Brasileira; v.1)
- SILVA, E. F. 1988. *Estudo sobre o meio ambiente: problemas no Estado de São Paulo e intervenção governamental*. São Paulo, FUNDAÇÃO. (Documento de trabalho)
- SIMIELLI. 1988. *Mapa de localização da APA do Cairuçu e da reserva da Juatinga*. São Paulo, IBGE.
- SPILMAM, M. 1991. *Guia Prático de identificação dos peixes do litoral brasileiro*. Rio de Janeiro, RBM Editora.
- VIANNA, L; ADAMS, C & DIEGUES, A.C. 1994. *Conflitos entre populações humanas e Unidades de Conservação na Mata Atlântica*. São Paulo, NUPAUB-USP. (Relatório de Pesquisa)
- WINTER, J.; RODRIGUES, E. & MARICONDI, M. 1990. *Lauda de Ocupação da comunidade de Tibicanga - Ilhas das Peças e Guaraqueçaba-Paraná*. São Paulo, IAMA.
- WORSTER, D. (ed.) 1989. *The ends of the earth: perspectives on modern environmental history*. Cambridge, Cambridge Univ. Press.
- XAVIER, J. S. 1987. *Análise Ambiental da APA de Cairuçu*. Trabalho apresentado ao WORKSHOP PARA ZONEAMENTO DE ÁREAS DE PROTEÇÃO AMBIENTAL. Curitiba.

Antonio Carlos Sant'Ana Diegues é antropólogo, com doutorado na Universidade de São Paulo e École des Hautes Études en Sciences Sociales, em Paris. É diretor científico do NUPAUB - Núcleo de Pesquisa sobre Populações Humanas e Áreas Úmidas e professor do Programa de pós-graduação em Ciência Ambiental da USP. É autor de vários livros sobre a relação entre sociedade e natureza, sendo os principais: Ilhas e Mares: simbolismo e imaginário (Hucitec), O Mito moderno da natureza intocada (Hucitec), Povos e Mares (Nupaub), Ecologia humana e planejamento das áreas costeiras (Nupaub), Pescadores, Camponeses e Trabalhadores do Mar (Ática).

Paulo José Navajas Nogara é biólogo, com mestrado na Universidade de Quebec - Canadá, tendo apresentado a tese: O parque marinho de Saguenay-Saint Laurent. É pesquisador do Nupaub, com especialização em planejamento de parques marinhos, trabalhando na região de Parati.

Provo

Distribuição e gráfica

Pabx: (011) 4178 05 22 fax ramal: 30
provografica.com.br